O MARXISMO E O COMBATE À OPRESSÃO

contra as mulheres

SANDRA M. M. SIQUEIRA

SANDRA M. M. SIQUEIRA
Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (FACED/UFBA) e Coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas Marxistas (LEMARX/UFBA)

O MARXISMO E O COMBATE À OPRESSÃO CONTRA AS MULHERES

Salvador-BA, 2019

Laboratório de Estudos e Pesquisas Marxistas (LeMarx/FACED/UFBA)
Título: *O Marxismo e o combate à opressão contra as mulheres*
Autores: Sandra M. M. Siqueira
LeMarx/FACED/UFBA
Salvador, dezembro de 2019.
Capa: Dielson Costa

Em homenagem às mulheres trabalhadoras e às revolucionárias marxistas que, ao longo de décadas de atividade política, uniram as mulheres ao conjunto da classe trabalhadora no combate à opressão e à exploração capitalista.

A incorporação de grandes massas de trabalhadoras na luta pela libertação do proletariado é um pré-requisito para a vitória do ideal socialista e para a construção da sociedade socialista (Clara Zetkin, *Apenas junto com as mulheres proletárias o socialismo será vitorioso*, 16 de outubro de 1896).

Proletária, a mais pobre dos pobres, a mais injustiçada dos injustiçados, vá a luta pela libertação do gênero das mulheres e do gênero humano do horror da dominação do capital (Rosa Luxemburgo, *A proletária*, 5 de março de 1914).

SUMÁRIO

1. Apresentação 09

2. Marx, Engels e a questão das opressões.....10

3. Capitalismo e opressão das mulheres 4

4. A Revolução Russa e a luta pela emancipação da mulher 44

5. Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo, Alexandra Kollontai, Nadezhda Krupskaia: contribuições das marxistas revolucionárias para a luta das mulheres 51

6. A obra *Mulheres, Raça e Classe* de Ângela Davis 72

7. Os ataques aos direitos das mulheres e a necessidade da organização classista 77

8. A Contrarreforma da Previdência do Governo Temer e os retrocessos na vida das trabalhadoras 95

9. 130 anos da abolição da escravidão e a luta antirracista das mulheres negras organizadas em coletivos 114

10. É preciso estar atenta e forte: apontamentos para uma análise dos impactos da Reforma Trabalhista na vida das trabalhadoras 131

11.LEMARX-UFBA: o marxismo e o combate à opressão das mulheres.....148

12. Conclusões 160

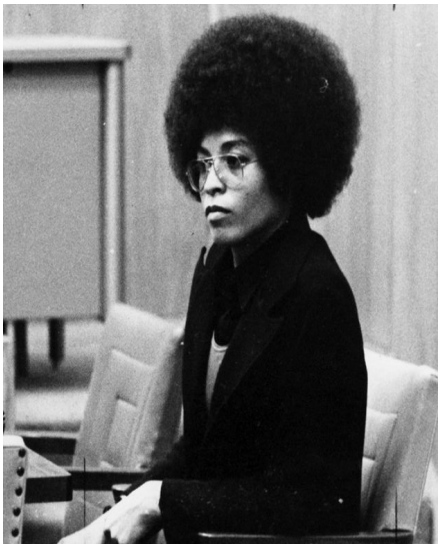
13. Bibliografia Geral 162

Referências fundamentais no debate marxista sobre as opressões

Rosa Luxemburgo (1871-1919)

Clara Zetkin (1857-1933)

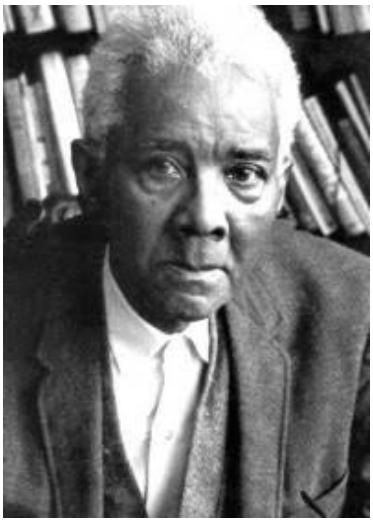
Nadezhda Krupskaia (1869-1939)



Ângela Davis (1944)

Alexandra Kollontai (1872-1952)

Inessa Armand (1874-1920)



CLR James (1901-1989)

1. APRESENTAÇÃO

O Laboratório de Estudos e Pesquisas Marxistas (LEMARX-UFBA) coloca ao alcance do leitor, interessado na análise marxista sobre a questão das opressões, em particular das mulheres trabalhadoras, um conjunto de textos redigidos em diversos momentos pela militante marxista e professora Sandra M. M. Siqueira, que coordena os estudos e as atividades do Coletivo de Mulheres do LEMARX-UFBA e do Grupo de Estudos das Obras de Ângela Davis.

Nos seus 12 anos de existência, o LEMARX tem se destacado como um grupo que não só se esforça por estudar e assimilar as análises dos clássicos do marxismo (Marx, Engels, Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, Clara Zetkin, entre vários autores e autoras marxistas) como também em realizar ações práticas como a organização de um coletivo de mulheres e de um grupo de estudo, além da participação nas atividades do movimento de mulheres (manifestações, atos, debates), incluindo o Dia Internacional da Mulher. Também organizou várias edições da Semana da Mulher na Faculdade de Educação (FACED/UFBA).

Temos também nos esforçado quanto à elaboração teórica sobre o tema das opressões na sociedade de classes capitalista a partir do referencial marxista. Assim é que já em 2010, quando realizávamos formações junto ao Movimento dos Trabalhadores sem teto da Bahia (MSTB), elaboramos uma cartilha intitulada *A questão da mulher e a resposta revolucionaria* (2010). Por outro lado, dedicamos um capítulo especial no livro *Marx e Engels: uma introdução* (2017) ao problema das opressões a partir da visão marxista.

Publicamos em revistas – como a Universidade e Sociedade do Andes-SN - e livros, artigos sobre a questão da opressão das mulheres trabalhadoras, entre os quais podemos citar: *Os ataques aos direitos das mulheres e a necessidade da organização classista* (2016), *A contrarreforma da Previdência do Governo Temer e os retrocessos na vida das mulheres trabalhadoras* (2017), LEMARX-UFBA: o marxismo e o combate à opressão das mulheres (2018), *130 anos da abolição da escravidão e a luta antirracista das mulheres negras organizadas em coletivos* (2018).

Por último, em nosso Jornal Vozes da Resistência há um espaço permanente para o debate sobre as opressões, no qual já publicamos os seguintes artigos: *Capitalismo e opressão das mulheres* (2019), *A obra Mulheres, Raça e Classe de Ângela Davis* (2019, em coautoria com Rosângela Conceição de Santana), *A Revolução Russa e a luta pela emancipação da mulher* (2019).

Apesar da diversidade dos temas tratados nesse conjunto de textos, há uma linha de continuidade teórica, política e metodológicas que entrelaça e dá unidade a presente publicação: a visão marxista sobre a origem da opressão contra as mulheres nas sociedades de classes – como é o capitalismo atual – e os meios coletivos de combatê-la, unindo a luta contra as opressões ao combate da classe trabalhadora contra a exploração capitalista.

Em outras palavras, para a autora dos presentes textos – na linha dos clássicos do marxismo – a luta contra as opressões e por direitos democráticos e sociais na sociedade atual está umbilicalmente ligada à destruição da sociedade de classes capitalista, baseada na exploração da força de trabalho assalariado, e à construção do socialismo.

Entre os assuntos abordados no conjunto dos textos, podemos destacar a caracterização dos clássicos do marxismo sobre a origem e as causas das opressões, seu desenvolvimento e aprofundamento nas sociedades de classes, as elaborações do movimento socialista sobre a questão, as conquistas da Revolução de Outubro de 1917, quanto aos direitos na luta contra as opressões, a história e as contribuições das principais marxistas revolucionárias do século XX, como Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo, Nadezhda Krupskaia e Alexandra Kollontai, além da análise de questões mais contemporâneas das relações de trabalho, como a precarização e o crescimento da informalidade, a aprovação de reformas pelos governos (trabalhista e previdenciária), o avanço da terceirização e os ataques aos direitos democráticos das mulheres.

O tema é, portanto, de extrema importância na atualidade, quando avança a crise estrutural do capitalismo, aprofundando as suas tendências bárbaras, como as guerras, a destruição da natureza, a violência reacionária, a exploração, as formas precárias de trabalho, a destruição de direitos, enfim as diversas formas de opressão contra as mulheres, negros e negras e LGBTs.

Esperamos que os textos contribuam para estimular os estudos sobre a questão das opressões, em particular a opressão contra as mulheres, sob a base do materialismo histórico e dialético e da teoria marxista da luta de classes. Também esperamos que contribuam para o processo de organização política das mulheres trabalhadoras, tendo em vista um programa marxista de transformação da sociedade capitalista em direção ao socialismo. Se cumprirem esses objetivos, terá valido a pena a sua publicação.

Salvador, 07 dezembro de 2019.

Comissão Editorial do LEMARX

2. MARX, ENGELS E A QUESTÃO DAS OPRESSÕES[1]

2.1. Opressão das mulheres[2]

Marx e Engels foram defensores intransigentes da causa da libertação das mulheres do histórico processo de opressão a que estão submetidas nas sociedades de classes

O problema da opressão das mulheres não é, evidentemente, novo. Remonta à origem das sociedades classistas, isto é, divididas em classes sociais antagônicas. Sua origem está ligada ao desenvolvimento da propriedade privada dos meios de produção, à dissolução das sociedades primitivas comunistas, ao aparecimento das classes sociais, com interesses inconciliáveis, e ao desenvolvimento das desigualdades materiais (econômico-sociais) entre os indivíduos.

As diversas sociedades classistas ao longo da história da humanidade, como a sociedade escravista antiga, a sociedade feudal e a atual sociedade capitalista registram o submetimento das mulheres pelos homens, sob a base das classes sociais, fazendo com que a mulher fosse relegada às tarefas do lar, tais como o cuidado com os filhos e as atividades domésticas em geral.

---

[1]O presente texto foi publicado originalmente como parte do livro *Marx e Engels: uma introdução* (2017), numa primeira tentativa da autora, em coautoria com o professor Francisco Pereira, também membro do LEMARX/UFBA, de analisar o problema das opressões a partir do materialismo histórico e dialético, isto é, tendo como referencial a teoria de Marx e Engels e as contribuições posteriores no campo do marxismo revolucionário. Cf. SIQUEIRA, Sandra M. M. e PEREIRA, Francisco. *Marx e Engels: uma introdução*. Salvador-BA: LEMARX, 2017.

[2]Aqui vamos tratar apenas das opressões de mulheres e de negros e de negras. Sobre a LGBTfobia, consultar: OKITA, Hiro. *Homossexualidade*: *da opressão à libertação*. São Paulo: Sundemann, 2015. Sobre o problema da opressão das mulheres, consultar: TOLEDO, Cecília (org.). *A mulher e a luta pelo socialismo (Marx, Engels, Lenin, Clara Zetkin, Trotsky*). São Paulo: Sundemann, 2014; BOITO, Misa (org.). *A luta contra a opressão da mulher: recuperando uma abordagem de classe (Friedrich Engels, Karl Marx, V. I. Lênin, Clara Zetkin, Alexandra Kollontai, Rosa Luxemburgo, Leon Trotsky*). São Paulo: Nova Palavra, 2016; TROTSKI, Leon. *Trotski e a luta das mulheres*. São Paulo: Edições Iskra, 2015; WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos da mulher*. São Paulo: Boitempo, 2016; REED, Evelyn. *Sexo conta sexo ou classe contra classe*. São Paulo: Sundermann, 2011; CARRASCO, Carmen e PETIT, Mercedes. *Mulheres trabalhadoras e marxismo*: *um debate sobre a opressão*. São Paulo: Sundemann, 2012; LESSA, Sergio. *Abaixo a família monogâmica*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013; SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência.* São Paulo: Expressão Popular, 2015; *Mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013; GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e Revolução*. São Paulo; Boitempo, 2014; DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016; *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2017; SCHNEIDER, Graziela (org.). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017.

Essa análise, que procura fundamentar a origem e o desenvolvimento da opressão das mulheres no aparecimento e avanço da propriedade privada, das classes e das desigualdades socioeconômicas faz parte do arsenal teórico marxista e encontra a sua expressão mais acabada na obra *A origem da família*, *da propriedade privada e do Estado*, de Friedrich Engels, publicada em 1894.

A propósito de tratar das condições histórico-sociais que levaram ao fim das sociedades comunistas primitivas e à origem da propriedade privada dos meios de produção e das classes sociais, com todas as consequências econômicas, políticas e sociais na nova sociedade classista e seus desdobramentos nas formações societárias posteriores, Engels desenvolve, com base nos extratos de pesquisas realizadas por Karl Marx dos etnólogos e historiadores do século XIX, em particular os estudos de Lewis Morgan e Bachofen, uma verdadeira teoria da opressão das mulheres, que passou a servir de referência geral para as pesquisas dos marxistas no século XX e, certamente, continuará servindo como referência no século XXI.

Sabemos que na época em que Marx e Engels escreveram as suas obras fundamentais, era comum na sociedade capitalista nascente, que herdava das formações classistas anteriores a estrutura da família patriarcal sob a dominância do homem e a prevalência da ideia de inferioridade da mulher, pensar que o lugar da mulher nas relações sociais era permanecer a vida toda circunscrita ao lar, às tarefas domésticas e ao cuidado dos filhos. Mas, contraditoriamente, com o avanço da sociedade burguesa e da grande indústria, com a introdução das máquinas modernas, o aumento da produtividade do trabalho, da produção de mercadorias e do comércio, o trabalho de mulheres - juntamente com o de crianças e jovens - era cada vez mais introduzido nas fábricas europeias nas piores condições possíveis.

Portanto, o capitalismo, ao mesmo tempo em que herda e procura reproduzir as características da família patriarcal coloca novas determinações no seio da organização familiar e nas relações entre pais e filhos, que não existiam anteriormente. O processo de integração do trabalho das mulheres ao conjunto da organização do trabalho moderno na indústria, na agricultura, no comércio, nos bancos e no sistema financeiro faz irromper novas contradições

na família burguesa, com consequências decisivas no seio das famílias dos trabalhadores e trabalhadoras.

Do ponto de vista teórico, Engels demonstra que as pesquisas dos etnólogos de sua época, em particular, como dissemos, Bachofen e Morgan, demonstravam, antes de tudo, que existiu uma época em que as mulheres participavam ativamente das tarefas produtivas no seio das comunidades comunistas primitivas e que a descendência era definida pela linha da mãe (direito materno). Houve, portanto, um período da história dessas primeiras sociedades humanas em que o papel da mulher tanto nas tarefas econômicas e sociais, quanto na vida das comunidades (seus problemas, necessidades, funcionamento, discussões e decisões) era axial. Era o matriarcado, a predominância da mulher na comunidade tribal. Significa, como conclusão essencial, que a mulher nem sempre esteve submetida ao processo de opressão pelo homem.

Na visão de Engels, o aparecimento da propriedade privada significou um duro golpe nas comunidades baseadas no matriarcado:

> Dessa forma, pois, as riquezas, à medida que iam aumentando, davam, por um lado, ao homem uma posição mais importante que a da mulher na família, e, por outro lado, faziam com que nascesse nele a ideia de valer-se desta vantagem para modificar, em proveito de seus filhos, a ordem de herança estabelecida. Mas isso não se poderia fazer enquanto permanecesse vigente a filiação segundo o direito materno. Esse direito teria que ser abolido, e o foi. (...) Assim, foram abolidos a filiação feminina e o direito hereditário materno, sendo substituídos pela filiação masculina e o direito hereditário paterno.[3]

Engels mostra que essa transformação, que passou a determinar a posição das mulheres na nova sociedade de classes, significou

> a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo. O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução. Essa baixa condição da mulher, manifestada sobretudo entre os gregos dos tempos heroicos e, ainda mais, entre os dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocada, dissimulada e, em certos lugares, até revestida de formas de maior suavidade, mas de maneira alguma suprimida.[4]

Uma das consequências mais importantes desse processo de mudanças profundas na transição das sociedades primitivas comunistas às sociedades

[3]Cf. ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. In: TOLEDO, Cecília (org.). *A mulher e a luta pelo socialismo (Marx, Engels, Lenin, Clara Zetkin, Trotsky*). São Paulo: Sundemann, 2014, p. 66.
[4]Idem, p. 67.

classistas foi o surgimento da família patriarcal e da monogamia. O aspecto fundamental da nova família monogâmica, como diz Engels, é

> a organização de certo número de indivíduos, livres e não livres, numa família submetida ao poder paterno de seu chefe. (...) Os traços essenciais são a incorporação dos escravos e o domínio paterno, por isso a família romana é o tipo perfeito dessa forma de família. (...) um novo organismo social, cujo chefe mantinha sob seu poder a mulher, os filhos e certo número de escravos, com o pátrio poder romano e o direito de vida e morte sobre todos eles.[5]

Essa forma de família, como diz Engels, expressa, em última instância a passagem da antiga forma familiar para uma nova: a monogamia. Nessa nova forma de família, para "assegurar a fidelidade da mulher e, por conseguinte, a paternidade dos filhos, aquela é entregue, sem reservas, ao poder do homem: quando este a mata, não faz mais do que exercer o seu direito". Qual a função da família monogâmica, surgida nesse processo de formação das sociedades classistas, baseada na propriedade privada? Engels responde: "Baseia-se no predomínio do homem; sua finalidade expressa é a de procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível; e exige-se essa paternidade indiscutível porque os filhos, na qualidade de herdeiros diretos, entrarão um dia na posse dos bens do pai".[6]

Mais adiante, Engels reafirma que

> A monogamia nasceu da concentração de grandes riquezas nas mesmas mãos – as de um homem – e do desejo de transmitir essas riquezas, por herança, aos filhos deste homem, excluídos os filhos de qualquer outro. Para isso era necessária a monogamia da mulher, mas não a do homem; tanto assim que a monogamia daquela não constitui o menor empecilho à poligamia, oculta ou descarada, deste.[7]

Essa é a origem da opressão da mulher, na concepção materialista da história. Engels, como dissemos, se fundamentou para elaborar essa teoria não só nos extratos deixados abundantemente por Marx, a partir da leitura dos principais etnólogos da época, mas também em pesquisas de historiadores. O fundamento da origem da opressão das mulheres é de classe: a propriedade privada dos meios de produção e a exclusão das mulheres das atividades sociais produtivas, reduzindo a sua função às atividades do lar e à criação dos filhos. Não à toa, para Engels "o primeiro antagonismo de classes que

[5]Idem, pp. 67-68.
[6]Idem, p. 72.
[7]Idem, p. 85.

apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher, na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino".[8]

O desenvolvimento da sociedade capitalista moderna trouxe consigo uma série de transformações no seio da família. O processo de industrialização a partir da introdução das máquinas-ferramentas abriu novamente o caminho da mulher proletária ao chão da indústria, o caminho da produção social. Mas, como critica Engels,

> isso se fez de maneira tal que, se a mulher cumpre os seus deveres no serviço privado da família, fica excluída do trabalho social e nada pode ganhar; e, se quer tomar parte na indústria social e ganhar sua vida de maneira independente, lhe é impossível cumprir com as obrigações domésticas.[9]

Também Marx, em *O Capital*, analisa as consequências da industrialização e do maquinismo no trabalho de mulheres e crianças:

> a primeira preocupação do capitalista, ao empregar a maquinaria, foi a de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças. Assim, de poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, a maquinaria transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e de idade, sob o domínio direto do capital. O trabalho obrigatório, para o capital, tomou o lugar dos folguedos infantis e do trabalho livre realizado, em casa, para a própria família, dentro de limites estabelecidos pelos costumes.[10]

Não é preciso dizer que esse processo leva à degradação física e moral de mulheres e crianças:

> Já aludimos à ruína física das crianças, dos jovens, das mulheres, submetidos diretamente pela máquina à exploração do capital, nas fábricas mecanizadas e, depois, indiretamente, em todos os demais ramos de atividade. (...) A degradação moral ocasionada pela exploração capitalista do trabalho das mulheres e das crianças foi descrita de maneira exaustiva por F. Engels na sua obra *Lage der arbeitenden Klasse Englands*, e por outros escritores, de maneira exaustiva que não é mister voltar ao assunto. A obliteração intelectual dos adolescentes, artificialmente produzida com a transformação deles em simples máquina de fabricar mais-valia, é bem diversa daquela ignorância natural em que o espírito, embora sem cultura, não perde sua capacidade de desenvolvimento, sua fertilidade natural.[11]

---

[8]Idem, p. 74.
[9]Idem, p. 83.
[10]MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, l. 1, v. I, 2002, p.451.
[11]Idem, pp. 455-477.

O resultado é que, contraditoriamente - e o capitalismo é um sistema muito contraditório -, uma vez integrada ao processo de trabalho na economia capitalista moderna, a mulher trabalhadora teve de acumular uma dupla e, mesmo, tripla jornada de trabalho, em casa e em sua atividade profissional. Fora isso, as mulheres passaram a assumir os empregos em piores condições de trabalho que os homens proletários. E mais: também ganharam ao longo dos dois últimos séculos salários mais baixos que os trabalhadores homens. O capitalista aproveitou-se permanentemente da incorporação do trabalho feminino para rebaixar os salários de trabalhadoras e trabalhadores. São consequências da dinâmica da sociedade capitalista moderna, baseada na exploração da força de trabalho assalariada pelo capital e na grande propriedade privada dos meios de produção.

O avanço do capitalismo e das suas crises engendra novas determinações que levam a um processo de decomposição da família burguesa. Marx e Engels analisaram essa questão de maneira clara no *Manifesto Comunista*, expondo, dessa forma, todas as contradições da família moderna e os preconceitos embutidos na ideologia burguesa:

> Sobre que fundamento repousa a família atual, a família burguesa? Sobre o capital, sobre o ganho individual. A família, na sua plenitude, só existe para a burguesia, mas encontra seu complemento na ausência forçada da família entre os proletários e na prostituição pública.
>
> A família burguesa desvanece-se naturalmente com o desvanecer de seu complemento, e ambos desaparecem com o desaparecimento do capital. (...)
>
> O palavreado burguês sobre a família e a educação, sobre os doces laços que unem a criança aos pais, torna-se cada vez mais repugnantes à medida que a grande indústria destrói todos os laços familiares dos proletários e transforma suas crianças em simples artigos de comércio, em simples instrumentos de trabalho.[12]

Para Marx e Engels o capitalismo é incapaz de reconhecer e levar à prática a plena emancipação das mulheres. Por mais que a mulher se integre ao processo social de trabalho capitalista e que o movimento de mulheres arranque direitos sociais, políticos e econômicos muito importantes (igualdade civil, divórcio, direito ao aborto), ainda permanecem as bases da exploração do conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras e da opressão feminina.

---

[12]MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2002, pp. 55-56.

Tanto é verdade que, como vimos acima, a incorporação da mulher trabalhadora à produção culminou com a dupla ou tripla jornada de trabalho da mulher em casa e no emprego, além das piores condições de trabalho e as diferenças discriminatórias em relação aos salários. Nenhum Estado ou governo burguês, por mais democrático que seja, conseguirá superar completamente a opressão das mulheres pelos homens numa sociedade dividida em classe, como é o caso da sociedade capitalista moderna.

Marx e Engels têm claro que é necessária uma grande transformação política, econômica, social e cultural para que a igualdade plena entre homens e mulheres e para que as mudanças nas relações entre pais e filhos sejam efetivamente concretizadas e consolidadas. Isso implica claramente, ainda que as reformas e a luta por direitos sejam importantes para o movimento de mulheres, na necessidade de uma revolução social, de uma transformação pela raiz de toda a base material (econômico-social) da sociedade capitalista e a constituição de uma sociedade socialista, como caminho à sociedade comunista, sem classes, Estado e alienação.

Engels deixa patente essa perspectiva revolucionária da luta contra as opressões na seguinte passagem:

> Caminhamos presentemente para uma revolução social, em que as atuais bases econômicas da monogamia vão desaparecer, tão seguramente como vão desaparecer as da prostituição, complemento daquela. (...) Mas a revolução social iminente, transformando pelo menos a imensa maioria das riquezas duradouras hereditárias – os meios de produção – em propriedade social, reduzirá ao mínimo todas essas preocupações de transmissão de herança. (...) Em todo caso, modificar-se-á muito a posição dos homens. Mas, também, há de sofrer profundas transformações a das mulheres, a de todas elas. Quando os meios de produção passarem a ser propriedade comum, a família individual deixará de ser a unidade econômica da sociedade. A economia doméstica converter-se-á em indústria social. O trato e a educação das crianças tornar-se-ão públicos.[13]

Essa concepção de que a raiz da opressão da mulher é a sociedade de classes, cujos pilares são a propriedade privada e a exploração do homem pelo homem, que relega à mulher as tarefas domésticas com todas as

[13]Cf. ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. In: TOLEDO, Cecília (org.). *A mulher e a luta pelo socialismo (Marx, Engels, Lenin, Clara Zetkin, Trotsky*). São Paulo: Sundemann, 2014, p. 85. Engels diz ainda: “O matrimônio, pois, só se realizará com toda a liberdade quando, suprimidas a produção capitalista e as condições de propriedade criadas por ela, forem removidas todas as considerações econômicas acessórias que ainda exercem uma influência tão poderosa na escolha dos esposos. Então, o matrimônio já não terá outra causa determinante que não a inclinação recíproca”. (Idem, p. 91).

consequências no plano dos direitos, ou seja, o caráter específico da opressão econômica que pesa sobre o proletariado, diz Engels, não manifesta todo o seu vigor senão

> quando suprimidos todos os privilégios legais da classe dos capitalistas e juridicamente estabelecida a plena igualdade das duas classes. A república democrática não suprime o antagonismo entre as duas classes; pelo contrário, ela não faz senão proporcionar o terreno no qual o combate vai ser decidido. De igual maneira, o caráter particular do predomínio do homem sobre a mulher na família moderna, assim como a necessidade e o modo de estabelecer uma igualdade social efetiva entre ambos, não se manifestarão com toda a nitidez senão quando homem e mulher tiverem, por lei, direitos absolutamente iguais. Então é que se há de ver que a libertação da mulher exige, como primeira condição, a reincorporação de todo o sexo feminino à indústria social, o que, por sua vez, requer a supressão da família individual enquanto unidade econômica da sociedade.[14]

Marx e Engels tiveram de travar uma luta mordaz no seio da I Internacional contra as concepções conservadoras dos proudhonistas sobre a questão da opressão da mulher, que, diante das condições de trabalho na indústria e dos efeitos da incorporação das mulheres ao trabalho social, defendiam a volta das mulheres ao reduto do lar. O debate sobre a questão da mulher ocorreu no primeiro congresso da I Internacional em Genebra. É o que relata Inessa Armand, ao destacar que os proudhonistas

> apoiavam a ideia de que a participação das mulheres na produção era uma barbárie. Com intervenções tocantes, eles reivindicavam que a mulher permanecesse no aconchego doméstico para proteger e educar seus filhos e, em suas resoluções, propunham protestar contra o trabalho feminino como o mal que acarreta a degradação social, moral e física da classe trabalhadora.
>
> Na resolução proposta por Karl Marx e aceita pela maioria do congresso, manifestava-se um ponto de vista completamente diferente. Era indicada não apenas a inutilidade, mas também o caráter reacionário de todas as tentativas de impedir a presença das mulheres na indústria ou de restituí-las à força ao ambiente doméstico. Sem dúvida, as condições do trabalho feminino são terríveis, e é preciso lutar vigorosamente contra as formas abomináveis do emprego dele; mas o trabalho feminino nas fábricas e indústrias é bom por si só, porque ele liberta a mulher do jugo familiar, leva a trabalhadora do círculo estreito das atribuições familiares para a arena ampla do trabalho social, capacita o desenvolvimento da independência de seu caráter, cria as condições imprescindíveis para transformá-la em uma combatente que guia a luta comum com os trabalhadores.
>
> O trabalhador não deve luta contra o trabalho feminino dessa maneira, mas deve organizar a trabalhadora e combater as difíceis condições enfrentadas por ela.[15]

[14]Idem, p.83-84.

[15]ARMAND, Inessa. As trabalhadoras na I Internacional. In: SCHNEIDER, Graziela (org.). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. São Paulo: Boitempo,

Essa concepção marxista da opressão da mulher foi desenvolvida pelos revolucionários na primeira metade do século XX, em particular por marxistas como V. I. Lenin, Leon Trotsky, Clara Zetkin, Alexandra Kollontai e Rosa Luxemburgo. E o fizeram a partir da análise não só da experiência internacional do movimento operário e socialista, como dos avanços e limites do movimento feminista, desde o século XIX até o século XX.

No âmbito da II Internacional, o problema da opressão da mulher também foi debatido. Cecília Toledo relata o sentido dessa discussão e contexto histórico em que ela se deu:

> Se a I Internacional significou a conquista da vanguarda proletária para o marxismo, a II Internacional levou essa concepção para milhões de trabalhadores. Foi a Internacional mais característica da era reformista, pois ela existiu justamente naquele período da história da luta de classes em que mais se arrancaram concessões econômicas e democráticas, como férias, aumentos salariais, legislação social e trabalhista. Em relação à questão da mulher, a luta por direitos democráticos – como igualdade política, direito de filiação a partidos e direito ao voto – foi a que mais agitou a II Internacional.
>
> Iniciada nos Estados Unidos, a luta sufragista foi a primeira luta feminista internacionalista, pois envolveu mulheres de vários países do mundo e incorporou os métodos tradicionais de luta da classe trabalhadora, como passeatas, assembleias, greves de fome e enfrentamentos brutais com a polícia, nos quais muitas ativistas foram presas e assassinadas.
>
> No campo socialista, a luta sufragista foi dirigida pela II Internacional, dividida entre reformistas, que defendiam o direito de voto apenas para os homens (eles achavam que as mulheres votariam nos partidos católicos reacionários) e marxistas, defensores do voto para todos. A dirigente feminista e marxista mais importante da II Internacional, e também da III, foi Clara Zetkin, membro do SPD. No Congresso de Stuttgart da II Internacional, em 1907, ela defendeu a posição dos marxistas, que saiu vencedora. E a II Internacional se lançou em uma campanha mundial pelo sufrágio feminino, com mobilizações de massa em diversos países.
>
> O partido mais importante da II Internacional foi o SPD, que, em 1891, ano em que a ala esquerda conseguiu aprovar um programa basicamente marxista,

---

2017, p. 242. Cecília Toledo completa a análise sobre o conflito entre proudhonistas e os marxistas no que se refere à questão da mulher no seio da I Internacional: “A ideologia de que “lugar de mulher é no lar” teve como um de seus maiores impulsionadores o pensador francês Pierre-Joseph Proudhon, cujas ideias repercutiram nos sindicatos e também entre os dirigentes da I Internacional. Ele defendia ardorosamente ideias bem semelhantes às dos Pais da Igreja, os teólogos que construíram a teologia do catolicismo na Idade Média. Pensador respeitado nos meios políticos, inclusive de esquerda, intelectuais e operários de toda a Europa, Proudhon dizia, por exemplo, que a função da mulher era a procriação e as tarefas domésticas e que, portanto, a mulher que trabalhava fora de casa estava roubando o trabalho do homem. Ele chegou a propor que o marido tivesse direito de vida ou morte sobre a sua mulher, em casos de desobediência ou falta de caráter, e demonstrava, mediante uma relação aritmética, a inferioridade do cérebro feminino em relação ao masculino”. Cf. TOLEDO, Cecília (org.). *A mulher e a luta pelo socialismo (Marx, Engels, Lenin, Clara Zetkin, Trotsky*). São Paulo: Sundemann, 2014, p. 12-13.

> passou a exigir direitos políticos para homens e mulheres e a abolição de todas as leis discriminatórias. (...)
>
> Clara Zetkin, da ala esquerda marxista, dirigiu o movimento socialista das mulheres durante todo o período anterior à I Guerra Mundial, e lutou dentro do SPD por uma perspectiva revolucionária sobre a questão da emancipação da mulher. Na década de 1890, o SPD se concentrou em primeiro lugar na organização sindical das mulheres, e obteve algumas conquistas importantes. Em 1896, por proposta de Clara Zetkin, o partido aprovou uma moção para iniciar o desenvolvimento de organizações especiais para uma atividade política mais ampla entre as mulheres. Além de trabalhar pelos objetivos gerais do partido, Zetkin lutou por bandeiras feministas, como igualdade política, licença-maternidade, legislação de proteção para a mulher trabalhadora, educação e proteção para as crianças e educação política para as mulheres.
>
> Até 1908, na maior parte da Alemanha, as mulheres estavam proibidas de se filiar a qualquer grupo político. Para burlar essa lei, o SPD organizou dezenas de "sociedades para a autoeducação das trabalhadoras", organizações livres que estavam parcialmente fora dos limites do partido, mas estreitamente ligadas a ele. De 1900 em diante se organizaram conferências bianuais de mulheres socialistas para unificar esses grupos e dar-lhes uma direção.
>
> A partir de 1908, as mulheres puderam se filiar legalmente ao SPD e o fizeram nas organizações especiais de mulheres do partido. Nessa época, Clara Zetkin dirigia uma equipe que publicava o jornal *Igualdade*, destinado às mulheres trabalhadoras. Todos os artigos davam uma visão marxista do problema das mulheres, retratavam suas lutas e seus dramas nas fábricas; o jornal tinha seções de cartas onde as leitoras podiam denunciar os casos de machismo e preconceito, e seções educativas, com textos teóricos para ajudar as mulheres trabalhadoras a conhecer a história da luta de classes e elevar seu nível político. O *Igualdade* era muito apreciado pelas leitoras e chegou a ter uma circulação de mais de 100 ml exemplares até 1912, esgotando-se rapidamente a cada nova edição.[16]

A III Internacional também se dedicou à discussão da questão da mulher. Sua constituição foi resultado da vitória do proletariado na Rússia em 1917. Na verdade, a revolução russa é o marco mais importante do século XX, em praticamente todas as questões inerentes aos interesses e necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras. Esse processo revolucionário que irrompeu em 1917 não só se constituiu em grande avanço no que se refere à libertação da mulher como demonstrou a profunda complexidade do problema e os grandes obstáculos enfrentados pela nova ordem econômica e social, depois da revolução proletária, para superar as tradições e os costumes conservadores nas relações entre homem e mulher e entre pais e filhos, enfim, para poder superar as antigas relações sociais e reconstruir novas relações entre homens e mulheres.

---

[16]Cf. TOLEDO, Cecília (org.). *A mulher e a luta pelo socialismo (Marx, Engels, Lenin, Clara Zetkin, Trotsky*). São Paulo: Sundemann, 2014, pp. 17-19.

Dando prosseguimento à análise desenvolvida por Marx e Engels, o líder da Revolução Russa de 1917, Lenin, destacou no seu *Discurso no I Congresso Pan-russo de operárias*, datado de 19 de novembro de 1918, os avanços e limites no combate à opressão da mulher:

> Companheiras! O congresso do setor feminino do exército proletário, assume, de um certo ponto de vista, importância particularmente grande, porque para as mulheres, em todos os países, tem sido difícil vir ao movimento. Não é possível uma revolução socialista sem a participação de imensa parte das mulheres trabalhadoras. Em todos os países civilizados, mesmo nos mais avançados, é tal a situação das mulheres que, com razão, são consideradas escravas domésticas. Em nenhum dos Estados capitalistas, nem mesmo nas repúblicas, as mulheres gozam de plena igualdade de direitos. A República dos Sovietes tem a tarefa de abolir, antes de tudo, qualquer limitação aos direitos femininos. Para obter o divórcio, já não se exige um processo judiciário: essa vergonha burguesa, fonte de aviltamento e de humilhação, foi completamente abolida pelo poder soviético. Há quase um ano a lei reconhece a plena liberdade de divórcio. Promulgamos um decreto que elimina não só a diferença entre os filhos legítimos e ilegítimos, mas também todas as limitações políticas daí advindas. Em nenhuma parte do mundo a igualdade e a liberdade das mulheres trabalhadoras atingiram uma realização tão completa. Sabemos que todo o peso dos vínculos tradicionais recai sobre a mulher que pertence à classe operária. Pela primeira vez na história, nossa lei cancelou tudo aquilo que fez da mulher um ser sem direitos. Mas não se trata da lei. Entre nós, a lei sobre a plena igualdade do casamento está conquistando terreno nas cidades e nas concentrações industriais, mas no campo ainda permanece letra morta. Até hoje ainda predomina ali o casamento religioso. Isso se deve à influência dos padres e esse é um mal que se combate com mais dificuldade que a antiga legislação. Os preconceitos religiosos devem ser combatidos com extrema prudência; aqueles que, no curso dessa luta, ofendem os sentimentos religiosos, causam um grande dano. É preciso lutar mediante um trabalho de propaganda e de esclarecimento. Conduzindo uma luta mais áspera, poderemos irritar as massas; uma luta desse tipo aprofunda a divisão das massas por motivos religiosos, enquanto a nossa força reside na unidade. A origem mais profunda dos preconceitos religiosos está na miséria e na ignorância; esses são os males que temos o dever de combater.[17]

Como relata Clara Zetkin, “o movimento feminino era para ele (Lenin) parte integrante e, em certas ocasiões, parte decisiva do movimento de massas. É desnecessário dizer que ele considerava a plena igualdade da mulher como um princípio indiscutível do comunismo”. Observa ainda que Lenin defendia a criação de “um poderoso movimento feminino internacional, fundado sobre uma base teórica clara e precisa – começou ele, depois de

[17]LENIN, V. I. Discurso no I Congresso Pan-russo de operárias. In: TOLEDO, Cecília (org.). *A mulher e a luta pelo socialismo (Marx, Engels, Lenin, Clara Zetkin, Trotsky*). São Paulo: Sundemann, 2014, p.83-84. Cf. também: LENIN, V. I. *Sobre a emancipação da mulher*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

haver-me saudado – É claro que não pode haver uma boa prática sem teoria marxista”.[18]

Portanto, com a vitória do proletariado sobre a burguesia na Revolução de Outubro de 1917, os direitos das mulheres foram garantidos e reconhecidos, tais como a igualdade jurídica entre homens e mulheres, o divórcio e o direito ao aborto. Foram construídos dispensários, hospitais, organizações desportivas, cinemas, teatros, restaurantes populares, maternidades, creches, jardins de infância, lavanderias coletivas. A participação das mulheres na política também aumentou consideravelmente, não só no seio do Estado, como do Partido Bolchevique e da III Internacional Comunista.

A III Internacional aprovou uma resolução sobre o trabalho político entre as mulheres no seu terceiro congresso, em 1921, recomendando aos partidos comunistas do ocidente e do oriente a “reforçar o trabalho entre o proletariado feminino, em particular a educação comunista das grandes massas operárias que devem entrar na luta pelo poder dos sovietes e pela organização da República Operária Soviética”.[19]

Estabelecendo métodos de atuação entre as mulheres, a resolução da Internacional Comunista assenta:

> o 3º Congresso da Internacional Comunista estabelece que o trabalho entre as mulheres proletárias deve ser levado pelos Partidos Comunistas de todos os países sobre as seguintes bases:
> 1. Admitir as mulheres como membros iguais em direitos e deveres em todos os Partidos e em todas as organizações proletárias (sindicatos, cooperativas, conselhos de antigos funcionários de usinas etc.).
> 2. Perceber a importância que existe em fazer as mulheres participarem ativamente de todos os planos de luta do proletariado (inclusive a defesa militar), da edificação de novas bases sociais, da organização da produção e da existência segundo os princípios comunistas.
> 3. Reconhecer a maternidade como uma função social, aplicar todas as medidas necessárias à defesa da mulher na sua condição de mãe.
> Declarando-se energicamente contra toda espécie de organização em separado das mulheres no seio do Partido, sindicatos ou outras associações operárias, o 3º Congresso da Internacional Comunista reconhece a necessidade, para o Partido Comunista, de empregar métodos particulares de trabalho entre as mulheres e estima útil em todos os Partidos Comunistas órgãos especiais encarregados desse trabalho.[20]

---

[18]Cf. ZETKIN, Clara. Lênin e o movimento feminino. In: TOLEDO, Cecília (org.). *A mulher e a luta pelo socialismo (Marx, Engels, Lenin, Clara Zetkin, Trotsky*). São Paulo: Sundemann, 2014, p. 165.
[19]Cf. TOLEDO, Cecília (org.). *A mulher e a luta pelo socialismo (Marx, Engels, Lenin, Clara Zetkin, Trotsky*). São Paulo: Sundemann, 2014, p. 237.
[20]Idem, pp. 242-243.

Entretanto, apesar dos esforços coletivos e das grandes conquistas das mulheres nos primeiros anos da revolução russa, a derrota da revolução na Alemanha e em outros países, o isolamento da Rússia soviética, a destruição material e de vidas humanas causada pelos anos de guerra civil levaram ao fortalecimento de uma burocracia no Estado, no partido e na Internacional Comunista, criando as bases para o surgimento do estalinismo e sua consolidação no poder.

O estalinismo resultou em retrocessos nas conquistas das mulheres, como é o caso das restrições aos direitos ao divórcio e ao aborto:

> Nos anos 1930 e 1940, com o estalinismo, a luta das mulheres toma novos rumos, devido à promoção de políticas retrógradas. A seção feminina do partido é dissolvida (em 1929), voltam a ser penalizados a homossexualidade (1934) e o aborto (de 1936 a 1955), a educação é novamente dividida entre mulheres e homens, as condições de obtenção do divórcio se complicam, dando lugar a um retorno da moral e da família tradicionais.[21]

Cecília Toledo resume também esses retrocessos assim:

> Sob a direção de Stalin, a burocracia impôs à revolução um regime de opressão cada vez mais destrutivo em todas as esferas, o que resultou num retrocesso enorme de todas as conquistas obtidas pela mulher na Revolução de Outubro. A família foi recolocada em seu pedestal, o aborto voltou a ser ilegal, o divórcio se tornou cada vez mais difícil, a prostituição e a homossexualidade voltaram a ser considerados crimes, as creches foram fechadas ou tiveram seus horários reduzidos.[22]

Trotsky analisou o retrocesso promovido pela ascensão da burocracia soviética e do estalinismo ao poder do Estado russo na questão da mulher. Disse inicialmente, ao analisar o papel da Revolução Russa quanto à questão da mulher, que a

> Revolução de Outubro cumpriu honestamente a sua palavra no que se refere à mulher. O novo poder não se contentou em dar à mulher os mesmos direitos jurídicos e políticos do homem, fez também – e muito mais do que isso – tudo o que podia, e de qualquer modo infinitamente mais do que qualquer outro regime, para lhe dar acesso a todos os domínios econômicos e culturais.[23]

---

[21]Cf. SCHNEIDER, Graziela (org.). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017, pp. 11-12.
[22]Idem, p. 29. Cf. também: GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e Revolução*. São Paulo; Boitempo, 2014.
[23]TROTSKY, Leon. Termidor no lar. In: TOLEDO, Cecília (org.). *A mulher e a luta pelo socialismo (Marx, Engels, Lenin, Clara Zetkin, Trotsky*). São Paulo: Sundemann, 2014, p 223.

Para os revolucionários e as revolucionárias russos, o velho lar familiar, marcado pelas relações patriarcais e pelo confinamento da mulher às tarefas domésticas, a família

> considerada como uma pequena empresa fechada, devia ser substituída, segundo os revolucionários, por um sistema completo de serviços sociais (...). A absorção completa, por parte da sociedade socialista, das funções econômicas da mulher, ligando toda uma geração pela solidariedade e assistência mútua, devia levar a mulher, e portanto o casal, a uma verdadeira emancipação da dominação secular.[24]

Entretanto, com o processo de burocratização do Estado russo levado a cabo pelo estalinismo, houve profundos retrocessos. Cecília Toledo cita outra passagem da obra de Trotsky, em que o revolucionário russo expõe esses retrocessos na questão da mulher, depois do processo de estalinização do Estado operário russo:

> Já em outro artigo, de 1938, intitulado 'O governo soviético ainda segue os princípios adotados há vinte anos?' Trotsky resumia o processo pelo qual foram anuladas as conquistas obtidas pelas mulheres depois da revolução: 'A posição da mulher é o indicativo mais claro e eloquente para avaliar um regime social e a política do Estado. A Revolução de Outubro inscreveu em sua bandeira a emancipação da mulher e criou a legislação mais progressiva da história sobre o casamento e a família. Isto não quer dizer, claro, que só isso bastasse para a mulher soviética ter, imediatamente, uma 'vida feliz'. A verdadeira emancipação da mulher é inconcebível sem um crescimento geral da economia e da cultura, sem a destruição da unidade econômica familiar pequeno-burguesa, sem a introdução da preparação socializada dos alimentos e sem a educação. Enquanto isso, guiada por seu instinto de conservação, a burocracia se assustou com a 'desintegração' da família. Começa a fazer elogios à vida em família, ou seja, à escravidão doméstica da mulher. Como se não bastasse, a burocracia restaurou a penalização criminal do aborto, fazendo a mulher retroceder oficialmente à posição de animal de carga. Em completa contradição com o abecê do comunismo, a casta dominante restabeleceu desse modo o núcleo mais reacionário e obscurantista do regime de classes, ou seja, a família pequeno-burguesa'.[25]

Trotsky argumentou que uma reforma radical da família e, no geral, de toda a vida doméstica exige

> da classe operária no seu conjunto uma consciência aguda dos problemas e dos esforços a realizar; isso pressupõe, da parte da própria classe operária, um enorme trabalho de educação cultural. (...) Estabelecer a igualdade política da mulher e do homem no Estado soviético é um dos problemas mais simples. Estabelecer a igualdade econômica do trabalhador e da trabalhadora na fábrica,

[24]Idem, p 224.
[25]Cf. TOLEDO, Cecília (org.). *A mulher e a luta pelo socialismo (Marx, Engels, Lenin, Clara Zetkin, Trotsky*). São Paulo: Sundemann, 2014, p. 237.

> na oficina, no sindicato, é já muito difícil. Mas estabelecer a igualdade efetiva do homem e da mulher na família, eis o que é incomparavelmente mais complicado e exige imensos esforços para revolucionar todo o seu modo de vida. E, no entanto, é evidente que enquanto a igualdade do homem e da mulher não for atingida na família, não se poderá seriamente falar de sua igualdade na produção, nem mesmo da sua igualdade política, pois se a mulher continua escravizada à família, à cozinha, ao sabão e à costura, suas possibilidades de agir na vida social e na vida do Estado continuam reduzidas ao extremo.[26]

Não obstante, não se pode hoje discutir seriamente a questão da mulher, sem analisar as transformações e os resultados da Revolução de Outubro de 1917. A IV Internacional, fundada por Leon Trotsky, em 1938, em seu *Programa de Transição*, no ponto intitulado "Um lugar às mulheres trabalhadoras! Um lugar à juventude!", destaca:

> As organizações oportunistas, por sua própria natureza concentram sua atenção principalmente nas camadas superiores da classe operária e, consequentemente, ignoram igualmente a juventude e as mulheres trabalhadoras. Entretanto, a época do declínio capitalista atinge cada vez mais duramente a mulher, tanto a assalariada quanto a dona de casa. As seções da IV Internacional devem procurar apoio nas camadas mais exploradas da classe operária e, consequentemente, entre as mulheres trabalhadoras. Encontrarão aí inesgotáveis fontes de devotamente, abnegação e espírito de sacrifício.[27]

É preciso realçar na história da questão da mulher, entre revolucionárias e revolucionários marxistas, o papel de Clara Zetkin. Foi uma das mais importantes dirigentes marxistas na II e na III Internacionais. Foi dirigente não só do Partido Socialdemocrata Alemão (SPD) como também foi eleita membro do Comitê Central do Partido Comunista Alemão, fundado em 1918. No II Encontro Internacional de Mulheres Socialistas realizado em Copenhague, em 1910, Zetkin propôs a criação de um Dia Internacional das Mulheres, em homenagem às mulheres trabalhadoras. Nessa época,

> as mulheres estavam lutando muito, sobretudo nos Estados Unidos e na Europa, participando das greves junto com os homens. Em 1909, por exemplo, 30 mil costureiras industriais de grandes fábricas norte-americanas cruzaram os braços exigindo melhores salários, redução da jornada de trabalho, repúdio ao trabalho infantil e direito de sindicalização.[28]

Cecília Toledo observa;

---

[26]TROTSKI, Leon. *Questões do modo de vida.* São Paulo: Sundermann, 2009, p. 40-41.
[27]TROTSKY, Leon. *O programa de transição para a revolução socialista.* São Paulo: Sundermann, 2008, p. 79.
[28]TOLEDO, Cecília (org.). *A mulher e a luta pelo socialismo (Marx, Engels, Lenin, Clara Zetkin, Trotski*). São Paulo: Sundermann, 2014, p. 27.

> Clara Zetkin sempre nos alertou que nossa escravidão como mulheres tem todas as suas raízes no regime burguês e que para terminar com essa escravidão é preciso construir uma nova ordem social. (...) chama a atenção para a necessidade de desenvolver o trabalho político entre as mulheres, ressaltando o caráter de classe dessa luta. (...). Clara Zetkin lutou contra o canto de sereia do reformismo burguês, que procurava separar a luta das mulheres operárias contra a opressão das lutas gerais do proletariado contra o capitalismo. Ela insistia em que "A propaganda entre as mulheres precisa tocar todas as questões que são de grande importância para o movimento geral do proletariado", e que a principal tarefa era despertar a consciência de classe das mulheres para conquistar esse enorme exército para a luta pelo socialismo.[29]

Por último, já é hora das organizações políticas socialistas dar um lugar decisivo ao problema das opressões e ao seu combate no interior das próprias organizações. Não se pode combater o machismo, o racismo e a LGBTfobia na sociedade inteira se não se trava uma luta sem tréguas no interior das próprias organizações, de maneira coletiva, contra a expressão dessas ideologias dentro dos partidos. Não se pode relegar essa luta para um futuro incerto ou para depois da tomada do poder pelos trabalhadores e o início da construção socialista.

A esse respeito, temos uma orientação fundamental de Lenin sobre o combate à opressão dentro e fora do partido revolucionário que, embora se refira à opressão das mulheres, se aplica a todas as formas de opressão:

> Nosso trabalho comunista entre as massas femininas, nosso trabalho político, compreende uma parte considerável de trabalho educativo entre os homens. Devemos extirpar até as últimas e menores raízes do velho ponto de vista próprio dos tempos de escravidão. Devemos fazê-lo tanto no partido como nas massas.[30]

A concepção marxista da opressão da mulher, elaborada em seus fundamentos por Marx e Engels e aprofundada pelos marxistas revolucionários do século XX, continua plenamente atual e serve de farol para a organização e a luta das mulheres trabalhadoras em todos os países e continentes por sua emancipação. Evidentemente, essas aquisições devem ser constantemente enriquecidas com o desenvolvimento dos conhecimentos científicos e pela experiência do movimento de libertação das mulheres contra a exploração e a opressão ao longo do século XX e começos do século atual. É o caso das manifestações de massas contra a violência machista, que resulta no aumento de mortes de mulheres, nos casos de feminicídio.

[29]Idem, pp. 27-28.
[30]LÊNIN, V. I. *Sobre a emancipação da mulher.* São Paulo: Alfa-Omega, 1980, p. 118.

2.2. Opressão dos negros e negras

A análise da opressão dos negros ocupa também um espaço importante na obra de Marx e Engels.[31] Ao contrário da opressão das mulheres, que surge historicamente a partir da constituição das primeiras sociedades classistas e engloba todas as sociedades pré-capitalistas (excetuando as sociedades comunistas primitivas) e a sociedade capitalista moderna, a opressão dos negros e negras é um fenômeno ligado à origem e desenvolvimento da sociedade capitalista. Da mesma forma, a ideologia correspondente ao fenômeno da escravidão, nascida para justificá-la e que sobrevive ao próprio fim do escravismo, é o racismo.

Contrariando muitas observações de analistas sobre a relação entre o marxismo e a questão negra, no sentido de que supostamente o marxismo não teria uma concepção sobre a emancipação de negros e negras da opressão racial, o fato é que Marx, ao analisar as origens do capitalismo, em *O Capital*, de 1867, acabou por estabelecer as bases de uma concepção verdadeiramente histórica e materialista da origem da opressão de negros e negras.

Quando analisamos a contribuição de *O Capital* para a explicação da origem, desenvolvimento, dinâmica, estrutura e crise da sociedade burguesa, falamos da chamada *acumulação primitiva do capital*. Trata-se do capítulo de *O Capital* em que Marx demonstrou que, ao contrário de alguns ideólogos burgueses, o capitalismo não é produto de qualidades excepcionais dos capitalistas, mas de um processo violento de transformações, que resultaram na superação do modo de produção feudal e imposição do modo de produção capitalista.

O desenvolvimento das forças produtivas e do mercado irrompeu as cadeias das relações de produção e de propriedade feudais, que se transformaram em verdadeiro estorvo às novas forças produtivas altamente avançadas e ao comércio. As relações sociais de produção servis foram suplantadas e, em seu lugar, impuseram-se as novas relações de produção

[31]JAMES, C. L. R; TROTSKI, Leon e BREITMAN, George. *A revolução e o negro: textos do trotskismo sobre a Questão Negra*. São Paulo: Edições Iskra, 2015; SILVA, Wilson Honório da. *O mito da democracia racial: um debate marxista sobre raça, classe e identidade*. São Paulo: Sundemann, 2016; DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016; *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2017. .

capitalistas, baseadas na exploração da força de trabalho assalariada pelo capital, sob a base da grande propriedade privada dos meios de produção.

Mas, para que o capitalismo pudesse se impor, foi necessário o acúmulo de uma grande soma de capitais nas mãos da burguesia europeia, dos grandes comerciantes e dos governos. A *acumulação primitiva do capital* se deu pela via da expropriação dos meios de vida dos produtores diretos (camponeses e artesãos), da imposição das leis de assalariamento (*leis sanguinárias*), do cercamento das terras e expulsão de camponeses pobres, obrigados a se refugiarem nas cidades e a se assalariar para ganhar a vida, vendendo a sua força de trabalho e da exploração desenfreada dos recursos (flora e fauna) das colônias europeias, em particular o ouro e a prata.

Como assevera Marx no capítulo sobre *A chamada acumulação primitiva*, em *O Capital*:

> O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios de produção pelos quais realizam o trabalho. Quando a produção capitalista se torna independente, não se limita a manter essa dissociação, mas reproduzir em escala cada vez maior. O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que transforma capital em meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista.[32]

Não obstante, os meios para acumular capital nas mãos da burguesia não se esgotam aí. O mais aviltante desses meios foi o tráfico de negros e a sua escravização, em particular na América Latina e nos Estados Unidos nos sistemas de *plantation*. No Brasil, os colonizadores tentaram inicialmente utilizar a força de trabalho dos indígenas em condições de escravo, mas não surtiu os efeitos desejados. Em seguida, passaram a importar os negros, vindos da África, para se tornarem mão de obra escrava a serviço dos grandes proprietários de terras. Estima-se que foram “transportados para as Américas de 8 milhões a 11 milhões de africanos durante todo o período do tráfico negreiro; desse total, 4,9 milhões tiveram como destino final o Brasil”.[33]

---

[32]Cf. MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, l. 1, v. II, 2006, p.828.

[33]Cf. SCHWARCZ, Lilia M. e STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia.* São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 82; DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016; *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2017.

Marx acompanhou atentamente esse processo de escravização do trabalhador negro:

> As descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcam os albores da era da produção capitalista. Esses processos idílicos são fatores fundamentais da acumulação primitiva. (...)
>
> Os diferentes meios propulsores da acumulação primitiva se repartem numa ordem mais ou menos cronológica por diferentes países, principalmente Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, nos fins do século XVII, são coordenados através de vários sistemas: o colonial, o das dívidas públicas, o moderno regime tributário e o protecionismo. Esses métodos se baseiam em parte na violência mais brutal, como é o caso do sistema colonial. Mas todos eles utilizavam o poder do Estado, a força concentrada e organizada da sociedade para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção no modo capitalista, abreviando assim as etapas de transição. A força é o parteiro de toda sociedade velha que traz uma nova em suas entranhas. Ela mesma é uma potência econômica.[34]

Em outra passagem, Marx mostra o papel da Inglaterra no tráfico de negros:

> A Inglaterra conseguiu a concessão de fornecer anualmente à América Espanhola, até o ano de 1743, 4.800 negros. Isto servia, ao mesmo tempo, para encobrir sob o manto oficial o contrabando britânico. Na base do tráfico negreiro, Liverpool teve um grande crescimento. O tráfico constituía seu método de acumulação primitiva. E até hoje “a gente respeitável” de Liverpool canta loas ao tráfico negreiro (vide a obra do Dr. Aikin, de 1795, já citada), o qual “incentiva até a paixão o espírito de empreendimento comercial, gera famosos marinheiros e traz grandes fortunas”. Liverpool empregava 15 navios no tráfico negreiro, em 1730; 53, em 1751; 96, em 1770, e 132, em 1792.[35]

A Inglaterra foi não só o país que se encontraria, mais adiante, na linha de frente do processo de desenvolvimento do capitalismo e da industrialização. Foi também um dos grandes traficantes de trabalhadores negros da África para outros países, nas piores condições de degradação humana, arrancados de suas comunidades para serem submetidos ao processo de escravização. Com suor e sangue dos negros se construiu a riqueza acumulada na Europa pela burguesia, a partir da exploração colonial.

Outro elemento importante na discussão da questão da opressão dos negros diz respeito à escravidão nos EUA e o conflito entre os capitalistas do

---

[34]MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, l. 1, v. II, 2006, p. 864.
[35]Idem, p. 873.

norte e os senhores de escravos do sul. A Guerra Civil norte-americana, que durou de 1861 a 1865 significou a declaração de secessão de estados do sul - inicialmente em número de sete, depois onze -, separando-se dos Estados Unidos da América e constituindo os Estados Confederados da América.

É preciso lembrar que o país vivenciava um desenvolvimento bastante avançado das forças produtivas, e, embora a Inglaterra ainda fosse o país central do capitalismo internacional, os EUA mais a frente se tornariam uma potência capitalista imperialista. A razão fundamental do conflito entre o norte capitalista e o sul escravista era a questão da mão de obra escrava, utilizada largamente pelos estados que se separam.

O conflito finalizou com a vitória dos exércitos do norte sobre o sul. A ação dos negros em favor da libertação da escravidão foi decisiva para a vitória da União contra os Estados Confederados. Por outro lado, os trabalhadores ingleses impediram que o governo inglês atuasse em favor dos Estados escravistas do sul por meio de uma intervenção na Guerra Civil. Abraham Lincoln era presidente dos Estados Unidos por ocasião da guerra civil, tendo sido assassinado em 1865. Com o término do conflito a escravidão foi abolida, embora os preconceitos e a segregação racial continuassem décadas a fio.[36]

A luta contra escravidão nos Estados Unidos ganhou a simpatia dos trabalhadores e foi encarada com entusiasmo pela Associação Internacional dos Trabalhadores. A I Internacional, baseada no internacionalismo proletário, na ação para unir os trabalhadores de todos os países em torno das suas lutas comuns, tinha clareza de que a vitória do norte capitalista sobre o sul escravista nos EUA significava um fator importante no avanço do movimento operário e teria impacto também na Europa. Marx e a organização internacional sabiam das limitações de Lincoln, mas também tinham consciência de que a destruição da escravidão era um grande passo para os trabalhadores. Como representante da I Internacional, escreveu uma *Carta a Abraham Lincoln*, escrita entre 22 e 29 de novembro de 1864, na qual felicita “o povo americano pela sua reeleição por uma ampla maioria. Se a palavra de ordem reservada da sua primeira eleição foi resistência ao *Poder dos*

[36]BREITMAN, George. Quando surgiu o preconceito contra o negro. In: JAMES, C. L. R; TROTSKI, Leon e BREITMAN, George. *A revolução e o negro: textos do trotskismo sobre a Questão Negra*. São Paulo: Edições Iskra, 2015, pp. 11-20.

Escravistas (Slave Power), o grito de guerra triunfante da sua reeleição é *Morte à Escravatura*".[37]

De fato, as desconfianças de Marx de que o processo revolucionário contra a escravidão dos negros não fosse levado às últimas consequências pelo governo dos EUA acabaram se confirmando. Como afirma C. L. R. James, qualquer negro

> sabe que a última coisa que Lincoln tinha mente era a emancipação dos negros. O que é importante é que, por razões tanto internas quanto externas, Lincoln teve que atraí-los à luta revolucionária. Ele disse que sem a emancipação o norte provavelmente não teria vencido, e muito provavelmente estava certo. Milhares de negros lutaram do lado sul da guerra, com a esperança de assim conquistar a liberdade. O decreto da abolição destruiu a coesão social do sul. Não se trata somente do norte ter ganho, mas como Lincoln ressaltou, do sul ter perdido. Do lado do norte 220.000 negros lutaram com tanta valentia que era impossível realizar com tropas brancas o que fora alcançado com eles. Lutaram não somente com valentia revolucionária mas com frieza e disciplina exemplares. Os melhores dentre eles se enchiam de orgulho revolucionário. Lutaram por igualdade. Uma companhia empilhou suas armas em frente de seu comandante em protesto contra a discriminação. Lincoln também se aproximou da [ideia de] abolição por pressão da classe trabalhadora britânica. Palmeston queria intervir pelo lado do sul mas enfrentou oposição no gabinete por parte de Gladstone. Liderada por Marx, a classe trabalhadora britânica opôs-se tão vigorosamente à guerra que era impossível organizar um ato pró-guerra em qualquer lugar da Inglaterra.[38]

Marx afirma que "os operários da Europa sentiram instintivamente que a bandeira das estrelas carregava o destino da sua classe". Ao impedir a intervenção inglesa nos EUA a favor do sul escravista, os trabalhadores haviam cumprido um papel internacionalista e revolucionário em apoio à luta contra a escravidão. Entendendo o caráter e a dimensão do conflito, os trabalhadores ingleses suportaram "por toda parte, as privações que lhes eram impostas pela crise do algodão, opuseram-se entusiasticamente à intervenção pró-escravatura – importuna exigência dos seus superiores – e, na maior parte das regiões da Europa, contribuíram com a sua quota de sangue para a boa causa".[39]

Marx afirmou também em *O Capital*:

---

[37]MARX, Karl. Carta a Abraham Lincoln. In: KARL, Marx. *A origem do capital: a acumulação primitiva*. São Paulo: Edições Iskra, 2015, p. 117.
[38]Cf. JAMES, C.L.R. A revolução e o negro. In: JAMES, C. L. R; TROTSKI, Leon e BREITMAN, George. *A revolução e o negro: textos do trotskismo sobre a Questão Negra*. São Paulo: Edições Iskra, 2015, p. 31.
[39]Idem, p. 118-119.

> Nos Estados Unidos da América todo o movimento operário independente ficou paralisado enquanto a escravidão desfigurava uma parte da república. O trabalhador de pele branca não pode ser emancipado onde o de pele negra é estigmatizado. Mas, da morte da escravidão brotou logo uma vida novamente rejuvenescida. O primeiro fruto da Guerra Civil foi a agitação pelas oito horas, caminhando a passos largos, com as botas das sete léguas da locomotiva, do Atlântico até ao oceano Pacífico, da Nova Inglaterra até a Califórnia. O congresso geral de operários de Baltimore (Agosto de 1866) declarou: A primeira e grande necessidade do presente – libertar o trabalho deste país da escravidão capitalista – é a aprovação de uma lei pela qual oito horas venham a ser o dia de trabalho normal em todos os Estados da União Americana. Estamos decididos a empregar todo o nosso poder até que este glorioso resultado seja alcançado.[40]

É preciso entender, na esteira do pensamento marxista, como diz Breitman, que

> o preconceito de raça beneficia os interesses da classe capitalista e prejudica os interesses da classe trabalhadora. O que não é tão conhecido – revelando-se como surpresa para muitos marxistas – e deveria ser mais bem conhecido é o fato do preconceito de raça ser um fenômeno singularmente capitalista, que não existia ou não possuía influência perceptível em sociedades pré-capitalistas (isto é, antes do século XVI).
>
> Centenas de estudiosos modernos rastrearam o preconceito contra o negro (para nos referirmos ao mais importante e prevalecente tipo de preconceito de raça nos Estados Unidos) ao comércio de escravos africanos e à escravização de negros – os comerciantes de escravos e mercadores capitalistas, primeiramente da Europa e em seguida dos Estados Unidos, e os senhores de escravos – exigiam uma racionalização e justificativa moral para uma instituição social arcaica que obviamente desrespeita os princípios relativamente ilustrados defendidos pela sociedade capitalista em sua luta contra o feudalismo. Racionalizações sempre surgem quando interesses econômicos poderosos as necessitam (é assim que a maioria dos políticos e padres, editores e professores ganham suas vidas) e neste caso a teoria segundo a qual os negros são “inferiores” surgiu logo após a descoberta de que a escravidão era excepcionalmente lucrativa.[41]

A grande questão que se coloca é que, mesmo após o fim da escravidão, por exemplo, no Brasil e nos Estados Unidos, o preconceito de raça e a opressão dos negros permanecem, sendo um fator que joga a favor da dominação dos capitalistas e do seu propósito de aumentar a exploração do trabalho e dividir a classe trabalhadora. Também continuam presentes no cotidiano a violência policial e os assassinatos de jovens negros e negras nas comunidades. Tal como ocorre com as demais formas de opressão – a

---

[40]Citado em SILVA, Wilson Honório da. *O mito da democracia racial: um debate marxista sobre raça, classe e identidade*. São Paulo: Sundemann, 2016, pp. 30-31.

[41]BREITMAN, George. Quando surgiu o preconceito contra o negro. In: JAMES, C. L. R; TROTSKI, Leon e BREITMAN, George. *A revolução e o negro: textos do trotskismo sobre a Questão Negra*. São Paulo: Edições Iskra, 2015, pp. 11-12.

exemplo do machismo e da LGBTfobia, o racismo é instrumentalizado pela burguesia para justificar o processo de exploração da força de trabalho e as desigualdades nos mais diversos setores da vida social, política e econômica. George Breitman observa: “Nenhuma classe exploradora descarta em vão armas que podem ajudá-la a manter seu domínio, e o racismo já havia demonstrado sua potência como força para dividir, perturbar e desorientar classes oprimidas em uma sociedade exploradora”.[42]

Significa dizer que para Marx e Engels e para os marxistas revolucionários, o destino das formas de opressão, como o racismo, por exemplo, está ligado à capacidade da classe trabalhadora e dos oprimidos se organizarem em torno da estratégia de combate ao capitalismo e de construção do socialismo. Sem destruir as bases materiais da opressão e da exploração é impossível a superação de todas as formas de opressão, em particular o racismo, que surgiu e se desenvolveu junto com o capitalismo. Como afirma Breitman, o “preconceito contra o negro surgiu a partir das necessidades do capitalismo, é produto do capitalismo, pertence ao capitalismo e somente quando o capitalismo morrer”.[43]

A III Internacional em seu quarto congresso aprovou a *Tese sobre a questão negra*, datada de 30 de novembro de 1922, que sintetiza, aprofunda e desenvolve a posição marxista diante do problema da opressão racial. O congresso da Internacional Comunista reconhece que

> Durante e depois da guerra um movimento revolucionário começou a desenvolver-se entre os povos coloniais e semicoloniais e este movimento ainda desafia a dominação do capital mundial. Portanto, se o capitalismo é para continuar, ele deve entrar em acordo com o problema cada vez mais difícil de como intensificar a sua colonização das regiões habitadas por pessoas negras.[44]

Dessa forma, a resolução aprovada estabelece:

> o IV Congresso dá aos comunistas a responsabilidade especial de vigiar de perto a aplicação das "Teses sobre a questão colonial" à situação dos negros. a) O IV Congresso considera essencial apoiar todas as formas do movimento negro que visam minar ou enfraquecer o capitalismo e o imperialismo ou impedir a sua expansão; b) A Internacional Comunista lutará pela igualdade racial de negros e brancos, por salários iguais e igualdade de direitos sociais e políticos; c) A Internacional Comunista fará todo o possível para forçar os sindicatos a

[42]Idem, p. 13-14.
[43]Idem, p. 19.
[44]Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/1922/11/30.htm.

> admitirem trabalhadores negros onde a admissão é legal, e vai insistir numa campanha especial para alcançar este fim. Se esta não tiver êxito, ela irá organizar os negros nos seus próprios sindicatos e então fazer uso especial da tática da frente única para forçar os sindicatos gerais a admiti-los; d) A Internacional Comunista vai tomar imediatamente medidas para convocar uma conferência ou congresso internacional negro em Moscou.[45]

A IV Internacional realizou também intensos debates sobre a questão da opressão de negros e negras, em particular nos Estados Unidos e na África do Sul. São muitos os documentos produzidos no seio da IV Internacional sobre a questão da opressão do negro. Já vimos mais acima o esforço de George Breitman e CLR James de assentar, a partir do materialismo histórico, os fundamentos da opressão do negro no capitalismo e mostrar como o destino dessa opressão está indissoluvelmente ligado ao fim do capitalismo e à construção do socialismo.

CLR James destacou o papel dos negros e negras nos grandes acontecimentos políticos da nossa época, a da sociedade capitalista. Afirmou que

> A história revolucionária dos negros é rica, inspiradora e desconhecida. Negros se rebelaram contra os caçadores de escravos na África; rebelaram-se contra os comerciantes de escravos no Atlântico. Se rebelaram nas *plantations*.
>
> O negro dócil é um mito. Escravos em navios escravistas se atiraram ao mar, fizeram longas greves de fome, atacaram as tripulações. Há registros de escravos que subjugaram a tripulação e tomaram controle do navio levando-o até o cais, um feito de extraordinária audácia revolucionária. Na Guiana Britânica, durante o século XVIII os negros se revoltaram, tomaram controle da colônia holandesa e a controlaram por anos. Eles se retiraram para o interior, forçaram os brancos a assinar um tratado de paz e permanecem livres até o dia de hoje. Todas as colônias do caribe, principalmente a Jamaica, São Domingos e Cuba, as maiores ilhas, tiveram seus quilombos, formados por negros audazes que haviam fugido para o interior e se organizado para defender seus direitos. Na Jamaica, o governo britânico, após tentar em vão extingui-los, aceitou sua existência através de tratados de paz, respeitados escrupulosamente por ambos os lados durante muitos anos, e então rompidos pela traição britânica. Na América, os negros organizaram cerca de 150 revoltas de destaque contra a escravidão. O único lugar onde os negros não se rebelaram é nos livros de historiadores capitalistas. Toda essa história revolucionária pode parecer uma surpresa para aqueles que, independentemente, a qual Internacional estejam afiliados, seja a Segunda, Terceira ou Quarta, ainda não se emanciparam das mentiras perniciosas do capitalismo anglo-saxão. Não é estranho que os negros tenham se rebelado. Teria sido estranho se não o fizessem.[46]

---

[45]Idem, ibidem.

[46]Cf. JAMES, C.L.R. A revolução e o negro. In: JAMES, C. L. R; TROTSKI, Leon e BREITMAN, George. *A revolução e o negro: textos do trotskismo sobre a Questão Negra*. São Paulo: Edições Iskra, 2015, p. 22.

Leon Trotsky, dirigente da IV Internacional, achava decisivo para os marxistas “encontrar o caminho para este estrato”, sob pena dos revolucionários não serem “capazes de nada. A Revolução Permanente e todo o resto seriam apenas uma mentira (...). É uma questão vital para o partido (...). É uma questão que determina se o partido está para se transformar em uma seita ou se é capaz de encontrar seu caminho até a porção mais oprimida da classe trabalhadora”.[47]

Nesse sentido, era preciso elaborar, a partir da experiência concreta da luta de classes contra o racismo e o capitalismo, uma estratégia e uma tática apropriadas. Geoge Novack observou em certa oportunidade:

> Um dos maiores problemas que a revolução democrático-burguesa dos Estados Unidos deixou sem resolver foi a abolição dos velhos estigmas da escravidão, com a integração sem restrições dos negros na vida norte-americana. Esta tarefa foi parcialmente solucionada pela burguesia industrial do norte durante a guerra civil (...). Os porta vozes dos democratas e republicanos consideram necessário dizer que poderão de fato cumprir esta tarefa; os reformistas de todo tipo juram que o governo burguês poderá fazê-lo. É nossa opinião, contudo, que só a luta conjunta do povo negro e das massas operárias contra os governantes capitalistas será capaz de combater os restos da escravidão até sua conclusão vitoriosa. Nesse sentido, a revolução socialista completará o que resta realizar da revolução democrático-burguesa.[48]

O fundamental da luta contra as opressões é articular as reivindicações democráticas e parciais nos mais diversos campos (condições de trabalho, salários, empregos, saúde, educação, cultura, contra a violência racista e as discriminações) com a luta pela revolução socialista, isto é, a superação da ordem do capital e a construção do socialismo, única forma de superar completamente todas as formas de opressão. Com isso, conseguiremos ultrapassar tanto no seio dos movimentos contra as opressões (de mulheres, de negros e de negras e contra a LGBTfobia) as posições reformistas (a visão de que devemos lutar apenas por reformas parciais, restritas ao âmbito da sociedade burguesa) e o esquerdismo (que transforma o debate sobre as opressões em algo formal e relegam para um futuro distante, após a tomada do poder pelos trabalhadores, o combate às opressões).

---

[47]Citado em SILVA, Wilson Honório da. *O mito da democracia racial: um debate marxista sobre raça, classe e identidade*. São Paulo: Sundemann, 2016, p. 15.

[48]Trata-se de uma passagem da obra de George Novack intitulada *A lei do desenvolvimento desigual e combinado na sociedade*, citada em SILVA, Wilson Honório da. *O mito da democracia racial: um debate marxista sobre raça, classe e identidade*. São Paulo: Sundemann, 2016, p. 18.

A esse respeito, a experiência do estalinismo internacionalmente foi extremamente nefasta, tendo em vista que

> as direções estalinistas traíram os processos de luta de classes em países onde houve luta contra opressão imperialista e situações revolucionárias. O estalinismo afastou o povo negro do marxismo, contribuindo assim para que aqueles que honestamente dedicaram suas vidas ao combate ao racismo, na grande maioria das vezes o fizessem completamente órfãos de uma estratégia, programa e direção revolucionária, e, portanto, sob a condição de direções que traíram, desviaram e derrotaram toda a disposição de luta contra o racismo que se expressaram, genuinamente em vários países ao longo da história. Muitas destas lutas foram orientadas por visões de mundo diferentes, algumas vezes tributárias da ideologia dominante no sentido de negarem a centralidade do combate entre as classes para combater o racismo.[49]

O capitalismo articula exploração e opressão de maneira tão íntima que não é possível lutar contra os processos de exploração da força de trabalho pelo capital e as condições de trabalho na sociedade burguesa atual (baixos salários, precarização, terceirização, desemprego) sem lutar decisivamente contra todas as formas de opressão, que são manipuladas ideologicamente para dividir os trabalhadores e trabalhadoras. Da mesma maneira, é impossível travar uma luta verdadeiramente coerente contra as formas de opressão existentes, em particular o racismo, sem combater a exploração do trabalho pelo capital e as formas degradantes de trabalho.

REFERÊNCIAS:

ALFONSO, Daniel Angyalossy e PABLITO, Marcelo. A luta do povo negro e a revolução socialista. In: JAMES, C. L. R; TROTSKI, Leon e BREITMAN, George. *A revolução e o negro: textos do trotskismo sobre a Questão Negra*. São Paulo: Edições Iskra, 2015.

ARMAND, Inessa. As trabalhadoras na I Internacional. In: SCHNEIDER, Graziela (org.). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017.

BOITO, Misa (org.). *A luta contra a opressão da mulher: recuperando uma abordagem de classe (Friedrich Engels, Karl Marx, V. I. Lênin, Clara Zetkin, Alexandra Kollontai, Rosa Luxemburgo, Leon Trotsky*). São Paulo: Nova Palavra, 2016.

BREITMAN, George. Quando surgiu o preconceito contra o negro. In: JAMES, C. L. R; TROTSKI, Leon e BREITMAN, George. *A revolução e o negro: textos do trotskismo sobre a Questão Negra*. São Paulo: Edições Iskra, 2015.

CARRASCO, Carmen e PETIT, Mercedes. *Mulheres trabalhadoras e marxismo*: *um debate sobre a opressão*. São Paulo: Sundemann, 2012.

[49] ALFONSO, Daniel Angyalossy e PABLITO, Marcelo. A luta do povo negro e a revolução socialista. In: JAMES, C. L. R; TROTSKI, Leon e BREITMAN, George. *A revolução e o negro: textos do trotskismo sobre a Questão Negra*. São Paulo: Edições Iskra, 2015, p. 96.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
____. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2017.
ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. In: TOLEDO, Cecília (org.). *A mulher e a luta pelo socialismo (Marx, Engels, Lenin, Clara Zetkin, Trotsky*). São Paulo: Sundemann, 2014.
GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e Revolução*. São Paulo; Boitempo, 2014.
JAMES, C. L. R; TROTSKI, Leon e BREITMAN, George. *A revolução e o negro: textos do trotskismo sobre a Questão Negra*. São Paulo: Edições Iskra, 2015.
JAMES, C.L.R. A revolução e o negro. In: JAMES, C. L. R; TROTSKI, Leon e BREITMAN, George. *A revolução e o negro: textos do trotskismo sobre a Questão Negra*. São Paulo: Edições Iskra, 2015.
LENIN, V. I. Discurso no I Congresso Pan-russo de operárias. In: TOLEDO, Cecília (org.). *A mulher e a luta pelo socialismo (Marx, Engels, Lenin, Clara Zetkin, Trotsky*). São Paulo: Sundemann, 2014.
____. *Sobre a emancipação da mulher*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
LESSA, Sergio. *Abaixo a família monogâmica*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.
MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, l. 1, v. I, 2002.
____. MARX, Karl. Carta a Abraham Lincoln. In: KARL, Marx. *A origem do capital: a acumulação primitiva*. São Paulo: Edições Iskra, 2015.
MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2002.
OKITA, Hiro. *Homossexualidade*: *da opressão à libertação*. São Paulo: Sundemann, 2015.
REED, Evelyn. *Sexo conta sexo ou classe contra classe*. São Paulo: Sundermann, 2011.
SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência.* São Paulo: Expressão Popular, 2015.
____. *Mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
SCHNEIDER, Graziela (org.). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017.
SCHWARCZ, Lilia M. e STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia.* São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
SILVA, Wilson Honório da. *O mito da democracia racial: um debate marxista sobre raça, classe e identidade*. São Paulo: Sundemann, 2016.
SIQUEIRA, Sandra M. M. e PEREIRA, Francisco. *Marx e Engels: uma introdução*. Salvador-BA: LEMARX, 2017.
TOLEDO, Cecília (org.). *A mulher e a luta pelo socialismo (Marx, Engels, Lenin, Clara Zetkin, Trotsky*). São Paulo: Sundemann, 2014.
TROTSKI, Leon. *Trotski e a luta das mulheres*. São Paulo: Edições Iskra, 2015.
____. Termidor no lar. In: TOLEDO, Cecília (org.). *A mulher e a luta pelo socialismo (Marx, Engels, Lenin, Clara Zetkin, Trotsky*). São Paulo: Sundemann, 2014.
____. *Questões do modo de vida.* São Paulo: Sundermann, 2009.
____ . *O programa de transição para a revolução socialista.* São Paulo: Sundermann, 2008.

TROTSKI, Leon e BREITMAN, George. *A revolução e o negro: textos do trotskismo sobre a Questão Negra*. São Paulo: Edições Iskra, 2015.
WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos da mulher*. São Paulo: Boitempo, 2016.
ZETKIN, Clara. Lênin e o movimento feminino. In: TOLEDO, Cecília (org.). *A mulher e a luta pelo socialismo (Marx, Engels, Lenin, Clara Zetkin, Trotsky*). São Paulo: Sundemann, 2014.

3. CAPITALISMO E OPRESSÃO DAS MULHERES[50]

Contrariamente ao feminismo liberal, o marxismo e o movimento socialista revolucionário chegaram desde cedo à conclusão de que a luta contra as opressões tem de estar ligada indissoluvelmente à luta contra a exploração. Não há luta consequente contra as opressões sem o combate intransigente ao processo de exploração da força de trabalho pelos capitalistas. Não há verdadeiramente luta contra a exploração dos trabalhadores e trabalhadoras e pelo fim do sistema de assalariamento, sem a resistência, a denúncia e o combate a todas as formas de opressões (contra as mulheres, negros e negras, LGBTs, etc.).

Essa tese é importante porque mostra os limites do feminismo liberal e de outras vertentes que restringem a luta contra as opressões às fronteiras do sistema capitalista, à aquisição de reformas e direitos democráticos, dissociada da necessidade de organização de classe das mulheres trabalhadoras e dos assalariados em geral. Mostra fundamentalmente que o desafio colocado para os oprimidos é articular dialeticamente o processo de organização política por direitos democráticos e sociais com a necessidade histórica de superação da sociedade de classes, na atualidade, o capitalismo.

Marx e Engels apresentaram essa tese em passagens de suas obras que tratam sobre o problema das opressões, em particular a opressão contra as mulheres. Desde os Manuscritos Econômico-Filosóficos (Marx), passando pela Ideologia alemã e O manifesto comunista (Marx e Engels), chegando aos estudos etnológicos e manuscritos deixados por Marx sobre vários autores de sua época, até A origem da família, da propriedade privada e do Estado (Engels) e O Capital (Marx), o caráter histórico e social da origem das opressões e sua vinculação à sociedade de classes percorrem as análises e as críticas dos fundadores do marxismo ao capitalismo, ao processo de exploração da força de trabalho, colocando a necessidade de organização dos trabalhadores e das trabalhadoras com o intuito de sepultar essa formação econômico-social.

[50] Artigo originalmente publicado no Jornal Vozes da Resistência n. 1, junho/julho de 2019, do Laboratório de Estudos e Pesquisas Marxistas, em coautoria com Francisco Pereira. Cf. SIQUEIRA, Sandra M. M. e PEREIRA, Francisco. *Capitalismo e opressão das mulheres.* Jornal Vozes da Resistência, Salvador-BA, n. 1, junho/julho de 2019, p. 07.

Evidentemente, essa tese foi desenvolvida por marxistas no século XX, à luz dos novos acontecimentos da luta de classes. Nas obras de Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo, Alexandra Kollontai, Inessa Armand, V. I. Lênin, Leon Trotsky, entre outros, encontramos o esforço por assimilar as experiências de luta da classe trabalhadora, particularmente da Comuna de Paris, de 1871, do movimento de mulheres, em desenvolvimento desde o século XIX, e da Revolução Russa de 1917. Aliás, as mulheres conquistaram grandes avanços com a tomada do poder pelo proletariado revolucionário em Outubro de 1917, na Rússia, como a igualdade de direitos com os homens, o direito ao divórcio, ao aborto, a construção de creches, jardins de infância, lavanderias populares e restaurantes coletivos. Além disso, a República dos Sovietes descriminalizou a homossexualidade e avançou nos direitos sociais e democráticos dos trabalhadores e oprimidos. É verdade, porém, que esses avanços sofreram profundos retrocessos com o estalinismo. Mas isso não retira o fato de que os primeiros anos da Revolução Russa foram de grandes conquistas para as mulheres e a luta contra as opressões.

Esse é o marco teórico no qual o Coletivo de Mulheres do LEMARX estimula o debate e a intervenção concreta nas atividades do movimento de mulheres. Temos ciência de que o movimento de mulheres – desde o século XIX até o presente – lutou e conseguiu conquistas importantes na sociedade atual, como o direito ao voto, ao aborto, salariais e de condições de trabalho. Mas temos também convicção de que, apesar das conquistas, as mulheres continuam oprimidas e, no caso das trabalhadoras, oprimidas e exploradas ao mesmo tempo, tendo em vista que tem de se submeter a dupla e tripla jornada de trabalho, às formas mais precarizadas de emprego, aos baixos salários, à discriminação e à violência machista no ambiente doméstico e fora dele. As mulheres negras e pobres são as mais afetadas pela opressão e exploração.

Significa dizer que a opressão tem um caráter de classe. A constituição da família patriarcal e monogâmica, com o surgimento da propriedade privada e das sociedades de classes significou o enclausuramento das mulheres ao ambiente doméstico e a sua privação de participar ativamente da produção social, do ambiente público. É verdade que o capitalismo, mesmo preservando os fundamentos do patriarcalismo, por meio da Revolução Industrial incorporou as mulheres às fábricas e demais ramos da economia, explorando a força de

trabalho feminina e de jovens e crianças na mais tenra idade, forçando para baixo os salários e obrigando-os a trabalhar nas condições mais precárias nas indústrias modernas. Entretanto, ao invés de acabar com a opressão da mulher, intensificou-a.

A violência machista também cresceu. As mortes de mulheres pelo simples fato de serem mulheres (feminicídio), motivadas pelo machismo e pelo preconceito, só aumentaram na atualidade. Os números demonstram, antes de tudo, que não há como deter o avanço da violência, da discriminação, do preconceito e das mortes de mulheres, sem a organização das trabalhadoras, em unidade com os assalariados em geral, numa perspectiva anticapitalista e como parte da luta de classes pela superação do capitalismo e pelo socialismo. Os esforços devem ser na direção da unificação da classe trabalhadora na luta contra as opressões e a exploração de classe. Não se trata, para o marxismo, de uma batalha de mulheres contra homens. Mas de uma luta de classe contra classe. Esse marco não pode ser esquecido, nem abandonado.

REFERÊNCIAS:

ARMAND, Inessa. As trabalhadoras na I Internacional. In: SCHNEIDER, Graziela (org.). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017.

BOITO, Misa (org.). *A luta contra a opressão da mulher: recuperando uma abordagem de classe (Friedrich Engels, Karl Marx, V. I. Lênin, Clara Zetkin, Alexandra Kollontai, Rosa Luxemburgo, Leon Trotsky*). São Paulo: Nova Palavra, 2016.

CARRASCO, Carmen e PETIT, Mercedes. *Mulheres trabalhadoras e marxismo*: *um debate sobre a opressão*. São Paulo: Sundemann, 2012.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

____. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2017.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. In: TOLEDO, Cecília (org.). *A mulher e a luta pelo socialismo (Marx, Engels, Lenin, Clara Zetkin, Trotsky*). São Paulo: Sundemann, 2014.

LENIN, V. I. Discurso no I Congresso Pan-russo de operárias. In: TOLEDO, Cecília (org.). *A mulher e a luta pelo socialismo (Marx, Engels, Lenin, Clara Zetkin, Trotsky*). São Paulo: Sundemann, 2014.

____. *Sobre a emancipação da mulher*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

LESSA, Sergio. *Abaixo a família monogâmica*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, l. 1, v. I, 2002.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2002.

REED, Evelyn. *Sexo conta sexo ou classe contra classe*. São Paulo: Sundermann, 2011.
SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência.* São Paulo: Expressão Popular, 2015.
____. *Mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
SCHNEIDER, Graziela (org.). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017.
SIQUEIRA, Sandra M. M. e PEREIRA, Francisco. *Marx e Engels: uma introdução*. Salvador-BA: LEMARX, 2017.
____. *Capitalismo e opressão das mulheres.* Jornal Vozes da Resistência, Salvador-BA, n. 1, junho/julho de 2019, p. 07.
TOLEDO, Cecília (org.). *A mulher e a luta pelo socialismo (Marx, Engels, Lenin, Clara Zetkin, Trotsky*). São Paulo: Sundemann, 2014.
TROTSKI, Leon. *Trotski e a luta das mulheres*. São Paulo: Edições Iskra, 2015.
____. Termidor no lar. In: TOLEDO, Cecília (org.). *A mulher e a luta pelo socialismo (Marx, Engels, Lenin, Clara Zetkin, Trotsky*). São Paulo: Sundemann, 2014.
WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos da mulher*. São Paulo: Boitempo, 2016.
ZETKIN, Clara. Lênin e o movimento feminino. In: TOLEDO, Cecília (org.). *A mulher e a luta pelo socialismo (Marx, Engels, Lenin, Clara Zetkin, Trotsky*). São Paulo: Sundemann, 2014.

4. A REVOLUÇÃO RUSSA E A LUTA PELA EMANCIPAÇÃO DA MULHER[51]

O texto ora apresentado tem por objetivo precípuo apreciar as conquistas e contribuições da Revolução Russa para a luta pela emancipação da mulher. A tomada do poder pelos trabalhadores em 1917, dirigida pelo partido Bolchevique, é considerada um dos maiores acontecimentos no século XX, refletindo de modo decisivo sobre as conquistas que essa grande experiência histórica da classe trabalhadora legou às mulheres, em termos de direitos e condições políticas, de acessos às esferas econômicas e culturais até então sob o domínio dos homens, nas sociedades de classes, particularmente a sociedade capitalista que demonstra um excesso de satisfação no controle dos corpos e vidas das mulheres.

Neste texto apresentamos uma visão panorâmica sobre a luta pela emancipação das mulheres e as conquistas da Revolução Russa, revigorando o significado da colaboração do marxismo, especialmente do bolchevismo, para a discussão da situação das mulheres no momento atual de profundos retrocessos de direitos trabalhistas e sociais no mundo e, em particular, no Brasil.

Lênin, dirigente máximo do processo revolucionário, afirmava que a posição da mulher após a Revolução Russa ganhava novos contornos, tendo em vista que colocava em destaque a distinção entre a antiga democracia burguesa – formal e limitada - e a nova democracia operária – fundada nos conselhos de trabalhadores e trabalhadoras -, dando respostas diferenciadas aos problemas das mulheres. Tanto a comuna de Paris (1871) quanto à Revolução Russa (1917) demonstraram que a autêntica emancipação da mulher só será possível com o fim da exploração de classe, pois o fundamento de todas as formas de opressão é de classe.

No desenvolvimento do movimento revolucionário russo, Lênin esboçou um programa do partido revolucionário, com o objetivo de luta pelo fim do capitalismo e pelo socialismo, defendendo como perspectiva geral a igualdade de direitos para homens e mulheres. Os marxistas, na sua crítica à opressão

[51] Artigo originalmente publicado no Jornal Vozes da Resistência n. 3, outubro/2019, Especial sobre os 102 anos da Revolução Russa e os 100 anos da III Internacional, do Laboratório de Estudos e Pesquisas Marxistas (LEMARX/UFBA). Cf. SIQUEIRA, Sandra. *A Revolução Russa e a luta pela emancipação da mulher.* Salvador, n. 3, Especial, outubro. 2019, pp. 17-19.

da mulher na sociedade de classes, manteve uma preocupação em incluir a mulher nas atividades públicas, políticas, de elevação de sua consciência e participação no partido.

Também procuraram lutar ao lado das mulheres contra a exploração do trabalho feminino e de crianças nas fábricas e indústrias, que prejudicava a sua saúde. Lênin reafirmava a ideia de que o êxito da libertação do proletariado do jugo da escravidão capitalista está condicionado à libertação da mulher, premissa também presente nas obras de Marx e Engels.

Em 1913, Lênin fez uma dura critica a hipócrita democracia burguesa com relação à prostituição, uma vez que ao mesmo tempo em que incentiva o trafico de escravas sexuais, o estupro das jovens nas colônias, os representantes da burguesia simulavam estar em campanha contra a prostituição. Esta questão foi retomada por Lênin em 1919, ao se pronunciar sobre o agenciamento de mulheres para bordeis na chamada “America livre e civilizada”.

Lênin também se preocupou em investigar sobre várias outras questões relacionadas à realidade das mulheres na sociedade de classes, como, por exemplo, a questão da gravidez e a defesa feita pelos intelectuais burgueses do controle da natalidade das trabalhadoras para, supostamente, que a sua prole não fosse condenada à pobreza e à privação. Uma das conclusões de Lênin destes estudos é que a luta contra o capitalismo tem que garantir a construção de um brilhante futuro para as crianças e para as mulheres. Mas, para isso, era necessário denunciar a hipocrisia e a ideologia burguesa e avançar na organização dos trabalhadores e trabalhadoras.

Mesmo com todas as condições adversárias, devido à imposição das relações de submissão às mulheres, havia um envolvimento político das trabalhadoras, que modificava o caráter da participação e da atividade das mulheres no contexto da crise e do processo revolucionário, que concluiu com a tomada do poder em Outubro de 1917. A migração das mulheres camponesas para o chão das fabricas urbanas, provocadas pela primeira guerra mundial, exercendo atividades laborais no setor têxtil, no trabalho com o linho, seda, algodão, lã, cerâmica e papel, colocavam-nas no centro da luta de classes. A primeira guerra teve um peso grande na incorporação das mulheres

na vida produtiva. De 1914 a 1917, houve um crescimento significativo da força de trabalho feminina.

A Revolução de Fevereiro, que derrubou o regime político czarista, foi iniciada pelas mulheres tecelãs. As trabalhadoras entraram em greve no Dia Internacional das Mulheres, em 23 de fevereiro de 1917, confrontando-se com o aparato repressivo e tomaram as ruas de Petrogrado. As trabalhadoras viviam um cenário de precárias condições de trabalho e insalubridade, com baixas remunerações e sem qualificação.

As mulheres pediam pelo fim da guerra, pelo retorno dos homens que estavam no front e levantaram outras consignas referentes à difícil situação econômica, que os trabalhadores e trabalhadoras viviam. Sem o movimento grevista desencadeado pelas mulheres, sem a inspiração que produziram, a insurreição espontânea das massas em fevereiro poderia não ter ocorrido ou não ter derrubado os Romanov e, por outro lado, a cadeia de acontecimentos que levaram a Outubro, provavelmente, teria se dado de outra maneira ou, no limite, não teria acontecido o que, de fato, ocorreu.

É importante destacar o papel que o Partido Bolchevique teve em envidar esforços no processo de politização e organização das mulheres na vida sindical e partidária. O partido publicou uma jornal com titulo A mulher trabalhadora (do Rabotnitsa), editado em 1914 e relançado em maio de 1917, abordando sobre a importância de creches, berçários e de legislação protetiva para o trabalho das mulheres, bem como outras questões relacionadas às reivindicações e pautas das trabalhadoras.

Algumas conquistas importantes podem ser destacadas após a tomada do poder e nos primeiros anos da Revolução, dentre elas: o estabelecimento da igualdade de direitos entre homens e mulheres, substituição do casamento tradicional e religioso pelo registro civil, a conquista do direito ao divórcio tornou-se disponível a pedido de qualquer uma das partes. Essas medidas foram elaboradas um ano mais tarde no Código da Família, que tornou as mulheres iguais perante a lei. O controle religioso foi abolido, removendo de um só golpe séculos de opressão institucionalizada; o divórcio poderia ser obtido por qualquer uma das partes.

Outros avanços igualmente importantes foram aprovados e registrados no código de família, entre os quais, o direito das mulheres de ter a liberdade de

fazer uso dos seus recursos, sem que os seus companheiros tivessem direitos sobre os seus bens. Além disso, a Rússia, em 1920, tornou-se o primeiro país a legalizar o direito ao aborto, adiantando-se muito às condições de trabalho e de vida das mulheres de países capitalistas desenvolvidos, em que vigorava a democracia formal burguesa.[52]

Entretanto, convêm afirmar que as conquistas dos primeiros anos da Revolução Russa não liquidaram completamente as antigas relações culturais e familiares vigentes antes da tomada do poder, particularmente no campo. A resistência às novas medidas e à nova condição das mulheres era presente, particularmente nos lugares mais atrasados do país, onde a velha família patriarcal e monogâmica procurava se manter de pé e resistir às transformações efetuadas pelo governo revolucionário dos sovietes.

O fundamental é que as mulheres e homens fizeram história lado a lado na Revolução de Outubro de 1917, de forma ativa e organizada. As mulheres foram parte integrante dessas grandes transformações sociais, econômicas, política e culturais, de modo que a revolução foi um movimento transformador sem igual na história da humanidade quanto às condições de vida das mulheres em nível mundial.

Não obstante, em meados dos anos 1920 ocorreu uma intensa luta para garantir as conquistas da revolução, por ocasião do processo de burocratização do Estado russo e do Partido Bolchevique, que garantiu a vitória da fração de Stalin no poder e abriu as portas para profundos retrocessos principalmente nos anos de 1930, provocando uma regressão profunda nas conquistas das mulheres e na luta contra a opressão em geral, como, por exemplo, a proibição ao aborto em 1936, associada a uma política de perseguição e expurgos, dentre outras ações regressivas. Também, em 1944, ocorrem mudanças no campo da legislação da Família, em relação ao casamento, ao divorcio e à paternidade.

As lições que devemos tirar deste importante legado, apesar dos retrocessos provocados pela burocratização estalinista, é a luta contra as opressões em todos os países capitalistas, como parte da luta pela revolução

[52] Sobre essas conquistas dos primeiros anos da Revolução Russa e os retrocessos da era estalinista, ver: GOLDMAN, Wendy. Mulher, Estado e Revolução. São Paulo: Boitempo: Iskra Edições, 2014; TOLEDO, Cecília (org.). A mulher e a luta pelo socialismo (Marx, Engels, Lenin, Clara Zetkin, Trotsky). São Paulo: Sundemann, 2014.

socialista. Neste sentido, os avanços e as conquistas da experiência da Revolução Russa de 1917 constituem uma grande referência histórica no processo de emancipação das mulheres.

Nesse processo, para o qual mantemos uma dura batalha ideopolítica, devemos tomar as lições da Revolução Russa como referência para travar a luta contra os retrocessos nos direitos das mulheres, conquistados a duras penas, e combater todas as formas de opressão, denunciar os casos de violação de diretos, os estupros, os feminícidios, as mortes por abortos clandestinos e sem segurança de mulheres e tantas outras agressões a condição de ser mulher, negra, LGBTT, trabalhadora no século XXI. Trata-se, pois, de lutar intransigentemente contra a atual situação das mulheres oprimidas pelo jugo do capitalismo, herança do patriarcalismo, e contra o machismo, misoginia, racismo, homofobia, transfobia e outras violentas formas de opressões sociais.

É preciso também, sob a inspiração da Revolução de Outubro de 1917, lutar contra a exploração, contra as divisões hieraquizadas na produção, em que as mulheres, que exercem as mesmas funções que os homens, recebem salários inferiores e, no processo de reprodução, nas tarefas ligadas ao cuidado, ou seja, tarefas domésticas, sobre elas acabam recaindo os encargos com a educação e cuidado dos filhos e demais membros da família, como uma espécie de responsabilidade exclusiva das mulheres, expressão da profunda opressão a que estão submetidas no capitalismo.

Rememorar os avanços da Revolução Russa na luta pela emancipação das mulheres é reafirmar a importância que esta tradição histórica tem no atual processo da luta de classe, sendo necessário reafirmar o classismo nos atuais movimentos de mulheres É reconhecer que as conquistas que tivemos foram conferidas pela intensa e enérgica participação dos militantes e das militantes socialistas na vida política e social em cada ciclo histórico, com destaque ao marxismo revolucionário, tendo na Revolução Russa a sua materialidade pela firme na ação do Partido Bolchevique.

É a partir desse horizonte que desenvolvemos o estudo da questão da mulher, no desígnio de compilar as experiências da Revolução Russa nas veredas da emancipação das mulheres, tendo em vista a participação das militantes nesse processo com profundos desdobramentos na atualidade para

o movimento feminista classista. Sem a presunção de esgotar a problemática, pois se trata de uma tarefa hercúlea de ultrapassar os limites da mera sistematização e extrair importantes lições para colocar em pratica no movimento de mulheres que luta pela emancipação de toda a humanidade. Convêm destacar, nesse sentido, as ações coletivas realizadas pelo Laboratório de estudos e Pesquisas Marxistas (LEMARX), que completa em 2017 uma década de existência em defesa do marxismo e de apoio as lutas anticapitalistas, socialistas, e das mulheres.

Tecidas estas considerações, aproveitamos para homenagear grandes revolucionárias como Rosa Luxemburgo, Alexandra Kollontai, Nadezhda Krupskaia, Inessa Armand. Konkordia Samoilova e Vera Slutskaia, bem como todas as mulheres trabalhadoras ativas na Revolução de Outubro de 1917. Seu exemplo continuará sendo um guia na luta pelo fim do capitalismo e de todas as opressões.

REFERÊNCIAS:

ARMAND, Inessa. As trabalhadoras na I Internacional. In: SCHNEIDER, Graziela (org.). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017.

BOITO, Misa (org.). *A luta contra a opressão da mulher: recuperando uma abordagem de classe (Friedrich Engels, Karl Marx, V. I. Lênin, Clara Zetkin, Alexandra Kollontai, Rosa Luxemburgo, Leon Trotsky*). São Paulo: Nova Palavra, 2016.

CARRASCO, Carmen e PETIT, Mercedes. *Mulheres trabalhadoras e marxismo*: *um debate sobre a opressão*. São Paulo: Sundemann, 2012.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

____. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2017.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. In: TOLEDO, Cecília (org.). *A mulher e a luta pelo socialismo (Marx, Engels, Lenin, Clara Zetkin, Trotsky*). São Paulo: Sundemann, 2014.

GOLDMAN, Wendy. Mulher, Estado e Revolução. São Paulo: Boitempo: Iskra Edições, 2014.

LENIN, V. I. Discurso no I Congresso Pan-russo de operárias. In: TOLEDO, Cecília (org.). *A mulher e a luta pelo socialismo (Marx, Engels, Lenin, Clara Zetkin, Trotsky*). São Paulo: Sundemann, 2014.

____. *Sobre a emancipação da mulher*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

LESSA, Sergio. *Abaixo a família monogâmica*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, l. 1, v. I, 2002.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2002.

REED, Evelyn. *Sexo conta sexo ou classe contra classe*. São Paulo: Sundermann, 2011.
SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência.* São Paulo: Expressão Popular, 2015.
____. *Mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
SCHNEIDER, Graziela (org.). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017.
SIQUEIRA, Sandra M. M. e PEREIRA, Francisco. *Marx e Engels: uma introdução*. Salvador-BA: LEMARX, 2017.
____. *Capitalismo e opressão das mulheres.* Jornal Vozes da Resistência, Salvador-BA, n. 1, junho/julho de 2019, p. 07.
____. *A Revolução Russa e a luta pela emancipação da mulher.* Salvador, n. 3, Especial, outubro. 2019, pp. 17-19.
TOLEDO, Cecília (org.). *A mulher e a luta pelo socialismo (Marx, Engels, Lenin, Clara Zetkin, Trotsky*). São Paulo: Sundemann, 2014.
TROTSKI, Leon. *Trotski e a luta das mulheres*. São Paulo: Edições Iskra, 2015.
____. Termidor no lar. In: TOLEDO, Cecília (org.). *A mulher e a luta pelo socialismo (Marx, Engels, Lenin, Clara Zetkin, Trotsky*). São Paulo: Sundemann, 2014.
WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos da mulher*. São Paulo: Boitempo, 2016.
ZETKIN, Clara. Lênin e o movimento feminino. In: TOLEDO, Cecília (org.). *A mulher e a luta pelo socialismo (Marx, Engels, Lenin, Clara Zetkin, Trotsky*). São Paulo: Sundemann, 2014.

5. CLARA ZETKIN, ROSA LUXEMBURGO, ALEXANDRA KOLLONTAI, NADEZHDA KRUPSKAIA: CONTRIBUIÇÕES DAS MARXISTAS REVOLUCIONÁRIAS PARA A LUTA DAS MULHERES[53]

5.1. Introdução

O movimento de mulheres contra a opressão na sociedade capitalista nunca foi homogêneo, teórico e politicamente. Na verdade, foi – e continua sendo – sempre um campo de batalhas teóricas, políticas e ideológicas profundas entre as correntes de pensamento e de ação política. Entre essas correntes, o marxismo foi a que apontou corretamente a direção para uma teoria, política e programa revolucionários, isto é, de luta contra as opressões umbilicalmente ligada à luta pela destruição do capitalismo e construção do socialismo.

Não se pode, portanto, debater seriamente a questão das opressões no capitalismo, em particular a opressão contra as mulheres, sem levar em conta as contribuições dos clássicos do pensamento marxista, a começar pelos fundadores do socialismo científico, Marx e Engels, como também de Lênin, Trotsky e das revolucionárias socialistas em diversos períodos.

Nesse sentido, coube às mulheres revolucionárias marxistas, a partir de uma política socialista, atuarem no seio do movimento de mulheres trabalhadoras e da juventude, no sentido de unir e organizar concretamente o conjunto da classe trabalhadora no combate às opressões e à exploração do capital. Na história do marxismo e do movimento socialista internacional, destacaram-se, sobretudo, as figuras de Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo, Nadezhda Krupskaia, Alexandra Kollontai e Inessa Armand, pelo compromisso teórico, político e pela ação permanente nas suas organizações e fora delas na batalha das ideias e na organização política das mulheres.

Referenciadas no socialismo científico de Marx e Engels, essas mulheres colocaram em prática as suas profundas convicções teóricas. Portanto, não eram simplesmente intelectuais, acadêmicas, dedicadas a elaborar suas teorias sobre o movimento feminista ou sobre a condição das mulheres. Eram,

[53] Artigo inédito elaborado especialmente para esta edição eletrônica, em coautoria com o professor Francisco Pereira, membro do Laboratório de Estudos e Pesquisas Marxistas (LEMARX-UFBA).

na verdade, verdadeiras mulheres de ação, e, como tal, fizeram parte de organizações políticas da esquerda socialista internacional. Clara Zetkin e Rosa Luxemburgo foram membros do Partido Socialdemocrata Alemão e da II Internacional. Krupskaia e Kollontai estavam ligadas ao Partido Bolchevique, dirigido por V. I. Lênin, a organização que dirigiu a tomada do poder pelo proletariado em Outubro de 1917, na Rússia.

É precisamente nesse contexto histórico e nessa perspectiva teórica que devemos analisar as ideias, intervenções políticas e as contribuições teóricas ao marxismo e ao movimento internacional das mulheres revolucionárias em destaque. Sem dúvida, sem a assimilação dessas contribuições e das experiências políticas das mulheres da classe trabalhadora nas lutas sociais concretas e nas diversas revoluções, em particular na Revolução Russa, não é possível avançar no combate às opressões.

5.2. Clara Zetkin e o combate pela organização das mulheres

Deixamos bem claro anteriormente, que as opressões, em particular a opressão contra as mulheres deitam as suas raízes na sociedade dividida em classes sociais e, portanto, nas condições em que imperam o domínio da propriedade privada e das desigualdades materiais resultantes dessas relações sociais.

Em se tratando da origem da opressão contra as mulheres, o marxismo, como base nos conhecimentos científicos sobre a História das primeiras formações econômico-sociais, defende que ela se liga ao processo de dissolução das sociedades primitivas comunistas, ao surgimento da propriedade privada e das desigualdades econômicas e sociais, portanto, ao surgimento das sociedades divididas em classes sociais.

Assim, a superação da opressão contra as mulheres passa necessariamente pela luta pelo fim das sociedades de classes, do capitalismo e pela construção do socialismo. A luta contra a opressão está ligada umbilicalmente à luta contra a exploração capitalista da força de trabalho. O capitalismo não só reproduz as opressões, inclusive para dividir a classe trabalhadora, como as aprofunda, tendo em vista incrementar as suas taxas de lucro e de acumulação de capitais.

A Revolução Industrial, ao mesmo tempo em que absorveu a força de trabalho feminina na produção social – o que foi, aliás, um aspecto progressivo em relação às formas de famílias patriarcais das formações pré-capitalistas -, contraditoriamente, fez com que as mulheres acumulassem uma dupla ou tripla jornada de trabalho (emprego, estudo, casa), ou seja, a atividade doméstica, o cuidado com os filhos, o trabalho fora do núcleo familiar e o estudo.

Ainda mais, o capitalismo impõe às mulheres negras uma opressão ainda mais profunda, elas são oprimidas por serem mulheres e por serem negras. Estão nos piores empregos, recebem os menores salários, trabalham nas piores condições e, sobretudo, são submetidas ao assédio e à violência cotidiana (agressões físicas, psicológicas e feminicídio). Os capitalistas se apoiam na ideologia do racismo e da LGBTQI+fobia para dividir a classe trabalhadora e poder ampliar o processo de exploração da força de trabalho assalariada.

Clara Zetkin (1857-1933) compreendeu claramente essas lições do marxismo revolucionário, deixadas no conjunto da obra de Marx e Engels. Clara nasceu em Wedenau, na Saxônia. Nos anos em cursava o magistério, tomou contato com estudantes exilados russos em Leipzig, tendo se filiou ao Partido Socialdemocrata Alemão em 1881. Desenvolvendo as suas atividades políticas em vários lugares na Europa, participa ativamente do processo de organização da II Internacional – Internacional Socialista -, como delegada das mulheres socialistas.

Como militante do Partido Socialdemocrata Alemão, Clara teve um papel fundamental na discussão teórica, política e programática do partido e nos diversos Congressos da II Internacional, em particular, na defesa da igualdade de direitos, inclusive os políticos, entre homens e mulheres dentro e fora da organização, impulsionando a seção feminina do partido e seus órgãos de imprensa. Como observa Cecília Toledo:

> Clara Zetkin foi a criadora de um dos jornais dirigidos às mulheres mais lidos do mundo: o jornal *Gleichheit* (Igualdade), que era distribuído toda semana nas fábricas, onde trabalhavam muitas mulheres. Era um jornal feito com muito cuidado por um grupo de mulheres socialistas. Dentre elas, várias operárias. Publicava artigos de análise política dos acontecimentos, artigos teóricos e outros sobre a realidade vivida pelas mulheres no seu dia a dia. O jornal também trazia literatura e arte, bem além de uma seção de jogos e entretenimento.

> Vendia milhares de exemplares e era lido com avidez pelas mulheres das fábricas.[54]

Nas condições econômicas, sociais, políticas e jurídicas as mais adversas, nas quais as mulheres eram ferreamente marginalizadas dos debates, da ação e da organização política em geral, inclusive nos partidos, Clara Zetkin atuou sistematicamente para garantir a igualdade de direitos políticos e de voto, bem como a incorporação das mulheres trabalhadoras no movimento proletário de emancipação da classe trabalhadora do jugo da opressão e da exploração capitalistas, defendendo a estratégia do socialismo.

No ano de 1896, ocorreu o Congresso do Partido Socialdemocrata Alemão em Gotha. No dia 16 de outubro, Clara Zetkin apresentou aos delegados do Congresso um informe sobre a questão da mulher, que se tornou um documento histórico da maior relevância para o movimento socialista internacional e para a luta das mulheres trabalhadoras contra a opressão e a exploração capitalistas.

No referido documento, Clara situa, à maneira do materialismo histórico e dialético a verdadeira origem da opressão contra as mulheres:

> As investigações de Bachofen, Morgan e outros parecem provar que a repressão social das mulheres coincide com a criação da propriedade privada. O contraste na família entre o marido como proprietário e a mulher como não proprietária se tornou a base da dependência econômica e da ilegalidade social do sexo feminino. Essa ilegalidade social representa, de acordo com Engels, uma das primeiras e mais antigas formas da exploração de classes: Ele afirma: “Na família, o marido representa a burguesia e a esposa o proletariado”.[55]

Entretanto, o desenvolvimento da sociedade capitalista trouxe novas determinações ao problema histórico da opressão das mulheres nas sociedades divididas em classes sociais. Analisando as transformações operadas pelo modo de produção capitalista na forma de família patriarcal das sociedades pré-capitalistas e as novas condições criadas pela sociedade burguesa pra as mulheres, em particular para as trabalhadoras, Clara adverte:

> As máquinas, o modo moderno de produção, lentamente acabaram com a produção doméstica e não apenas para milhares, mas para milhões de mulheres

---

[54] Cf. TOLEDO, Cecília. *Gênero e Classe.* São Paulo: Sundermann, 2017, p. 191.

[55] ZETKIN, Clara. *Apenas junto com as mulheres proletárias o socialismo será vitorioso. Discurso ao congresso do Partido Socialdemocrata da Alemanha, Gotha, de 16 de outubro de 1896.* Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/zetkin/1896/10/16.htm>. Acesso em: 05 de dezembro de 2019.

> a pergunta era: Onde encontraremos nosso meio de vida? Onde nós encontraremos um sentido de vida assim como um trabalho que nos dê satisfação mental? Milhões estavam agora forçadas a encontrar seu meio e sentido de vida fora de suas famílias, na sociedade como um todo. Nesse momento, elas se tornaram conscientes do fato de que sua ilegalidade social esteve em oposição com a maioria de seus interesses básicos. A partir deste momento surgiram as modernas questões das mulheres.[56]

Comentando essa passagem do discurso de Clara Zetkin, observa Cecília Toledo que, forçadas pelas transformações impostas pela sociedade capitalista e pela Revolução Industrial a encontrarem novos meios de sobrevivência e um sentido para vida, na verdade, milhões de mulheres tiveram de enfrentar as mais terríveis dificuldades e, além disso, não encontraram um mercado de trabalho "que lhes trouxesse um trabalho que desse sentido às suas vidas (...) a opressão e o preconceito se multiplicaram e sua vida continuou sem sentido".[57]

Se é verdade que os processos de opressão contra a mulher na sociedade capitalista atingem as mulheres pertencentes a diferentes classes sociais e, mesmo, a frações de classe, também é verdade que a opressão "assume diferentes formas de acordo com a situação de cada classe e, inclusive, de setores de classe dentro da sociedade".[58]

No que se refere às mulheres da classe trabalhadora, é preciso levar em consideração o fato de que o capitalismo lhes impõe as mais gravosas condições de vida e trabalho. Não só acumulam uma dupla ou tripla jornada, como – apesar de formalmente iguais em direitos e obrigações em relação aos homens – recebem salários mais baixos e trabalham em piores condições. Não é preciso dizer que uma grande parte das famílias em todos os países sobrevive em função do trabalho das mulheres.

Sobre a situação das mulheres trabalhadoras no capitalismo, Clara diz:

> No que diz respeito ao proletariado feminino, foi a necessidade do capitalismo explorar e buscar incessantemente por uma força de trabalho barata que criou questão das mulheres. Essa também é a razão pela qual o proletariado feminino se tornou parte do mecanismo da vida econômica de nosso período e foi para as oficinas e para as máquinas.[59]

---

[56] Idem.
[57] TOLEDO, Cecília. *Gênero e Classe.* São Paulo: Sundermann, 2017, p. 193.
[58] Idem, ibidem.
[59] ZETKIN, Clara. *Apenas junto com as mulheres proletárias o socialismo será vitorioso. Discurso ao congresso do Partido Socialdemocrata da Alemanha, Gotha, de 16 de outubro de 1896.* Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/zetkin/1896/10/16.htm>. Acesso em

A mulher trabalhadora é explorada e oprimida no capitalismo. Por isso, a luta pela igualdade de direitos e por reivindicações imediatas deve estar, para os marxistas, vinculadas à luta mais geral contra todas as formas de opressão e contra a exploração capitalista. Em outras palavras: a luta contra a opressão liga-se, estritamente, ao combate contra a exploração da força de trabalho assalariado de homens e mulheres pela burguesia. E lutar pelo fim das opressões e da exploração da força de trabalho significa defender a estratégia socialista, a superação da sociedade de classes e da propriedade privada, reconstruindo a sociedade sob novas bases, socialistas.

Por isso, Clara Zetkin coloca como tarefas não só incorporar as mulheres trabalhadoras à luta organizada do conjunto da classe trabalhadora, defendendo a sua participação ativa dentro da organização política e em todos os espaços da luta de classes, unindo as suas reivindicações contra as desigualdades econômicas, sociais, políticas e jurídicas forjadas pela sociedade capitalista, como fortalecer as fileiras do proletariado, unindo mulheres e homens da classe trabalhadora contra a exploração da força de trabalho pelo capital e em defesa da estratégia socialista.

Para Zetkin, é preciso que as mulheres empreendam concretamente “uma luta unitária com os homens da sua classe contra toda a classe capitalista. (...) As mulheres operárias lutam lado a lado com os homens de sua classe contra a sociedade capitalista”. Para tanto, faz-se necessário o desenvolvimento de um trabalho prático: “Nossa tarefa deve ser incorporar as trabalhadoras modernas na nossa luta de classes!”. Assim, a

> propaganda das mulheres deve tocar naquelas questões que são de grande importância para todo o movimento operário. A principal tarefa, portanto, de acordar a consciência de classe das mulheres e incorporá-las à luta de classes vigente.[60]

Clara Zetkin entendia, seguindo os ensinamentos de Marx e Engels e dos marxistas revolucionários, que apenas “a sociedade socialista resolverá o conflito que hoje é gerado pela atividade profissional das mulheres. Uma vez que a família como unidade econômica desaparecerá e seu lugar será tomado

05 de dezembro de 2019.
[60] Idem.

pela família como uma unidade moral, as mulheres terão igualdade em direitos”.[61]

Por isso dedicou toda a sua vida e sua obra à emancipação das mulheres trabalhadoras do jugo da opressão e da exploração capitalista, como parte da luta mais geral da classe trabalhadora pelo fim do capitalismo e pela construção do socialismo. Entre as inúmeras iniciativas tomadas por ela, ao lado das suas companheiras no partido e no movimento de mulheres, podemos destacar a organização da Primeira Conferência Internacional de Mulheres, em 1907, a defesa de uma resolução na Conferência de Mulheres Socialista em Copenhage, em 1910, para que o dia 8 de março fosse incorporado ao calendário socialista como o Dia Internacional da Mulher, em homenagem às mulheres mortas carbonizadas na fábrica de Sirtwood Cotton, em Nova York.

Diante da ameaça da guerra imperialista e tendo a mesma sido declarada pelas potências, Clara atuou não só combatendo o militarismo das burguesias imperialistas e sua guerra de rapina, denunciando o que estava por trás desse conflito bélico, como organizou em 1915 uma conferência internacional de mulheres socialistas para debater a situação internacional e as ações contra a guerra mundial.

Dentro do próprio Partido Socialdemocrata Alemã havia se desenvolvido uma corrente reformista, baseada no revisionismo das ideias marxistas, que jogava o partido, cada vez mais, nos braços da burguesia. Não à toa, uma parte considerável dos seus dirigentes, diante da ameaça da guerra imperialista, acabou votando pela aprovação dos créditos de guerra para as burguesias nacionais, como ocorreu na Alemanha, colaborando, dessa forma, para os objetivos bélicos das potências imperialistas.

Só os marxistas internacionalistas, como Lênin, Trotsky, Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht, Clara Zetkin, entre outros, atuaram firmemente contra a guerra imperialista e denunciaram o espírito chauvinista da burguesia e seus representantes. Por esse motivo, Clara rompe com os dirigentes do Partido Socialdemocrata Alemão, dominados pelo reformismo e pelo revisionismo, e, junto com Rosa Luxemburgo, esforça-se pela construção da Liga Spartaquista, para, em seguida, fundar o Partido Comunista da Alemanha (1918) e a III Internacional (Comintern, 1919).

[61] Idem.

Como deputada no parlamento alemão na década de 1920 e começos de 1930, antes da chegada ao poder do fascismo com Hitler, Clara Zetkin foi um exemplo de atuação de um revolucionário como parlamentar numa instituição política tipicamente burguesa. No interior dessa organização da democracia representativa burguesa, Clara não só defendeu as reivindicações gerais do movimento operário e os direitos democráticos, como atuou firmemente na defesa dos direitos políticos, democráticos e sociais das mulheres, denunciando o processo de opressão e exploração a que estão submetidas.

Entre as obras de Clara Zetkin, além do seu discurso mencionado, destacam-se *O movimento socialista na Alemanha* (1909), *Lênin e o movimento feminista* (1920) – na qual expõe os seus diálogos com o dirigente revolucionário russo sobre a questão da emancipação da mulher – e seus escritos sobre o *Fascismo* (1923). Clara Zetkin faleceu em 1933, em Moscou.[62]

5.3. Rosa Luxemburgo: grande teórica e militante marxista

Rosa Luxemburgo foi sem dúvida uma das mais importantes teóricas e militantes do movimento socialista internacional e do marxismo, como corrente de pensamento. Como Clara Zetkin, foi não só uma elaboradora das ideias e das posições políticas marxistas como atuou na mais importante organização política do final do século XIX e começos do XX: o Partido Socialdemocrata Alemão.

De origem judia e polonesa, Rosa nasceu em 5 de março de 1871, em Zamosc, curiosamente, mesmo ano em que ocorreu a tomada do poder pelos trabalhadores em Paris, a chamada Comuna de Paris. A Polônia vivia, então sob o jugo do czarismo, portanto, oprimida por um regime político sanguinário e autoritário. Ainda jovem, Rosa iniciou a sua experiência política revolucionária, atuando primeiramente num partido de nome *Proletariat*, dizimado pela violência do czarismo, pela perseguição e morte de seus dirigentes. Depois,

[62] Sobre a vida e a obra de Clara Zetkin, ver: Clara Zetkin. In: *Biografias.* Edições Seara Vermelha, s/d; TOLEDO, Cecília. *Gênero e Classe.* São Paulo: Sundermann, 2017Os textos mais importantes de Clara Zetkin podem ser encontrados em: TOLEDO, Cecília (org.). *A mulher e a luta pelo socialismo (Marx, Engels, Lênin, Clara Zetkin, Trotski)*. São Paulo: Sundermann, 2014; ZETKIN, Clara. *Como nasce e morre o fascismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019;

intervindo nas lutas dos trabalhadores e na Federação dos Trabalhadores Poloneses.[63]

Devido à forte perseguição do governo e da polícia, Rosa cruzou a fronteira da Polônia em direção à Alemanha em 1889. Nessa época, a Alemanha estava vivenciando os impactos do recente processo de unificação e o Partido Socialdemocrata Alemão passava a conhecer um aumento da sua influência política e eleitoral. A partir de então, Rosa toma contato com personalidades do movimento socialista não só da Alemanha, como de outros países - Franz Mehring, August Bebel, Clara Zetkin, Karl Kautsky, entre vários - e desenvolve os seus estudos sobre Economia.

Evidentemente, o fato de Rosa Luxemburgo militar em um partido cuja direção política era em grande parte formada por homens, muitos deles com vasta experiência teórica e política reconhecida no movimento socialista internacional, e por ser mulher e judia, rendeu-lhe muitos conflitos políticos, mas ela os enfrentou de cabeça erguida e, em nenhum momento, submeteu-se para preservar qualquer vantagem.

Em sua biografia sobre Rosa Luxemburgo, Isabel Loureiro observa:

> Rosa foi uma grande pensadora, uma intelectual rigorosa. Pesquisou e contribuiu no campo da economia política, do processo de acumulação de capital, das formas de desenvolvimento do capitalismo em sua etapa imperialista. Contribuiu também no campo da ciência política, refletindo sobre o papel do partido e das organizações de massa.
>
> Foi também uma ousada dirigente política, sempre fiel e coerente às suas ideias. Não hesitou em combater os desvios do partido socialdemocrata alemão, que tinha uma origem operária e de luta, mas caiu no reformismo e no oportunismo ao apoiar o governo alemão na primeira guerra mundial. Rosa preferiu desligar-se dele e uniu-se a outros revolucionários na Liga Spartacus, que só pelo nome já refletia sua inquietude revolucionária. Combateu a guerra com todas as forças: “Não necessitamos de catástrofes. Hoje, a Alemanha é um exemplo clássico de que as classes dominantes são sempre as fabricantes de catástrofes. (1914). Quando, em 4 de agosto de 1915, o partido socialdemocrata aderiu à guerra, disse inconformada: “Com essa decisão, a socialdemocracia alemã, além de se calar, acaba de assumir uma nova função histórica: ser escudeira do imperialismo, na atual guerra, e contra os interesses da classe trabalhadora em nível universal”.

[63] Sobre a vida e obra de Rosa Luxemburgo, ler: Rosa Luxemburgo. In: *Biografias.* Edições Seara Vermelha, s/d; LOUREIRO, Isabel. *Rosa Luxemburgo: Vida e Obra.* São Paulo: Expressão Popular, 2011; *Rosa Luxemburgo, os dilemas da ação revolucionária.* São Paulo: Editora Unesp, 1995; ELZBIETA, Ettinger; *Rosa Luxemburgo.* Rio de Janeiro: Zahar, 1989; NORMAN, Geras. *A atualidade de Rosa Luxemburgo.* Lisboa: Antídoto, 1978; NEGT, Oskar. Rosa Luxemburgo e a renovação do marxismo. In: HOBSBAWM, E. (org.). *História do marxismo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, v. 3.

> Sempre foi contundente em seus escrito, discursos e embates políticos, seja no interior do partido, enfrentando Kautski e outros líderes reformista, seja publicamente. Dizia, em 1904, que o único meio de combater os oportunistas era melhorar a organização da classe trabalhadora e desenvolver permanentemente ações para que elevassem o nível da consciência revolucionária.
>
> Foi uma apaixonada por todas as causas da revolução. Por isso, foi perseguida desde muito jovem. Quando eclodiu a insurreição na Rússia (em 1905), não vacilou em se deslocar para lá, refletindo muito sobre a natureza revolucionária. Em carta a um amigo disse: "Posso assegurar-te, sem nenhum exagero e com toda a sinceridade, que os meses que passei na Rússia foram os mais felizes da minha vida".[64]

Essa era Rosa Luxemburgo. A mesma que enfrentou o revisionismo e o reformismo de Eduard Bernstein, com uma arma teórico-política preciosa, o seu conhecimento. O livro *Reforma ou revolução?* foi publicado em 1899, colocando em xeque todas as teses defendidas pela corrente revisionista do marxismo, protagonizando por Bernstein e consortes. A mesma Rosa que criticou fundo a política do Partido Socialdemocrata alemão em sua obra *A crise da socialdemocracia*, de 1916, logo após o trágico apoio dos parlamentares socialdemocratas aos créditos de guerra da burguesia imperialista no parlamento alemão.[65]

Com o rompimento com a direção reformista do partido, Rosa e outros revolucionários fundaram a Liga Spartacus, que, em seu programa, dizia:

> A realização da sociedade socialista é a mais grandiosa tarefa que, na história do mundo, já coube a uma classe e a uma revolução. Essa tarefa exige uma completa transformação do Estado e uma completa mudança nos fundamentos econômicos e sociais da sociedade.
>
> Esta transformação e esta mudança não podem ser decretadas por nenhuma autoridade, comissão ou Parlamento: só a própria massa popular pode empreendê-las e realizá-las.
>
> (...) A socialização da sociedade não pode ser realizada em toda a sua amplitude senão por uma luta tenaz, infatigável da massa operária em todos os postos onde o trabalho enfrenta o capital, onde o povo e a dominação de classe da burguesia se encaram, olhos nos olhos. A libertação da classe operária deve ser obra da própria classe operária.[66]

Rosa Luxemburgo defendeu também calorosamente os direitos e reivindicações das mulheres trabalhadoras e lutou na teoria e na prática contra

---

[64] LOUREIRO, Isabel. *Rosa Luxemburgo: Vida e Obra.* São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 7-8.

[65] Cf. LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 1999; *A acumulação do capital.* São Paulo: Nova Cultural, 1988; *A crise da socialdemocracia.* Lisboa: Editorial Presença, 1974; *A revolução russa.* Petrópolis: Vozes, 1991; *Greve de massas, partido e sindicatos.* In: BOGO, Ademar (org.). *Teoria da organização.* São Paulo: Expressão Popular 2005.

[66] Idem, p. 61.

a opressão e a exploração. Foi, em todos os sentidos, um exemplo para a organização e a luta das mulheres em todos os países e continentes. No artigo *A Proletária*, de 5 de março de 1914, às vésperas do Dia Internacional da Mulher, Rosa Luxemburgo afirma:

> Hoje, a proletária assalariada moderna pisa no palco público tanto como a protagonista da classe trabalhadora quanto, ao mesmo tempo, de todo o gênero feminino, a primeira protagonista em milhares de anos.
>
> A mulher do povo teve de trabalhar pesado desde sempre. Na horda bárbara ela carrega o peso, coleta alimentos; no povoado primitivo, planta e mói o cereal, faz panelas; na Antiguidade, como escrava, serve os senhores e amamenta os rebentos; na Idade Média, fiava para o senhor feudal. Mas, desde que existe a propriedade privada, na maioria das vezes a mulher do povo trabalha separada da grande oficina na produção social, ou seja, separada também da cultura, encurralada na estreiteza doméstica de uma pobre existência familiar. Foi apenas capitalismo que a arrancou da sua família e a colocou sob o fardo da produção social, empurrou-a para as lavouras de outrem, para as oficinas, construções, escritórios e lojas. Como mulher burguesa, a mulher é uma parasita da sociedade, sua função consiste apenas em auxiliar no consumo dos frutos da exploração; como pequeno-burguesa, ela é o animal de carga da família. E apenas na proletária moderna que a mulher se toma um ser humano, pois e apenas a luta que produz o ser humano, a participação no trabalho cultural, na história da humanidade.(...)
>
> A proletária precisa de direitos políticos, pois exerce a mesma função econômica que o proletário masculino na sociedade, se sacrifica igualmente para o capital, mantém igualmente o Estado, e igualmente sugada e subjugada por ele. Ela tem os mesmos interesses e, precisa, para sua defesa, das mesmas armas. Suas reivindicações políticas estão profundamente enraizadas no abismo social que separa a classe dos explorados da classe dos exploradores; não na oposição entre o homem e a mulher, mas na oposição entre o capital e o trabalho.
>
> Formalmente, o direito político da mulher insere-se harmonicamente no Estado burguês. O exemplo da Finlândia, dos Estados americanos, de comunidades isoladas, prova que a igualdade de direitos das mulheres ainda não derruba o Estado, não toca na dominação do capital. Mas como o direito político da mulher e, hoje, uma reivindicação de classe puramente proletária, então, para a atual Alemanha capitalista, ele e como o sopro do juízo final. Como a república, como a milícia, como a jornada de oito horas, o direito de voto das mulheres apenas pode vencer ou sucumbir junto com toda a luta de classes do proletariado, apenas pode ser defendido com os métodos proletários de luta e os seus meios de poder.
>
> Defensoras burguesas dos direitos das mulheres querem adquirir direitos políticos para então tomarem parte na vida política. A mulher proletária apenas pode seguir o caminho da luta trabalhadora, que, inversamente, conquista cada palmo de poder efetivo para, apenas assim, adquirir os direitos escritos. No princípio de toda ascensão social era a ação. As mulheres proletárias precisam fincar pé na vida política por meio de sua participação em todos os domínios, apenas assim e que elas criam um fundamento para os seus direitos. A sociedade dominante lhes recusa o acesso aos templos de seus fóruns deliberativos, outra potência dessa época lhes escancara as portas — o Partido Socialdemocrata. Aqui, em fileiras e membros da organização, estende-se diante da mulher proletária um campo incalculável de trabalho político e poder político. Apenas aqui a mulher e um fator no que se refere a igualdade de direitos. Ela e introduzida na oficina da história por meio da socialdemocracia, e aqui, onde agem forças ciclópicas, ela alcança a igualdade de direitos efetiva, ainda que o direito escrito de uma constituição burguesa lhe seja negado. Aqui, ao lado do homem, a mulher trabalhadora sacode as colunas da ordem social vigente e, antes que esta lhe conceda um direito aparente, ela ira ajudar a pôr em ruínas essa ordem social.(...)
>
> Proletária, a mais pobre dos pobres, a mais injustiçada dos injustiçados, vá a luta pela libertação do gênero das mulheres e do gênero humano do horror da dominação do

> capital. A socialdemocracia concedeu a você um lugar de honra. Corra para o front, para a trincheira![67]

A vida e a obra de Rosa Luxemburgo devem ser estudadas com rigor e seriedade, por todos os lutadores e lutadoras, como parte da tarefa histórica de organização das fileiras da classe trabalhadora, pois, como diz Isabel Loureiro:

> Rosa sempre teve uma confiança enorme na capacidade das massas. Esse era seu grande ideal. Somente as massas organizadas e em mobilização podem fazer as mudanças. Sua confiança era tanta que, por mais adversas que fossem as condições objetivas, encontrava espaço para o otimismo, não se deixando desaminar. Mesmo presa e sabendo qual seria seu fim – o fuzilamento – gritava aos seus companheiros: "A ordem reina em Berlim. Finalmente, verdugos decrépitos conseguiram impor a ordem das arenas. Ma, amanhã, a revolução se elevará novamente às alturas e, para espanto de todos, ela proclamará triunfante: eu fui, sou e sempre serei!"
>
> Rosa foi uma militante revolucionária, dirigente, intelectual que viveu intensamente seus 47 anos de vida, até ser assassinada. Seu exemplo de vida e suas reflexões são fundamentais até os dias de hoje. Lenin, já no meio do governo revolucionário russo, quando soube de seu assassinato, lamentou-se dizendo: "Perdemos uma águia".[68]

Rosa foi presa e assassinada, junto com Karl Liebknecht, em 15 de janeiro de 1919. O Estado burguês e seus verdugos jogaram seu corpo no canal Landwehr. Meses depois foi encontrado. Seu companheiro de vida e de luta, Leo Jogiches, também foi morto dois meses depois.

5.4. Alexandra Kollontai: as mulheres e a revolução

Alexandra Kollontai teve uma importância indelével no debate sobre a questão da mulher no movimento socialista, no Partido Bolchevique e nas ações do Estado operário russo, pós-revolução de 1917. Suas obras até hoje despertam o mais profundo interesse para a militância socialista no debate sobre os problemas fundamentais da questão da opressão na sociedade capitalista e da possibilidade de sua superação, no processo de luta pelo socialismo.

Kollotai nasceu 1872 em São Petersburgo, um centro de enorme importância para o movimento operário e socialista russo, sendo sua família de origem aristocrática. Ainda muito jovem começou a publicar os seus artigos na

---

[67]LUXEMBURGO, Rosa. *A Proletária.* Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1914/03/05.htm>. Acesso em: 05 de dezembro de 2019.

[68] LOUREIRO, Isabel. *Rosa Luxemburgo: Vida e Obra.* São Paulo: Expressão Popular, 2011, p. 9.

imprensa, dedicando-se, desde então, à elaboração de uma imensa obra sobre várias questões. A militância no seio do Partido Operário Socialdemocrata Russo (POSDR) começou em 1899.

É no processo revolucionário, já como militante, que Kollontai se dá conta pela primeira vez, nas suas próprias palavras, "quão pouco nosso partido se preocupa com a sorte das mulheres da classe trabalhadora e quão pequeno era o seu interesse na libertação feminina". Mas,

> meu ponto de vista marxista apontava com uma clareza iluminadora que a libertação feminina somente poderia dar-se como resultado da vitória de uma nova ordem social e um sistema econômico diferente. Logo eu me joguei na luta entre as sufragistas russas e lutei com todas as minhas forças para induzir o movimento da classe trabalhadora a incluir a questão feminina como um dos objetivos de sua luta no seu programa. Foi muito difícil ganhar meus companheiros para essa ideia.[69]

Depois da Revolução de 1905, que ficou conhecida como o "ensaio geral", da qual participou, e com o avanço da repressão, Kollontai não deixa de se esforçar por ganhar as mulheres do partido para as tarefas de incorporação das mulheres na luta política dentro e fora do partido. Em 1907, junto com outras militantes, criou o primeiro Clube das Mulheres Trabalhadoras. No mesmo ano, participou como delegada russa da I Conferência Internacional das Mulheres Socialista em Stuttgart, presididas por Clara Zetkin.

Alexandra Kollontai havia colocado como objetivo de sua militância incorporar as mulheres à luta pelo socialismo:

> Eu tinha, acima de tudo, determinado para mim a tarefa de ganhar as mulheres trabalhadoras na Rússia para o socialismo e, ao mesmo tempo, trabalhar pela libertação da mulher, pela sua igualdade de direitos. Meu livro *Os fundamentos sociais da questão feminina* tinha saído logo antes da minha fuga; era uma disputa polêmica com as sufragistas burguesas, mas ao mesmo tempo um desafio ao partido para construir um movimento de mulheres viável na Rússia.[70]

Em seguida, exila-se na Europa, participando do debate dos revolucionários exilados sobre os grandes problemas da revolução na Rússia e internacionalmente. Em 1910, foi apontada pela União das Trabalhadoras Têxteis como delegada oficial para a II Conferência Internacional de Mulheres

---

[69] KOLLONTAI, Alexandra. *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada.* São Paulo: Sundemann, 2007, p. 37-38.
[70] Idem, p. 43.

Socialistas (1910) e para o Congresso Internacional Socialista extraordinário a ser realizado na Basiléia, em 1912.[71]

Logo em seguida realiza alguns estudos sobre a questão da assistência à maternidade, conhecendo a realidade na Inglaterra, França e países escandinavos. Desses estudos, resultou o livro:

> *Maternidade e sociedade*, trabalho abrangente de seiscentas páginas sobre assistência social à maternidade e a legislação relevante na Europa e na Austrália. As regulamentações fundamentais e demandas nesse campo, que enumerei ao fim do meu livro, foram executadas mais tarde em 1917 pelo regime soviético, com as primeiras leis de seguridade social.
> [72]

Viaja a vários países. Conta em sua autobiografia que, em 1911, ajudou a organizar uma greve de donas de casas em Paris, "*La grève des menagères"*. Realiza diversas atividades a serviço do movimento socialista nos anos seguintes. Com s ameaça da guerra imperialista, Kollontai participa do esforço de evitar a guerra e, mais tarde, de denunciar as suas consequências. Sua experiência na luta contra a guerra e o chauvinismo, vinculou-a aos bolcheviques: "Já que os bolcheviques foram os que lutaram de forma mais consistente contra o socialpatriotismo, em junho de 1915 aderi oficialmente aos bolcheviques e passei a manter uma correspondência vívida com Lênin".[73]

Com a queda do Czar e o processo revolucionário em curso, no qual as mulheres trabalhadoras em greve tiveram um papel de primeira linha, Kollontai se apressa a voltar à Rússia. As péssimas condições de vida com o país mergulhado na guerra, a escassez de alimentos, os altos preços, mobilizam cada vez mais parcelas da população trabalhadora. Kollontai diz:

> Foi precisamente essa situação que preparou o terreno do partido para o "trabalho com mulheres" de modo que muito em breve nós pudemos realizar algum trabalho útil. Já em maio de 1917, estreou um periódico semanal chamado *Mulheres trabalhadoras.* Fui autora de um apelo às mulheres contra o elevado custo de vida e a guerra.

Decretada a sua prisão domiciliar pelo governo de Kerensky, foi libertada um mês antes de estourar a revolução proletária. Com a tomada do poder pelo proletariado em Outubro de 1917 e a constituição de um governo revolucionário

---

[71] Idem, p. 44.
[72] Idem, p. 45.
[73] Idem, p. 52.

dos sovietes, Kollontai, já membro do Comitê Central do Partido Bolchevique, é nomeada Comissária do Povo para o Bem-Estar Social, de outubro de 1917 a março de 1918, “a primeira mulher na História a ser reconhecida como membro de um governo”, responsável, entre outras coisas, por

> todo o programa de assistência aos mutilados de guerra, e portanto para centena de milhares de soldados e oficiais aleijados, o sistema de pensão em geral, casas para crianças abandonadas, casas para os idosos, orfanatos, hospitais para os necessitados, as oficinas de manufatura de próteses, a administração de fábricas de baralhos, o sistema educacional, hospitais clínicos para mulheres. Além de toda uma série de institutos educacionais para meninas que estava também sob a direção deste ministério.[74]

Teve um papel muito importante na organização das mulheres, sendo uma das organizadoras do I Congresso de Mulheres de Toda a Rússia, realizado em novembro de 1918, com a participação de cerca de 1.147 delegadas. O objetivo era

> implementar, de fato, direitos iguais para mulheres como unidade de trabalho na economia nacional e como cidadã na esfera política e, é claro, com uma ressalva especial: a maternidade devia ser considerada uma função social e, consequentemente, ser protegia e garantida pelo Estado.[75]

Mas sua luta não terminou por aí. Junto com Inessa Armand, foi responsável pela criação do Departamento de Mulheres do Partido Bolchevique, conhecido por *Jenotdiél* (ou Zhenotdel). Nessa época, as mulheres conquistam uma série de direitos, constituindo um avanço considerável na história do movimento de mulheres no mundo todo, passando a influenciar o desenvolvimento das lutas de mulheres em vários países. A igualdade de direitos entre homens e mulheres em todas as esferas, a participação na política, no Estado operário e no Partido Bolchevique, o direito ao aborto, o divórcio, a socialização de tarefas domésticas, e, consequentemente a liberação das mulheres, com a construção de restaurantes, lavanderias, jardins de infância, foram algumas das conquistas.

No artigo *O que Outubro deu à mulher ocidental?* de 1927, Alexandra Kollontai afirma:

> Outubro ajudou a estabelecer uma nova concepção de mulher, ao assegurar e revelar a imagem da mulher como unidade de trabalho socialmente

[74] Idem, p. 65-66.
[75] Idem, p. 72.

> útil. Desde os primeiros passos da Revolução de Outubro, ficou claro que a força e a energia das mulheres são necessárias não apenas para o marido e para a família, como se acreditava há milhares de anos, mas para a sociedade: para a coletividade social, para o Estado.
>
> Não obstante, a burguesia não pode e não quer reconhecer esse fenômeno como um fato histórico inevitável, nem entender que a formação de um novo tipo de mulher está relacionada com a mudança geral, rumo à criação de uma nova sociedade trabalhadora. Não fosse Outubro, ainda seria dominante a visão de que a mulher independente é algo temporário e que o lugar das mulheres está na família, à custa do marido, que ganha a vida. Outubro mudou diversos conceitos. Essa reviravolta na avaliação das tarefas e do destino das mulheres na União Soviética impactou também no modo como elas são tratadas muito além dos limites do país. (...) Não se pode levar adiante a luta de classes e grupos sociais sem a contribuição das mulheres.[76]

A partir de outubro de 1922, Kollontai assume atividades na diplomacia soviética em vários países como Noruega, México e Suécia. Faleceu em Petrogrado em 1952. Entre as várias contribuições de Alexandra Kollontai para a teoria marxista sobre a questão da mulher, podem-se citar: *O Comunismo e a Família* (1920), *A nova mulher e a moral sexual* (1918), *O amor na sociedade comunista* (1920), *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada* (1926).[77]

5.5. Nadezhda Krupskaia: companheira e revolucionária

Nadezhda Krupskaia teve um papel fundamental, ao lado do seu companheiro de vida e de luta, V. I. Lênin, no movimento revolucionário russo e no Estado operário soviético. Nasceu em 1869 em São Petersburgo. De família aristocrática, ainda jovem se envolveu com os círculos de estudantes e operários, integrando uma organização chamada União da Luta pela Libertação da Classe Operária, integrada por outros jovens revolucionários, que jogariam um papel central na organização da socialdemocracia russa nos anos seguintes, como Martov e Lênin.[78]

---

[76] KOLLONTAI, Alexandra. O que Outubro deu à mulher ocidental? In: SCHNEIDER, Graziela (org.). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética.* São Paulo: Boitempo, 2017, p. 214-215.

[77] Cf. KOLLONTAI, Alexandra. *A família e o comunismo.* São Paulo: Edições Iskra, 2013; *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada.* São Paulo: Sundemann, 2007; *A nova mulher e a moral sexual.* São Paulo: Expressão Popular, 2007. Outros textos de Kollontai podem ser lidos em: SCHNEIDER, Graziela (org.). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética.* São Paulo: Boitempo, 2017.

[78] Sobre a vida e obra de Krupskaia, ler: SCHNEIDER, Graziela (org.). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética.* São Paulo: Boitempo, 2017, p. 87.

Por conta de suas atividades revolucionárias, acabou presa e se exilando logo em seguida. Nesse período, casa-se com Lênin. Jogou um importante papel no Partido Operário Socialdemocrata Russo (POSDR) na condição de secretária do Jornal Iskra e, a partir de 1905, integrando o Comitê Central da organização.

Com a vitória da Revolução de Outubro de 1917, Krupskaia assume importantes funções no novo poder na área da educação, como, por exemplo, como deputada do Comissariado do Povo para a Educação, no setor de educação de adultos. Nos anos 1920, fez parte do Comitê Central do Partido Comunista da URSS e nos anos 1930, atuou como Comissária da Educação.

Krupskaia era uma mulher revolucionária em todos os aspectos. Em seus escritos combateu energicamente as desigualdades de tratamento entre homens e mulheres, a desigualdade de direitos, os preconceitos. No artigo *Deve-se ensinar "coisas de mulher" aos meninos*, diz:

> A escola livre luta contra todos os preconceitos que arruínam a vida das pessoas. O preconceito de que a tarefa doméstica é digna apenas de seres com necessidades menores abala a relação entre homens e mulheres, introduzindo nela um princípio de desigualdade. Tal preconceito não martirizou apenas uma mulher, não gerou alienação e discórdia em apenas uma família. A escola livre é uma ardente defensora da educação coletiva, uma vez que considera que o trabalho coletivo e as condições iguais de desenvolvimento favorecem a compreensão mútua e a aproximação espiritual dos jovens de ambos os sexos e, assim, servem de garantia para relações saudáveis entre homens e mulheres. A partir desse ponto de vista, a escola livre, ao ensinar trabalhos manuais, não deve diferenciar crianças de sexos distintos. É preciso que meninos e meninas aprendam da mesma forma a fazer todo o necessário no trabalho doméstico e não se considerem indignos de realizá-lo.[79]

Quando a Rússia revolucionária estava sob ataque das potências imperialistas na guerra civil, Krupskaia alertava para a necessidade do poder soviético proteger profundamente a maternidade e as crianças. É que a guerra havia arruinada em grande parte a economia do país e dificultado sobremaneira as condições de vida da população russa, além da morte de uma parcela de pessoas, jogando muitas crianças na condição de órfãos. Nestas circunstâncias, Krupskaia alertava:

---

[79] KRUPSKAIA, N. Deve-se ensinar "coisas de mulher" aos meninos. In: SCHNEIDER, Graziela (org.). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética.* São Paulo: Boitempo, 2017, p. 90.

> Como ajudar a mãe que se curva sob o peso de procriar, nutrir e educar? A resposta é clara: é preciso que o governo não só proteja a maternidade e os recém-nascidos, não só cuide da mulher durante a gravidez, o parto e o puerpério, mas crie dezenas de milhares de creches, jardins de infância, colônias e alojamentos infantis, em que as crianças possam receber cuidados e alimentação, possam viver, desenvolver-se, estudar em condições dez vezes melhores do que as que a mãe carinhosa poderia lhes proporcionar com seu esforço individual.[80]

Mesmo reconhecendo os avanços proporcionados pela vitória da revolução socialista na Rússia nos direitos das mulheres, que garantia "iguais direitos diante da lei", Krupskaia observava que a realidade concreta de grande parte das mulheres ainda era muito difícil, particularmente nas regiões mais distantes das grandes cidades, ou seja, no campo, onde a força das tradições e dos antigos costumes tinha um peso considerável nas relações entre homens e mulheres e pais e filhos.

Por isso, no artigo intitulado *O Partido Comunista e o Trabalhador*, de 1920, afirmava:

> Mas a lei é uma coisa, enquanto na vida muito ainda continua como antes; os vestígios da antiga desigualdade, dos antigos preconceitos, ainda são profundos, e é preciso trabalhar incansavelmente para eliminá-los da vida cotidiana, familiar e social. Por isso, o programa do partido diz que homens e mulheres comunistas não podem esquecer sequer por um instante que a libertação das mulheres ainda está longe de sua conclusão – ela apenas começou, e agora é preciso um grande esforço ideológico e educativo.
>
> Contudo, ainda há muitas dificuldades no caminho da libertação feminina em relação à opressão familiar. A maior delas é o fato de que as mulheres estão soterradas até o pescoço pelo trabalho em casa, pelos afazeres domésticos, pelo cuidado com as crianças; a mulher está fortemente amarrada ao lar por infinitas tarefas e cuidados que não lhe permitem nem em pensamento deixar o fogão, a pia, os filhos. É por isso que o programa do Partido Comunista trata da necessidade da abertura de creches e jardins de infância, lavanderias e refeitórios comunitários, locais que façam reparos etc., tudo que alivie o trabalho da mulher e que dê a ela a possibilidade de participar da vida social.[81]

Krupskaia foi antes de tudo uma educadora. Contribui decisivamente para as conquistas no campo da educação, particularmente nos primeiros anos da Revolução Russa. Causou-lhe muito sofrimento a perda do seu companheiro, Lênin, em 1924, depois um período de enfermidade. Krupskaia faleceu em 27 de fevereiro de 1939.

---

[80] KRUPSKAI, N. Guerra e maternidade. In: SCHNEIDER, Graziela (org.). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética.* São Paulo: Boitempo, 2017, p. 95.

[81] KRUPSKAIA, N. O Partido Comunista e o trabalhador. In: SCHNEIDER, Graziela (org.). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética.* São Paulo: Boitempo, 2017, p. 103-104.

5.6. Conclusões

Poderíamos citar inúmeras outras revolucionárias marxistas que contribuíram com suas ideias e ações para o movimento de mulheres trabalhadoras e para a causa do socialismo.

Nomes como Inessa Armand (1874-1920), Konkórdia Samóilova (1876-1921), entre tantas outras mulheres socialistas, fazem parte da história do marxismo e do movimento de mulheres socialistas.

Pelas obras e pela atualidade revolucionária dessas mulheres podemos ter uma ideia da obra criadora do proletariado russo e da classe operária internacional, especialmente das mulheres trabalhadoras.

REFERÊNCIAS

ARMAND, Inessa. As trabalhadoras na I Internacional. In: SCHNEIDER, Graziela (org.). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017.

BOITO, Misa (org.). *A luta contra a opressão da mulher: recuperando uma abordagem de classe (Friedrich Engels, Karl Marx, V. I. Lênin, Clara Zetkin, Alexandra Kollontai, Rosa Luxemburgo, Leon Trotsky*). São Paulo: Nova Palavra, 2016.

CARRASCO, Carmen e PETIT, Mercedes. *Mulheres trabalhadoras e marxismo*: *um debate sobre a opressão*. São Paulo: Sundemann, 2012.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

____. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2017.

ELZBIETA, Ettinger; *Rosa Luxemburgo.* Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. In: TOLEDO, Cecília (org.). *A mulher e a luta pelo socialismo (Marx, Engels, Lenin, Clara Zetkin, Trotsky*). São Paulo: Sundemann, 2014.

GOLDMAN, Wendy. Mulher, Estado e Revolução. São Paulo: Boitempo: Iskra Edições, 2014.

KOLLONTAI, Alexandra. O que Outubro deu à mulher ocidental? In: SCHNEIDER, Graziela (org.). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética.* São Paulo: Boitempo, 2017.

____. *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada.* São Paulo: Sundemann, 2007.

____. *A família e o comunismo.* São Paulo: Edições Iskra, 2013.

____. *A nova mulher e a moral sexual.* São Paulo: Expressão Popular, 2007.

KRUPSKAIA, N. Deve-se ensinar “coisas de mulher” aos meninos. In: SCHNEIDER, Graziela (org.). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética.* São Paulo: Boitempo, 2017.

____. Guerra e maternidade. In: SCHNEIDER, Graziela (org.). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética.* São Paulo: Boitempo, 2017.

____. O Partido Comunista e o trabalhador. In: SCHNEIDER, Graziela (org.). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética.* São Paulo: Boitempo, 201.
LENIN, V. I. Discurso no I Congresso Pan-russo de operárias. In: TOLEDO, Cecília (org.). *A mulher e a luta pelo socialismo (Marx, Engels, Lenin, Clara Zetkin, Trotsky*). São Paulo: Sundemann, 2014.
____. *Sobre a emancipação da mulher*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
LESSA, Sergio. *Abaixo a família monogâmica*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.
LOUREIRO, Isabel. *Rosa Luxemburgo: Vida e Obra.* São Paulo: Expressão Popular, 2011.
____. *Rosa Luxemburgo, os dilemas da ação revolucionária.* São Paulo: Editora Unesp, 1995.
LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 1999.
____. *A acumulação do capital.* São Paulo: Nova Cultural, 1988.
____. *A crise da socialdemocracia.* Lisboa: Editorial Presença, 1974.
____. *A revolução russa.* Petrópolis: Vozes, 1991.
____. *Greve de massas, partido e sindicatos.* In: BOGO, Ademar (org.). *Teoria da organização.* São Paulo: Expressão Popular 2005.
____.*A Proletária.* Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1914/03/05.htm>. Acesso em: 05 de dezembro de 2019.
____. Rosa Luxemburgo. In: *Biografias.* Edições Seara Vermelha, s/d
MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, l. 1, v. I, 2002.
MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2002.
NEGT, Oskar. Rosa Luxemburgo e a renovação do marxismo. In: HOBSBAWM, E. (org.). *História do marxismo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, v. 3.
NORMAN, Geras. *A atualidade de Rosa Luxemburgo.* Lisboa: Antídoto, 1978.
REED, Evelyn. *Sexo conta sexo ou classe contra classe*. São Paulo: Sundermann, 2011.
SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência.* São Paulo: Expressão Popular, 2015.
____. *Mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
SCHNEIDER, Graziela (org.). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017.
SIQUEIRA, Sandra M. M. e PEREIRA, Francisco. *Marx e Engels: uma introdução*. Salvador-BA: LEMARX, 2017.
____. *Capitalismo e opressão das mulheres.* Jornal Vozes da Resistência, Salvador-BA, n. 1, junho/julho de 2019, p. 07.
TOLEDO, Cecília. *Gênero e Classe.* São Paulo: Sundermann, 2017.
TOLEDO, Cecília (org.). *A mulher e a luta pelo socialismo (Marx, Engels, Lênin, Clara Zetkin, Trotski)*. São Paulo: Sundermann, 2014; ZETKIN, Clara. *Como nasce e morre o fascismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
ZETKIN, Clara. *Apenas junto com as mulheres proletárias o socialismo será vitorioso. Discurso ao congresso do Partido Socialdemocrata da Alemanha,*

Gotha, de 16 de outubro de 1896. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/zetkin/1896/10/16.htm>. Acesso em: 05 de dezembro de 2019.
____. Clara Zetkin. In: *Biografias.* Edições Seara Vermelha, s/d.

6. A OBRA *MULHERES, RAÇA E CLASSE* DE ÂNGELA DAVIS[82]

Em 2016, a obra Mulheres, Raça e Classe, produzida pela ativista, intelectual e feminista norte-americana Ângela Yvonne Davis foi publicada em português e lançada no Brasil pela Editora Boitempo. No entanto, é importante lembrar que a obra original em inglês remonta à década de 1980, portanto, há pouco mais de três décadas. Tempo suficiente no processo de formação de uma geração de lutadores e ativistas.

A quem interessa discutir a articulação entre mulheres, raça e classe à luz da produção e das experiências teóricas e práticas de uma grande militante como Ângela Davis? Certamente, a todas e todos que se interessam igualmente pela luta emancipatória de trabalhadores e trabalhadoras pelo fim do capitalismo e do racismo.

No mesmo ano da publicação da obra no Brasil, o Coletivo de Mulheres do LEMARX decidiu estudá-la, iniciando esse estudo com um grupo pequeno, em torno de nove pessoas, que foi crescendo e realizando várias atividades, com base na leitura desta e de outras obras de Ângela Davis. Estes estudos renderam práticas formativas, participação em eventos – como o Fórum Social Mundial de Salvador, em 2018, e socialização das ideias da autora com jovens e demais interessados em escolas, faculdades, instituto federal e, ate mesmo, a elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) na FACED/UFBA.

Nesse ínterim, o Coletivo de Mulheres do LEMARX – Grupo de Estudos das Obras de Ângela Davis cresceu e assumiu tarefas formativas e de participação na organização e luta contra as opressões de mulheres e, em particular, das mulheres negras. Uma tarefa, evidentemente, central para todas e todos que lutam contra a exploração e a opressão no seio da sociedade capitalista, tendo como objetivo maior a construção de uma sociedade socialista, sem classes e sem exploração e opressão.

Em relação à obra em analise, temos a dizer que tem um enorme potencial como ferramenta nas abordagens de vários temas sob a questão do

[82] Artigo publicado originalmente no Jornal Vozes da Resistência, n. 2, agosto/setembro de 2019, do Laboratório de Estudos e Pesquisas Marxistas (LEMARX/UFBA) em coautoria com Rosângela Conceição de Santana. Cf. SIQUEIRA, Sandra M. M. e SANTANA, Rosângela Conceição. *A obra Mulheres, Raça e Classe de Ângela Davis.* Jornal Vozes da Resistência, n. 2, agosto/setembro. 2019, pp. 8-9.

papel das mulheres negras afro-americanas presentes em profusos momentos da historia dos Estados Unidos, no período da escravidão e da luta pela abolição. Mas não só ao estudo desse período. O destaque da participação do enfrentamento contra a exploração e as várias formas de opressões carrega, em si, aproximações com as opressões vivenciadas pelas mulheres negras no Brasil, com a perversidade ideológica do mito da democracia racial.

A cada capitulo analisado no Coletivo, percebíamos a identificação que as participantes apresentavam com as linhas, parágrafos, capítulos da obra, bem como as relações estabelecidas entre realidades diferentes, mas ligadas por uma articulação de relações internacionais e nacionais, tendo como base a acumulação capitalista, que usou do trabalho escravo de trabalhadores e trabalhadoras negras e negros no processo de expansão capitalista.

A leitura do primeiro capítulo, intitulado O Legado da Escravidão: Parâmetros para uma nova condição da Mulher foi muito dolorosa, mas proveitosa, dado os depoimentos, as condições em que as mulheres negras escravizadas viviam no trabalho nas lavouras, as humilhações e outros sortilégios. Há um momento da obra em que Ângela Davis cita uma passagem de *O Capital* (1867), de Karl Marx, que trata do emprego de trabalhadoras para puxar barcos em canais, em lugar de animais. É candente reproduzirmos a passagem de Marx, citada por Ângela Davis:

> Na Inglaterra, ocasionalmente ainda se utiliza, em vez de cavalos, as mulheres para puxar os barcos nos canais, porque o trabalho exigido para a produção de cavalos e maquinas é uma quantidade matematicamente dada, ao passo que o exigido para a manutenção das mulheres de população excedente está abaixo de qualquer calculo.[83]

Ângela Davis compara essa situação das trabalhadoras na Inglaterra com a realidade das trabalhadoras norte-americanas, em que as mulheres estavam submetidas a tal nível de exploração e opressão, que eram tratadas como animais de carga. A autora demonstrava com isso, que essa era a lógica da utilização do trabalho escravo como alavanca do desenvolvimento da economia do país, para atender aos interesses fundamentais da classe dominante. Substituir e usar as mulheres como verdadeiros animais de carga, tendo em

[83] Cf. DAVIS, Ângela. *Mulheres, Raça e Classe.* São Paulo: Boitempo, 2016, p. 23.

vista que “seu custo de exploração e manutenção é menor que o de homens no auge de sua força”.[84]

Ainda, neste capitulo, há reflexões incessantes e profundas sobre a “promiscuidade sexual”, no sentido de que fica evidenciado o quanto as mulheres escravizadas eram objetificadas, usurpadas em seus corpos e objeto de desejo e exploração dos senhores de escravos, sendo obrigadas a se submeter aos caprichos de seu dono, sob pena de sofrerem maior violência física e psicológica. Em várias passagens há fortes relatos de que na primeira noite do casamento de uma mulher negra, a mesma era desposada pelo senhor de escravos e não pelo esposo.

Outros temas de grande relevância atravessam toda a obra, a saber: a escravidão moderna, o racismo no movimento sufragista, a educação negada à população negra, estupros, controle de natalidade, direitos reprodutivos, a obsolescência do trabalho doméstico, questões que tornam esta obra um instrumento de análise crítica com forte capacidade de impulsionar na teoria e na prática a luta anticapitalista, antirracista e antissexista. Evidentemente, em defesa de outra sociabilidade autenticamente humana, o socialismo.

No sistema escravista, negros e negras eram vistos como uma propriedade, como ferramentas falantes, sendo que as mulheres eram tidas, não menos do que os homens, como instrumentos de trabalhos lucrativos. As mulheres, portanto, eram maiores vítimas de abusos sexuais corriqueiramente. A perda de sua prole era bastante comum entre as mulheres escravizadas, pois as mesmas eram classificadas como “reprodutoras” e não como mães, sendo que suas crianças podiam ser vendidas e enviadas para longe. Os abusos especialmente dirigidos a estas mulheres facilitavam a cruel exploração econômica do seu trabalho.

Mesmo diante de todas as formas de opressões que atingiam as mulheres negras, elas buscavam o reconhecimento de seus direitos, engajando-se nas lutas de sua época, antes e depois da escravidão, sendo que, no movimento sufragista feminino, estas mulheres se organizaram com muita força na busca de direitos que lhes eram negados, como, por exemplo, o direito à educação. A obra relata casos terríveis de práticas de expulsão e de incêndios nas escolas com crianças negras.

[84] Idem, ibidem.

O livro relata inúmeras histórias de lutas protagonizadas pelos negros e negras. Em 1787, a população negra de Massachusetts apresentou uma petição pelo direito de frequentar as escolas livres de Boston. O requerimento foi enviado por Prince Hall, considerado o fundador da maçonaria negra nos Estados Unidos, liderando essas iniciativas, abrindo, inclusive, uma escola em sua própria casa. Também, no ano de 1793, uma trabalhadora, ex-escrava, abriu uma escola na cidade de Nova York, sendo que a escola ficou conhecida como Escola Kary Fergunson.

Esse é mais um fato que deixa evidente como o racismo e a negação ao acesso à instrução foram formas de perpetuar a exclusão da população negra nos Estados Unidos, o que não foi diferente com a realidade brasileira, na época do Escravismo Colonial. Mesmo depois do fim do trabalho escravo, a população negra vivenciou as formas mais precárias e opressivas de trabalho e de condições de vida. Hoje, de forma aberta, mantém-se a dualidade entre escola pública e privada, criando-se todos os embaraços possíveis ao acesso dos filhos e filhas da classe trabalhadora à escola, tornando-a pouco atrativa e aumentando o índice de abandono entre os adolescentes e, até mesmo, de crianças.

Outro fato marcante revelado no livro Mulheres, Raça e Classe, é o mito do homem negro estuprador. Ora, sabe-se bem que a prática de estuprar mulheres naquele período foi obra de homens brancos, que, por se sentirem donos dos corpos das mulheres que escravizaram, violentavam brutalmente essas mulheres nos Estados Unidos, fatos que permaneceram mesmo após o fim da escravidão. Essa prática era veementemente punida em relação aos homens negros, tanto que, nos anos 1930 a 1967, 455 homens foram condenados por estupro, e, destes, 405 eram homens negros. Eram ainda executados por conta das condenações nos tribunais. Como demonstra Ângela, na história dos EUA, a acusação fraudulenta de estupro se destaca como um dos artifícios mais impiedosos criados pelo racismo.

O último capítulo aborda uma questão muito cara nos debates do feminismo socialista, na luta pelo processo de emancipação das mulheres: a obsolescência das tarefas domésticas com o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Trata-se de incontáveis tarefas domésticas realizadas pelas mulheres, ocupando várias horas diárias do seu tempo com afazeres de

caráter repetitivos, invisíveis e exaustivos. O desenvolvimento da indústria e da técnica colocaram as condições objetivas para que estas atividades sejam incorporadas à economia social, liberando as mulheres destas ações não reconhecidas e desvalorizadas, que ampliam e duplicam a sua jornada de trabalho diária. De fato, é preciso observar que no capitalismo essas atividades continuam a cargo das mulheres e apenas a socialização da economia pode resolver, no socialismo, essa questão de maneira definitiva.

Ângela Davis finaliza a sua análise reconhecendo que os passos mais relevantes dados em direção à libertação da mulher ocorreram, de fato, nos países que fizeram as revoluções socialistas, tendo havido grandes conquistas nesse âmbito. É o que ocorreu, por exemplo, nos primeiros anos após a tomada do poder pelo proletariado na Rússia em Outubro de 1917, com a conquista dos direitos ao aborto, divórcio, igualdade salarial e de direitos, participação na vida política, além de um conjunto de equipamentos públicos, como restaurantes, lavanderias e creches. Enfim Ângela Davis, diferentemente de muitas analistas contemporâneas, reconhece que a nossa luta deve apontar para a direção do socialismo. E, neste aspecto, a obra Mulheres, Raça e Classe da ativista norte-americana é incomparavelmente superior na teoria e como guia para a luta de classes atual.

REFERÊNCIAS:

DAVIS, Ângela. *Mulheres, Raça e Classe.* São Paulo: Boitempo, 2016.
SIQUEIRA, Sandra M. M. e SANTANA, Rosângela Conceição. *A obra Mulheres, Raça e Classe de Ângela Davis.* Jornal Vozes da Resistência, n. 2, agosto/setembro. 2019.

7. OS ATAQUES AOS DIREITOS DAS MULHERES E A NECESSIDADE DA ORGANIZAÇÃO CLASSISTA[85]

7.1. Introdução

Apresentar uma analise na esteira do materialismo histórico sobre os ataques dos governos, do Congresso Nacional e demais instâncias políticas ao conjunto dos trabalhadores, em particular às mulheres, que constituem a metade da população, é uma necessidade histórica no cenário de retrocessos de direitos que atingem de forma expressiva os explorados e exploradas do nosso país. Há uma luta secular do movimento de mulheres em defesa de uma pauta de direitos, dentre eles o de trabalho igual, salário igual, ainda não resolvida, porém temos que avançar não só nesta questão, mas em outras, que hoje tem sido atacada por políticos, ancorados em ideologias e políticas conservadoras.

É preciso fazer um balanço sério dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) (Lula e Dilma Rousseff), quanto às expectativas geradas não só em relação aos movimentos de mulheres, mas também no conjunto dos explorados, quando da chegada à Presidência da Republica, em particular da primeira mulher na gerência do estado burguês. Não se pode deixar de clarificar que Dilma governou na verdade para os grandes grupos econômicos, submetendo-se aos interesses de frações capitalistas, esteve sob pressão das bancadas religiosa e demais conservadores, que se colocaram como uma grande trava ao avanço dos direitos das mulheres no que se refere à legalização do aborto seguro, gratuito, e tantos outros direitos, e, não poucas vezes, se mostrou impotente frente às diversas tentativas de criminalização das mulheres e dos movimentos sociais, para assegurar a governabilidade que foi posta em cheque pelo processo do impeachment.

Projetos de leis tramitam no Congresso com um viés claramente conservador, que atentam contra a liberdade das mulheres decidirem sobre suas vidas. É o caso do Estatuto do Nascituro, Projeto de Lei 478/2007, projeto que prevê a proibição do aborto em caso de estupro e a previsão da “bolsa-estupro” às mulheres que engravidam em face da agressão. Este estatuto é

[85] Texto publicado originalmente na Revista Universidade e Sociedade do ANDES-SN. Cf. SIQUEIRA, Sandra M. M. *Os ataques aos direitos das mulheres e a necessidade da organização classista.* Revista Universidade e Sociedade, n. 58, junho.2016, pp. 80-91.

considerado o maior atentado aos direitos sexuais e reprodutivos da mulher. Entra em choque com o direito ao aborto, até mesmo nos casos previstos no Código Penal e com a luta pelo direito ao mesmo, pela defesa da vida das mulheres trabalhadoras, particularmente as que vivem nas piores condições de vida e trabalho, e mulheres negras.

Acrescente-se o PL 5069/13, que altera o Código Penal sobre a questão do aborto e criminaliza mais ainda as mulheres e os profissionais da saúde. Some-se aos ataques anteriores também o PL 6583/2013, que reporta a instituição do estatuto da família, significando um grande retrocesso para os grupos LGBTs e às mulheres no que tange a constituição familiar, além de tantas outras medidas que atentam de forma direta ou indireta a vida das mulheres. Estas ações mobilizaram um conjunto de mulheres a irem as ruas denunciar e se colocarem incisivamente contra as ações perpetradas por Eduardo Cunha (PMDB), presidente afastado da Câmara dos Deputados, além dos reacionários defensores da moral burguesa e dos dominantes bons costumes Marco Feliciano (PSC-SP) e Jair Bolsonaro (PSC-RJ), que na votação do impeachment na Câmara fez apologia do Coronel Brilhante Ustra, denunciado e conhecido como torturador na ditadura militar de militantes de esquerda, incluindo mulheres.

A realidade da opressão das mulheres no capitalismo mostra, como dizia Trotsky, que a verdadeira “libertação da mulher significa cortar o cordão umbilical que ainda une o povo ao obscurantismo e as superstições do passado”.[86] Mas, para isso, é preciso transformar as condições materiais de existência social, isto é, as relações de produção e de propriedade capitalistas. A exploração de classe dos trabalhadores pela classe dominante é o fundamento das formas de opressão. Sem luta contra a exploração de classe não há luta contra as opressões. Sem luta contra as opressões, não poderemos avançar profundamente na luta contra a exploração de classe.

O objetivo central do texto é contribuir para avançar na caracterização marxista da questão das opressões, realizando uma crítica dos ataques dos governos, capitalistas e do Congresso Nacional, por meio das ações da bancada conservadora, que procuram retroceder nos direitos de mulheres, negros e negras e LGBTs.

[86] TROSTKI, Leon. *Trotski e a luta das mulheres*. **S**ão Paulo: Iskra, 2015, p. 23.

Esperamos que as reflexões expostas neste artigo contribuam com o debate em relação aos estudos desenvolvidos em vários espaços, e, particularmente, à prática política concreta na organização classista das mulheres como parte do movimento emancipatório da classe operária e demais explorados pelo fim da sociedade capitalista e constituição do socialismo.

7.2. O contexto de retirada de direitos das mulheres no governo Dilma Rousseff (PT)

O governo de Dilma Rousseff (PT) foi marcado por profundas contradições econômicas e políticas, em face do desenvolvimento da crise mundial do capitalismo e da crise econômica e política interna. Durante os dois primeiros governos do PT (Lula), antes de estourar a crise mundial, foi possível manter taxas de crescimento da economia nacional, acompanhando os índices internacionais, o controle do desemprego, aumentos salariais (na realidade muito abaixo das necessidades dos trabalhadores brasileiros como demonstram as pesquisas do Dieese) e programas sociais assistenciais (como o bolsa família). Com o estouro da crise econômica internacional e seu impacto na vida nacional, as margens de manobra dos governos petistas se encurtaram cada vez mais. As denúncias de corrupção (“mensalão”, “petrolão”, da Lava Jato) foram parte de uma campanha midiática de desmoralização política do Partido dos Trabalhadores e das suas lideranças. Enfim, com o resultado da segunda eleição de Dilma, a oposição de direita reforçou as denúncias e ataques, que resultaram na aprovação do impeachment recentemente na Câmara, confirmado pelo Senado.

Nesse contexto, um conjunto de retrocessos nos direitos sociais e políticos acabam atingindo de forma direta ou indireta os trabalhadores e trabalhadoras do país, particularmente as mulheres. São vários os ataques sofridos pelas trabalhadoras como o avanço da terceirização, restrição de direitos como aposentadorias, pensões e seguro-desemprego. Somam-se ainda as demissões massivas (já são mais de 11 milhões de desempregados), o subemprego, a informalidade, a precarização, anúncios de medidas relacionadas a uma nova reforma da previdência, que vai mudar as regras da aposentadoria, além do incremento da violência contra as mulheres, a criminalização do aborto, a falta de creches e outras importantes reivindicações

quanto às condições de trabalho e vida da mulher trabalhadora. O governo de Dilma (PT) já não tinha a mesma margem de manobra de Lula, e, sob impacto da crise mundial e interna, acabou soterrando pautas importantes do movimento de mulheres, dentre elas a legalização do aborto, para responder às pressões da bancada conservadora do Congresso Nacional.

O chamado “governo democrático-popular” do PT findou transformando o partido surgido historicamente das lutas sociais do final da década de 1970 em partido da ordem, fiel depositário e garantidor da propriedade privada dos meios de produção das principais frações da classe dominante (industrial, comercial, bancária, agrária e financeira). Não à toa, impôs um ajuste fiscal, que comporta ataques ao conjunto dos trabalhadores, com a pretensão de alcançar metas do superávit primário, para garantir o pagamento de juros e amortizações da dívida pública com banqueiros e financistas nacionais e internacionais, despejando o ônus da crise estrutural do capital sobre os ombros da classe trabalhadora.

Mais recentemente, os servidores públicos e demais trabalhadores foram impactados com o PLP 257/16, de autoria do executivo, que tem inicialmente como alvo principal o funcionalismo publico em todos os níveis (federal, estaduais e municipais), porém atingindo significativamente as mulheres que dependem dos serviços públicos, entre eles a saúde e a educação.

O PLP 257/16 aprofunda o desmonte dos serviços públicos, precariza as condições de trabalho, confisca os salários do funcionalismo publico e não realiza concursos públicos, implementa o programa de demissão voluntaria e licença incentivada aos servidores e empregados e reforma do regime jurídico dos servidores ativos, inativos, civis e militares para limitar os benefícios, progressões e vantagens. Em termos práticos, este projeto lei, encaminhado em caráter emergencial, significa a desagregação e o aprofundamento do sucateamento dos serviços públicos utilizados pela população em geral. As mulheres também são afetadas com relação à aposentadoria, extinguindo a diferença de tempo de trabalho para efeito de aposentadoria em relação ao homem, aumentando mais o tempo de permanência no trabalho das mulheres para obter o direito a aposentadoria. Isto é, o governo deseja que as trabalhadoras sejam exploradas por mais tempo, evidentemente para proporcionar a acumulação de capitais aos burgueses.

Retomando a absurda proposta da bolsa-estupro, prevendo que a mulher estuprada abriria a mão de seu direito legal de interrupção da gravidez, resultante de um ato de brutal violência contra a mulher em troca de uma bolsa correspondente ao salário mínimo. Isto significa um grande retrocesso na luta pela legalização do aborto. O referido projeto pretende qualificar como crime instigar ou induzir a pratica do aborto, bem como instrução ou orientação para o procedimento. A pena é aumentada em se tratando de profissionais da área de saúde, até três anos. A referida lei também faz menção a quem vende ou entrega, mesmo que de forma gratuita, substâncias ou objetos destinados a provocar o aborto. Esta cláusula se refere claramente à pílula do dia seguinte, podendo proibir sua venda, criminalizando a comercialização da mesma. É preciso realçar que as mulheres pobres e negras, que se encontram em situação de vulnerabilidade, são as que mais sofrem este tipo de violência e as que mais morrem por abortos clandestinos. 62,8% das mortes decorrentes de gravidez atingem mulheres negras e 35,6% mulheres brancas, segundo o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher de 2014.[87]

Outro ataque proveniente desta lei se refere aos casos de estupros quando há gravidez. Eis o que estabelece o projeto de lei: “se a gravidez resulta de estupro, constatado em exame de corpo de delito e comunicado à autoridade policial, e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou quando incapaz, de seu representante legal”. A lei só considera estupro se houver a comprovação da penetração. Além do mais para a mulher que sofre esta violência só poderá receber assistência médica caso se submeter à autoridade policial ou ao exame de corpo de deleito. Colocando as mulheres em situação de constrangimento.

Para completar, é preciso ainda destacar outra questão importante que diz respeito às propostas que circundam na Câmara ligadas a retirada do debate sobre a questão de gênero nas escolas para atender às pressões de bancadas conservadoras. Diante desse contexto de profundos retrocessos de direitos, é preciso fortalecer a luta das mulheres trabalhadoras, articulando as reivindicações das mulheres à luta pela superação de todas as formas de opressões, como parte dos movimentos sociais do conjunto dos trabalhadores

[87]SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. *Relatório Anual Socioeconômico da Mulher*. Brasília: 2015.

pela superação da exploração de classe e pelo socialismo. Os sindicados classistas devem avançar no debate e nas ações frente a estas questões candentes da luta de classe. Não há outra forma de barrar tamanho ataque a não ser com a unidade classista do conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras.

7.3.O aprofundamento da precarização das trabalhadoras terceirizadas e o PLC 30/15

É preciso lutar obstinadamente contra o avanço da terceirização que atinge um número considerável de mulheres, expressando uma grande perversidade do capital que retira direitos e garantias trabalhistas, além de segregar os trabalhadores nos espaços de trabalho. A precarização articulada com a terceirização no atual contexto de crise do capitalismo é a expressão da face mais perversa do regime burguês. A política de flexibilização das relações de trabalho, os ataques às conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras, a fragmentação da classe operária e privatizações têm seguido uma orientação internacional do capitalismo em sua fase monopolista, de decomposição das forças produtivas. Significa dizer que historicamente tanto as multinacionais quanto os grandes capitalistas nacionais impuseram a terceirização no Brasil.

O processo de terceirização avançou no Brasil a partir de 1990 e se tornou legalmente reconhecido em 1993. Foram terceirizados os serviços de limpeza, vigilância e mais recentemente outros setores. Hoje temos quase 13 milhões de trabalhadores terceirizados que, comparados aos trabalhadores efetivos, ganham salários menores em condições de trabalho piores e nenhuma estabilidade no emprego. Há toda uma legislação adaptada para regulamentar e expandir a terceirização para todas as atividades. No governo Dilma não tem sido diferente. Há uma clara tentativa de avançar a terceirização das atividades-meio para as atividades-fim e expansão para o setor publico neste processo. Há destaques para modalidades de subcontratação no setor publico que têm avançando largamente como concessão, permissão, parcerias, cooperativas, ONGs, organizações da sociedade cível de interesses públicos (OSCIPS).

O PLC 30/15 foi o mais duro golpe desferido aos trabalhadores do Brasil, expressando a destruição de direitos históricos conquistados pelos

trabalhadores. Os trabalhadores terceirizados estão amargando as péssimas condições de trabalhos, duras humilhações e, em determinadas situações, vivendo condições análogas à escravidão.

Sabemos que as mulheres são as maiores vitimas da precarização do trabalho, dos retrocessos de direitos, muitas delas não têm sequer acesso à previdência, por viverem na informalidade, nos empregos sem proteção legal, sem assistência social, sem documentação. As trabalhadoras precisam das políticas publicas ligadas à saúde, educação e outras demandas reprimidas relacionadas à proteção das mães trabalhadoras como o direito a creche e outras assistências necessárias a vivencia da maternidade.

Como afirma Assunção:

> É necessário que as mulheres trabalhadoras saiam de seus trabalhos e tenham que correr para suas casas, pois lá a sua segunda jornada de trabalho as espera. Lá permanecem enclausuradas, cada membro isolado e atomizado deste exército, distante das possibilidades de juntas e organizadas, expressarem sua força e assumirem a linha de frente do combate pela unidade da classe operaria.[88]

Como se observa, a maioria das mulheres inseridas no mercado de trabalho vive uma dupla ou tripla jornada de trabalho, e não são estimuladas a se organizarem, a participar da política, dos sindicatos e outros importantes espaços de organização, mobilização e luta. Há uma necessidade de desenvolver uma clara política de conquista, convencimento e organização das mulheres trabalhadoras, particularmente, as terceirizadas, a participarem de forma consciente e organizada da luta de classes, como parte do conjunto da classe operária e demais assalariados. Isso se justifica devido à participação cada vez mais crescente das mulheres no mercado de trabalho.

O desengavetado o PL 4330/04, como parte dos ataques desferidos aos trabalhadores, e sua conversão em PL 30/15 tem colocado claramente a necessidade de um movimento unitário e de conjunto de resistência. Um dos exemplos foi a greve docente de 2015, dirigida pelo Andes/SN. Nela foi incorporada a luta contra o PL 30/15 da terceirização na pauta de mobilização e da luta do movimento paredista. Na ocasião, tivemos oportunidade de desenvolver ações políticas articuladas com os trabalhadores terceirizados e

[88] ASSUNÇÃO, Diana (Org.). *A precarização tem rosto de Mulher.* São Paulo: Edição Iskra, 2013, p. 111.

terceirizadas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que estavam com seus salários atrasados e sem receber os benefícios relativos ao transporte e alimentação.

Esta aproximação nos revelou de forma mais real, toda a perversidade vivida pelos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados. Pudemos constatar a realidade da terceirização, porém numa dimensão muita mais dura e chocante. Assistimos os depoimentos dos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados (as), acompanhamos o drama vivido pelas famílias de trabalhadores e trabalhadoras durante a greve, chegando inclusive à morte de trabalhador por acidente de trabalho e por problemas coronários agravados pela situação de atraso no pagamento e medo de demissão. Compartilhamos atos de solidariedade de classe dos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados (as) com a família do trabalhador falecido e às famílias daqueles e daquelas que estavam passando por profundas dificuldades

Foi o momento mais rico e dinâmico da greve na UFBA em 2015. Desenvolvemos ações políticas com professores e estudantes junto aos trabalhadores terceirizados. Fizemos atos de denuncias, oficinas de cartazes, aulas públicas, fotografias e momentos de confraternização com estes trabalhadores e trabalhadoras. Certamente, o momento mais difícil foi termos presenciado uma demissão em massa de 105 trabalhadores sem que as empresas terceirizadas lhes dessem qualquer chance de defesa. Até o presente momento, há trabalhadores e trabalhadoras lutando nas instituições trabalhistas para receber os seus direitos, pois foram jogados na vala do desemprego, sem sequer receberam suas verbas rescisórias. Trata-se de uma situação muito difícil, observar um certo sentimento de impotência nos trabalhadores, particularmente os mais velhos, muitas vezes derramando lagrimas e se perguntando o que farão agora para garantir o sustento da família.

Isso tem a ver com a atual situação dos sindicatos de terceirizados e o burocratismo de suas direções. Trata-se de direções sindicais burocráticas, marcadas pelo descaso, despolitização e, em determinada medida, profundamente colaboracionistas com a política patronal. Há, evidentemente, exceções, mas são poucas. Durante a greve docente em 2015 na UFBA, com o processo de mobilização dos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados (as),

em unidade com uma parcela pequena, mas combativa de professores e estudantes, a base acabou por forçar a presença da direção sindical e a convocação de uma assembleia para discutir a situação de descaso com os terceirizados. O que se constatou foi a tentativa da direção sindical de jogar a culpa da realidade de desorganização dos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados (as) nas costas dos próprios trabalhadores, limitando-se a dar lições de moral aos trabalhadores que estavam em situações de vulnerabilidade, devido os atrasos de salários e outros benefícios e com muito medo de perder seus postos de trabalho.

As atividades permaneceram após a greve, pois tínhamos clareza que os ataques continuariam. Mesmo demitidos, alguns terceirizados tentam lutar e se engajar em atividades como plenárias, rodas de conversar e outras ações, com o objetivo de avançar na organização, mobilização e luta. Em março de 2016, por ocasião da Semana da Mulher na Faculdade de Educação da UFBA (Faced), foi incluído na programação um profícuo debate e atividades com as mulheres terceirizadas da Faced? UFBA, e foi realizada uma exposição fotográfica das mulheres trabalhadoras terceirizadas, que ficam constantemente invisíveis por trás de uniformes. Hoje essas mulheres são chamadas pelos seus nomes e se sentem importantes após estas ações moleculares que estamos realizando na Faced/UFBA.

Com elas aprendemos que desejam ver concretamente a reivindicação de efetivação no trabalho ser conquistada, e de ter seus direitos trabalhistas (como férias e outros importantes direitos, salários, condições de trabalho) serem respeitados. Não querem ser tratadas com desrespeito e discriminação, mas conviver, nos mesmos espaços, com os de mais trabalhadores e trabalhadoras efetivos (as).

Como a maioria das pessoas terceirizadas, as trabalhadoras recebem salários muito baixos, que sequer atendem às necessidades mais básicas da sua família. A instabilidade e precariedade permanente pressionam esses trabalhadores e trabalhadoras, que se vêm frequentemente na possibilidade de perda do emprego e não terem como se reproduzirem socialmente. Nessa luta, defendemos com toda convicção as reivindicações dos terceirizados, trabalho igual, salário e direitos iguais. Não é possível conviver com tanto exploração e permanecer confortável diante dessa realidade. Daí a necessidade urgente de

mobilização, organização e luta. Além desses ataques às condições de vida e trabalho, por meio do desemprego, dos baixos salários, das péssimas condições de trabalho e avanço da terceirização, as mulheres trabalhadoras ainda têm de suportar o problema da violência.

7.4. A violência atinge duramente as mulheres, em particular as mulheres negras

O feminicídio é a principal causa de morte das mulheres no Brasil e no mundo. Em 2015 foi divulgado o mapa da violência sobre as mulheres com dados assustadores, apontando a violência domestica e familiar como a principal forma de violência praticada contra as mulheres no Brasil. A cada sete casos de feminicídios praticados, quatro foram praticados por pessoas com relações próximas, de afeto com a mulher, vítima da agressão. A violência contra as mulheres, os assassinatos (feminicídio), agressões, mutilações, assédios morais e sexuais devem ser combatidos com a mobilização e luta. Não podemos admitir que os crimes bárbaros contra as mulheres sejam observados com indiferença pelo poder público, bem como outras formas de violência.

O mapa citado acima que reúne um conjunto de dados sobre violência contra a mulher mostra claramente o quanto cresceu numa grande escalada o número de mortes contra as mulheres negras. Em dez anos (2003- 2013) saltou para 54,2%. De acordo com o mapa, há uma exposição maior da violência direta contra a mulher negra, em diversas regiões do país. Segundo a ONU, 7 a cada 10 mulheres no mundo já foram ou serão violentadas durante a vida. 35% dos assassinatos de mulheres no mundo são cometidos por seus parceiros (OMS). 5 mil mulheres são mortas por ano por “crimes de honra” (ONU). 25 mil mulheres recém-casadas são mutiladas ou mortas por ano em crimes envolvendo dotes. 100 milhões de meninas poderão ser vítimas de casamentos forçados na próxima década, principalmente no sul da Ásia e África subsaariana. Mais de 139 milhões de mulheres vivas sofreram mutilação genital e estima-se que até 2030 mais 86 milhões serão mutiladas. Em média, são 6 mil mutilações por dia (ONU).

Com o aprofundamento da barbárie capitalista, a violência recai cada vez mais sobre as elas. As discriminações salariais também se aprofundam.

Segundo relatório da ONU Mulheres, os salários das mulheres são em média 24% menores que os dos homens nas mesmas funções. Apenas 50% das mulheres com idade para trabalhar fazem parte da população ativa (os homens são 77%). Em nível mundial, 60% é a desigualdade econômica e de oportunidades entre os sexos.

O Brasil é apenas o 124º país em 142 no ranking de igualdade de salários por gênero, segundo o Fórum Econômico Mundial. No ranking geral, o Brasil se encontra na 71ª posição, caindo 9 posições entre 2013 e 2014. Segundo o relatório, houve uma "ligeira queda na igualdade salarial e renda média estimada". A renda média das brasileiras é 30% menor que a dos homens, segundo o IBGE.

A residência é o local em que ocorre o maior número das agressões, sendo 5 vezes maior que em vias públicas. A violência doméstica e familiar é a principal causa de mortes de mulheres segundo o Ministério da Justiça. 45% dos casos de mulheres mortas analisadas no estudo "Homicídios no Brasil: Registro e Fluxo de Informações" ocorreram em situação de violência doméstica e familiar. Em 53% dos casos o agressor era o marido ou companheiro da vítima; em 43% o agressor era o ex-marido ou ex-companheiro; em 4% dos casos o agressor era filho da vítima.

Na Argentina, diante de casos de crime hediondos contra as mulheres, foi realizada a campanha "*Ni Una Menos*", que se transformou num grito, numa denuncia, levantou a questão da violência contra as mulheres. Este movimento reuniu mais de 60 mil mulheres de todas as partes da Argentina e contando com a participação de mulheres de outros países da America Latina, a exemplo do Brasil. Nada obsta dizer que houve limites no encontro, pois era necessário tirar uma plataforma de lutas concreta para avançar nas respostas aos profundos ataques e violências desferidas contra as mulheres. Uma plataforma de luta vinculada, evidentemente, à luta contra a exploração de classe do capitalismo e pelo socialismo.

No campo universitário, é preciso destacar também as denúncias constantes de violência contra as mulheres. De fato, só tem aumentado assustadoramente os assédios morais e sexuais em lugares como universidades. As estudantes, em particular, têm sido vitimas dessas formas de violências. Trotes violentos são realizados contra as calouras. Vários outros

problemas nas universidades têm ocorrido e deixado as estudantes em situação de maiores fragilidades. No entanto, o que se vê é que as instituições têm silenciado diante de tantos casos e denuncias ocorridos no interior das instituições de ensino superior.

É muito importante incorporar na pauta dos sindicatos e entidades o debate sobre a violência contra as mulheres e construir uma agenda de lutas sobre o problema da violência contra as mulheres trabalhadoras, negros e negras e LGBTs, como a elaboração de material sobre o assedio moral e sexual, além de envidar esforços no sentido de mobilizar e organizar as mulheres trabalhadoras em conjunto com os lutadores e lutadoras contra o processo de opressão e exploração a que estão submetidos (as). As discriminações e violências de todo tipo contra mulheres, negros e negras e LGBTs comparecem como a face mais perversa da exploração capitalista e das formas de opressão (machismo, racismo e LGBTfobia).

O povo negro sofre com o genocídio perpetrado pelo Estado nas favelas. Os homossexuais (e demais LGBTs) são alvos de humilhações, agressões e assassinatos como manifestação da LGBTfobia. E necessário fortalecer a luta contra toda forma de opressão e exploração, tendo em vista que a exploração de classe é a base de todas as formas de opressão existente na sociedade capitalista e que, portanto, têm de serem superadas pela superação dessa forma de sociedade e construção do socialismo.

7.5. “Nem bela, nem recatada, nem do lar! Bonita mesmo é qualquer mulher que se levanta e luta!”

A revista Veja, que tem se notabilizado pelo caráter conservador de suas matérias, publicou um artigo intitulado *Marcela Temer: bela, recatada e “do lar”*, faz apologia ao modelo de comportamento definido pela hipócrita moral burguesa, o que causou nas redes sociais uma enxurrada de comentários sobre os qualificativos atribuídos a esposa do então vice-presidente Michel Temer (PMDB) pela supracitada revista. Os adjetivos expressam uma visão conservadora e burguesa, que está em sentido diametralmente oposto às necessidades e reivindicações do movimento de mulheres e do conjunto das trabalhadoras brasileiras. Por isso, a reação e a crítica dos movimentos

feministas e, em particular pelas feministas socialistas, fez-se sentir de imediato, e com razão.

Não se trata de meras palavras despretensiosas, publicadas pela Veja, mas de palavras que carregam em si múltiplas determinações que envolvem a condição da mulher nos marcos da sociedade de classe e das lutas encampadas pelos movimentos feministas, em especial das socialistas. Remete-nos às análises já construídas pelo marxismo sobre a família monogâmica, o casamento, o lar, a participação das mulheres na política e em outros importantes espaços de mobilização e luta.

Marx já afirmava que as ideias dominantes são as idéias da classe que controla não só os meios materiais de produção, mas também os meios espirituais, como os jornais, os meios de comunicação, as revistas, entre outros. O capitalismo tende, através de pomposas propagandas publicitárias, a vender um padrão de beleza, produtos e outras mercadorias, consideradas supostamente importantes e necessárias para o consumo feminino. A publicidade oferece aos sentidos sugestivas imagens de produtos ao lado de belíssimas mulheres, de acordo com o padrão burguês, levando as mulheres a acreditarem que o sucesso, o amor, a vida sexual ideal passa pela aquisição de vários produtos comercializados pelas frações capitalistas, reforçando o fenômeno do *fetichismo da mercadoria*. E mais: realça-se a condição da mulher às atividades do lar e a de ser uma boa esposa e mãe.

As reações dos movimentos feministas diante desses ataques aos direitos e reivindicações das mulheres, como as suposições da Veja, que se coadunam com o processo de dominação existente e de opressão e exploração de classe das mulheres, têm sido fundamentais. Destaque-se a manifestação de mais de mil mulheres no dia 27/04 no Rio de Janeiro, organizada por vários coletivos com concentração na Assembleia Legislativa (ALERJ), num claro protesto contra Eduardo Cunha (PMDB/RJ), Jair Bolsonaro (PSC/RJ), preparatório (confecção de cartazes, faixas) para a marcha até a Cinelândia sob a consigna de que “lugar de mulher é onde ela quiser”, contrapondo-se à ideologia pregada pelos meios de comunicação burgueses.

Os revolucionários socialistas marxistas elaboraram desde a primeira metade do século XIX até hoje uma crítica contundente da situação da mulher na família burguesa e na sociedade capitalista, a partir da análise das relações

de trabalho e de exploração de classe dos trabalhadores e trabalhadoras. Mostraram que o fundamento da opressão da mulher se encontra na emergência das sociedades divididas em classes sociais, sob a base da propriedade privada dos meios de produção, que colocaram a necessidade da família monogâmica. Em seus primórdios, a sociedade de classes jogou a mulher no enclausuramento do lar, para depois arrastá-la para o chão da fabrica, subordinando-a aos níveis mais brutais de exploração e opressão de classe.

Dessa premissa, os marxistas tiraram como conclusão histórica a necessidade de sepultar a sociedade de classes e a construção da sociedade socialista como fundamento da luta contra a opressão das mulheres e por suas reivindicações. Significa dizer que, por meio da organização, mobilização e luta das mulheres, em conjunto com os trabalhadores contra a exploração e a opressão, as reivindicações elementares e parciais devem ser articuladas à luta pela superação do capitalismo.

Não podemos, portanto, admitir determinadas apologias ao papel de mulheres, recatadas e do lar, pois reforçarmos o confinamento da mulher à escravidão do lar, particularmente as mulheres trabalhadores com dupla ou tripla jornada de trabalho. Para a obtenção de taxas cada vez mais crescentes de lucros, o capitalismo retira as mulheres do confinamento do lar, incorporando-as aos processos produtivos e aos vários setores da economia capitalista. O aspecto progressivo da incorporação da mulher ao processo de produção social combina-se, nas condições históricas concretas do capitalismo, com as formas mais profundas de exploração e opressão. Ou seja, de fato, ocorreu em escala mundial a incorporação da mulher no mercado de trabalho, porém num cenário de agudização das condições de exploração da força de trabalho feminina. Cada vez mais jovens e mães têm se somado ao mercado de trabalho, tendo que enfrentar uma dupla ou tripla jornada de trabalho dentro e fora da família.

Urge, portanto, combater as ofensivas de direita com relação aos direitos e reivindicações das mulheres. É preciso também fazer uma clara demarcação da luta das mulheres trabalhadoras e exploradas das ideologias presentes no movimento feminista, que legitimam a exploração da força de trabalho e se limitam às fronteiras do capitalismo. Logo, é fundamental reafirmar as

conquistas teóricas, políticas e ideológicas do movimento operário e socialista internacional ao longo dos séculos XIX e XX, abrindo uma perspectiva de classe para a luta das mulheres no século XXI.

A classe trabalhadora, produtora da riqueza social, sempre contou com seu batalhão feminino nos grandes momentos e eventos importantes da luta de classe mundial e nacional. Há neste atual cenário da luta de classe uma grande disposição de luta das mulheres, de irem as ruas lutar contra estes retrocessos, para ocupar as fábricas, escolas e universidades, para deflagrarem greves e fortalecer as mobilizações e lutas. Enfim, para garantir a unidade da classe operária e demais explorados e fortalecer a luta internacional contra a opressão de classe.

7.6. A III Internacional e a questão da mulher: o trabalho com as mulheres

O 3º congresso da III Internacional Comunista muito se preocupou com a questão da organização das mulheres e, após cuidadosa observância da realidade das mulheres em todos os países e continentes e de uma rigorosa discussão política, reconheceu a importância do trabalho comunista entre as mulheres, a fim de livrá-las da influência dos partidos e movimentos burgueses. Uma das recomendações do 3° Congresso foi a necessidade das ideias e da prática emancipatória comunista “às vastas camadas da população feminina de seu país”, através de métodos particulares, permitindo abordar mais facilmente as mulheres para livrá-las da influência das concepções burguesas, para fazer delas verdadeiras combatentes pela libertação total da mulher. Os marxistas reconhecem a importância das mulheres se organizarem politicamente junto com trabalhadores com direitos e condições iguais.

Um das preocupações levantadas pela terceira internacional se refere ao combate às pretensões do feminismo burguês, que postula ser possível unir mulheres burguesas e proletárias em função puramente de reformas limitadas no interior do capitalismo, sem travar a luta contra o processo de exploração da força de trabalho a que está submetido o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras.

Lênin havia destacado de forma brilhante os limites da democracia burguesa nos discursos e formalidades de igualdade de direitos:

> A democracia burguesa é uma democracia feita de frases pomposas, de expressões altissonantes, de promessas grandiloqüentes, de belas palavras de ordem e liberdade e de igualdade, mas, na realidade, dissimula a falta de liberdade e de igualdade dos trabalhadores e explorados, [...] Não pode haver e não haverá liberdade enquanto a mulher não for libertada dos privilégios que a lei reconhece ao homem, enquanto o operário não for libertado do jugo do capitalista e do latifúndio.[89]

A luta contra a opressão deve estar intimamente articulada à luta contra a exploração de classe. Sem isso, acaba-se, mesmo sem ter consciência, disseminando ilusões de que é possível a emancipação completa das mulheres no interior da sociedade burguesa, por meio de algumas reformas limitadas. A luta pelas reivindicações das mulheres deve estar ligada à luta contra as raízes dos males do capitalismo e, portanto, pela defesa do socialismo. Portanto, a luta intransigente e sistemática contra o machismo (e outras formas de opressão como o racismo e a LGBTfobia), combatendo todos os tipos de discriminações e preconceitos em relação às mulheres é parte da luta de classes por sepultar o capitalismo. Inclusive, no âmbito da classe operária e do movimento operário: é preciso “Combater os preconceitos relativos às mulheres nas massas do proletariado masculino, reforçando no seu espírito o ideal de solidariedade dos interesses dos proletários de ambos os sexos”.

As lições extraídas da vigorosa III internacional residem na necessidade da defesa de organismos especiais com métodos especiais no interior das organizações marxistas, inclusive no âmbito internacional, e o trabalho no interior dos movimentos de mulheres, negros e negras e LGBTs na perspectiva de classe, da luta de classes, entendendo a necessidade de articular as reivindicações democráticas com a luta pela superação do capitalismo. Os movimentos de mulheres, negros e negras e LGBTs, hoje, marcados por uma perspectiva limitada de emancipação política, podem ganhar uma dimensão classista e reforçar a luta da classe operária e demais explorados contra as amarras do capitalismo. O levantamento das reivindicações das mulheres e demais setores oprimidos é parte da luta anticapitalista pela revolução social, portanto, por construir uma sociedade, que estabeleça relações autenticamente

---

[89] LENIN, V. I. O poder soviético e a situação da mulher. In: Marx, Engels, Lenin, Zetkin, Trotsky***.*** *A mulher e a luta pelo socialismo: clássicos do marxismo.* **S**ão Paulo: Sundermann, 2012, p.122.

humanas, em que homens e mulheres sejam emancipados de todas as formas de opressão e exploração.

7.7. Considerações finais

O governo interino de Michel Temer (PMDB), em pouco mais de um mês, demonstrou claramente que tomará medidas antipopulares, que significarão ainda maiores retrocessos em termos de direitos e conquistas sociais. Logo de início, tratou de extinguir o Ministério das Mulheres, Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. Seu ministério composto exclusivamente de homens brancos e ricos, oligarcas, empresários e membros da bancada evangélica é uma demonstração clara do que representa esse governo em termos de retrocessos. Aponta para a aprovação de uma nova reforma trabalhista e de uma reforma da previdência, que têm como objetivo restringir ou destruir direitos sociais e impossibilitar que contingentes de trabalhadores e trabalhadoras tenham acesso aos direitos. A situação aberta com a aprovação do impeachment de Dilma Rousseff (PT) no Congresso Nacional e a constituição do governo interino de Temer abrem uma nova conjuntura da luta de classes no país, em que os trabalhadores, controlados em sua maioria pelas burocracias sindicais, terão que reconquistar a sua independência de classe e avançar na luta organizada não só contra os ataques dos governos, Congresso Nacional e capitalistas, mas avançar na luta pela superação do capitalismo, sob a bandeira do socialismo.

Por isso, é preciso, na luta contra as opressões, fazer um claro recorte de classe. As mulheres, negros e negras e LGBTs trabalhadores e trabalhadoras são duplamente oprimidos (as), sofrem com a opressão e a exploração de classe. Não há possibilidade de emancipação completa da mulher no capitalismo sem romper com as amarras da propriedade privada e da exploração de classe. Como parte dessa luta, coloca-se na atualidade o combate à terceirização, às precárias formas de trabalho, à informalidade, às péssimas condições de trabalho, os baixos salários, às discriminações nos locais de trabalho e às diversas formas de violência contra as mulheres. Defender as reivindicações e direitos das mulheres é parte da sua organização classista junto com os demais trabalhadores, num movimento unitário por sepultar o capitalismo e todas as formas de opressão.

REFERÊNCIAS

ASSUNÇÃO, Diana (Org.). *A precarização tem rosto de Mulher.* São Paulo: Edição Iskra 2013.

IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira - 2014.* Disponível em www.ibge.gov.br.

LENIN, V. I. O poder soviético e a situação da mulher. In: Marx, Engels, Lenin, Zetkin, Trotsky*. A mulher e a luta pelo socialismo: clássicos do marxismo.* **S**ão Paulo: Sundermann, 2012.

SIQUEIRA, Sandra M. M. *Os ataques aos direitos das mulheres e a necessidade da organização classista.* Revista Universidade e Sociedade, n. 58, junho.2016, pp. 80-91.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. *Relatório Anual Socioeconômico da Mulher*. Brasília: 2015.

TROSTKI, Leon. *Trotski e a luta das mulheres*. **S**ão Paulo: Iskra, 2015.

ONU MULHERES. *Informe Anual: 2014-2015.* Disponível em www.onumulheres.org.br.

WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil.* Brasília, 2015. Disponível em www.mapadaviolencia.org.br.

8. A CONTRARREFORMA DA PREVIDÊNCIA DO GOVERNO TEMER E OS RETROCESSOS NA VIDA DAS MULHERES[90]

8.1. Introdução

A contrarreforma da Previdência, que tramita no Congresso Nacional, é parte de um conjunto de medidas contra os trabalhadores, trabalhadoras e a juventude, encaminhado pelo Governo de Michel Temer, em um cenário internacional e nacional de profunda crise do capitalismo, mostrando visivelmente que os capitalistas e o governo têm a intenção de jogar nos ombros dos explorados do nosso país o peso da crise da sociedade burguesa. Esses duros ataques aos direitos e conquistas sociais ocorrem numa conjuntura de crescimento do desemprego em todo o país, chegando, no presente momento, a 14 milhões de desempregados, além de um enorme contingente de pessoas vivendo nas atividades informais.

Trata-se, portanto, de um governo completamente sintonizado com os interesses materiais da burguesia, no sentido de que a crise estrutural do capital exige, por parte do Estado e dos governos burgueses, ações de extrema gravidade contra as conquistas históricas dos trabalhadores e trabalhadoras, atingindo também a juventude, sem perspectivas futuras de ingresso no mercado de trabalho, senão em piores condições que a atual geração. A aplicação do desmedido receituário neoliberal, impondo aos trabalhadores e demais explorados o ônus da crise, tem sido uma prática adotada em escala internacional, para dar fôlego ao capitalismo em crise e decomposição social.

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287/2016 é muito prejudicial, particularmente às mulheres trabalhadoras exploradas e oprimidas. Tem como objetivo fundamental a redução de benefícios ao mínimo possível, extinguindo alguns deles e dificultando o máximo possível o acesso aos direitos sociais. Portanto, a proposta do governo tem um caráter destrutivo e se insurge contra homens e mulheres, trabalhadores atuais e a juventude castigada pela crise econômica. Caso fosse aprovada a equiparação na idade entre homens e

[90] Artigo publicado originalmente na Revista Universidade e Sociedade do ANDES-SN. Cf. SIQUEIRA, Sandra M. M. *A contrarreforma da previdência do Governo Temer e os retrocessos na vida das mulheres*. Revista Universidade e Sociedade, n. 60, julho. 2017, pp. 72-84.

mulheres, fariam declinar direitos já conquistados pelas mulheres com muita luta, como foi, por exemplo, o benefício da aposentadoria incorporado na Constituição de 1988. O texto original da PEC estabelece a idade mínima de 65 anos de idade igualmente para homens e mulheres, desconsiderando as condições concretas da vida econômica e social, em que as mulheres suportam não só piores condições salariais e de trabalho, como assumem as tarefas de cuidado dos filhos e domésticas, acumulando uma dupla ou tripa jornada.

Para homens e mulheres adquirirem o direito à aposentadoria integral, terão de contribuir durante 49 anos. Significa que se desconsidera a realidade brasileira de que dificilmente os jovens que ingressam no mercado de trabalho conseguem se manter no mesmo emprego por muito tempo ou mesmo migrar de um emprego a outro imediatamente. Em geral, quando o trabalhador ou a trabalhadora perde seu emprego, leva um certo tempo para conseguir outra ocupação. Esse tempo em que o trabalhador ou trabalhadora permaneceu parado, sem trabalho, não é levado em conta pela reforma. Ou seja, homens e mulheres terão de trabalhar durante muitas décadas para ter direito à aposentadoria.

Do ponto de vista formal, pode-se ter a impressão imediata de que o governo Temer deseja, na verdade, estabelecer uma equiparação entre homens e mulheres e ajustar a idade mínima e o tempo de contribuição para acesso à aposentadoria aos dados mais atuais sobre a média de vida no Brasil. Não é disso que se trata. Ao analisarmos o retrato da classe trabalhadora feminina, percebe-se o quão a equiparação é totalmente injusta. Porém, não faltam defensores da equiparação, a exemplo do deputado Arthur Maia (PPS-BA), atualmente relator da contrarreforma da Previdência, que já fez declarações de que a regra que institui a diferença de idade para a aposentaria de homens e mulheres é completamente fora de moda. Não consegue esconder a sua vinculação à defesa dos interesses burgueses quando trata de uma questão séria, que traz consequências perversas para as mulheres.

Pelas regas atuais do Regime Geral da Previdência Social, não havia uma idade mínima para se aposentar. A regra é a seguinte: soma-se o tempo mínimo de contribuição com a idade, sendo 30 anos para mulher e 35 anos para homens, totalizando a soma tempo mínimo de contribuição mais idade em

85 anos para mulheres e 95 anos para homens. No caso dos servidores e servidoras públicos as regras atuais são as seguintes: 60 anos de idade e 35 anos de contribuição, para homens, e 55 anos de idade e 30 anos de contribuição, se mulher. Em se tratando dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, a regra atual é: idade mínima de 55 anos para as mulheres e de 60 anos para os homens, além de um mínimo de contribuições exigidas. Os professores e professoras da educação básica, pelas regras atuais, podem se aposentar aos 50 anos, se mulher, e aos 55 anos, se homem, e tempo de contribuição mínimo de 30 anos para homens e 25 para mulheres.

A equiparação entre homens e mulheres prevista pela PEC287 esconde as muitas desigualdades que as mulheres sofreram ao longo do desenvolvimento histórico, particularmente nas sociedades de classes, regidas pelas relações de propriedade privada, pois o machismo se expressa em varias dimensões, se esboça historicamente na forma de exploração de classe e opressão social. Convém observar que, neste modelo patriarcal, as mulheres são submetidas desde cedo aos trabalhos domésticos, tais como lavar, passar, cozinhar e cuidar dos filhos, tarefas estas quase exclusivas das mulheres. Em se tratando da mulher trabalhadora, a extensa carga horária de trabalho não remunerado não contará para efeitos de aposentadoria.

Observam-se na história recente, inúmeras lutas e resistências contra as discriminações contra as mulheres e seus desdobramentos na sociedade capitalista. Em 2016, tivemos manifestações massivas na Europa, a exemplo da Polônia, na luta pela descriminalização do aborto e, na Argentina, contra o feminicídio. O movimento *“Nenhuma a Menos”* levou milhares de mulheres às ruas na Argentina, contagiando mundialmente os movimentos feministas, chamando a atenção da sociedade para um basta a todas as formas de violência contra a mulher em casa, no trabalho e em todos os espaços da vida social.

Em linhas introdutórias, partimos da aplicação do materialismo histórico na compreensão do fenômeno em foco, reafirmando a necessidade de entender as medidas neoliberais aplicadas pelos governos burgueses, conectando-as com a história mundial e o desenvolvimento real da sociedade, desvelando suas conexões e inter-relações na incessante busca pela transformação da sociedade.

A possibilidade de construção de movimentos de resistência para barrar estas reformas antipopulares, em articulação com a organização dos trabalhadores e trabalhadoras por sua emancipação da exploração capitalista, ganha maior atualidade com as comemorações do centenário da Revolução Russa e da primeira greve geral no Brasil. No caso das mulheres trabalhadoras, coloca-se, nesses tempos de aprofundamento dos ataques a direitos, a necessidade de organizar a luta feminista, anticapitalista e internacionalista. As mulheres têm ocupados espaços importantes no processo de mobilização e luta contra as discriminações colocadas pelas condições objetivas, porém é preciso avançar na organização de base, na formação política, na propaganda e agitação da necessidade de uma verdadeira emancipação das mulheres, que deve estar ligada à luta pela superação do capitalismo e construção do socialismo. Nossa resistência deve ser coletiva, combativa e com independência de classe até a vitória da classe produtora da riqueza social, isto é, a classe trabalhadora.

8.2. O significado da contrarreforma da Previdência

Estamos diante de um cenário de profundos retrocessos nos direitos sociais, com a aprovação da PEC do Teto de gastos públicos, congelando por vinte anos investimentos na saúde e educação, impossibilitando aumentos reais dos salários dos trabalhadores. Articulado a esse grande ataque à educação e aos serviços públicos, temos a tramitação da contrarreforma da Previdência Social, mais uma das ações antipopulares do governo ilegítimo de Michel Temer. No caso da PEC 287, foram enviadas ao Congresso novas regras para se ter direito a aposentadoria

Desde o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), a Previdência Social vem sofrendo duros ataques. Nesse governo, marcado por forte conotação neoliberal, foi encaminhado ao Congresso Nacional uma Proposta de Emenda Constitucional de nº 20, dando origem ao denominado *fator previdenciário*, que significou para o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras a aplicação de uma formula matemática para calcular a aposentadoria por tempo de contribuição e de idade. Foi um recurso neoliberal para adiar o direito dos segurados, levando a um processo de corrosão no

valor real das aposentadorias. Em 2002, o Partido dos Trabalhadores chega à chefia do Estado com a eleição de Lula para a Presidência da República. Ao contrário das expectativas despertadas nas massas trabalhadoras de que faria reformas favoráveis ao conjunto da classe trabalhadora, assegurando os direitos sociais e a aposentadoria integral, em especial, o governo Lula não só manteve o fator previdenciário criado por FHC, como fez aprovar a Emenda Constitucional nº 41, impondo restrições aos direitos e à aposentadoria dos servidores públicos.

No final do primeiro mandato do governo Dilma, sob o discurso da necessidade de impor cortes e redução de gastos diante da crise, encaminhou-se as Medidas Provisórias 664 e 665, como parte do plano de ajuste fiscal atingindo principalmente as viúvas que se beneficiam das pensões por mortes, deixando de ser vitalícias para as mulheres com certa idade. Ainda no governo Dilma, foi anunciada por Joaquim Levy, então Ministro da Fazenda e ardoroso representante dos capitalistas, a inevitável Reforma da Previdência, com ideias bem próximas às defendidas pelo atual governo de Michel Temer. A Reforma da Previdência anunciada como imprescindível pelo governo Dilma não chegou, de fato, a ser implementada. A burguesia, insatisfeita com o governo, articulou a aprovação do Impeachment no Congresso Nacional, para formar um novo governo capaz de executar na sua plenitude as reformas necessárias à retomada de acumulação de lucros pelo capital.

Tão logo foi conduzido ao poder, Michel Temer, representante de um governo ilegítimo, tratou de reunir os seus ministros para elaborar um conjunto de medidas que ataquem duramente os direitos sociais conquistados há décadas pelos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros. Além da contrarreforma Trabalhista em tramitação no Congresso Nacional, o governo conseguiu aprovar a PEC do teto de gastos e a Lei de Terceirização, ampliando a aplicação da terceirização das atividades-meio às atividades-fim. Agora, encontra-se na ordem do dia do Congresso Nacional o debate sobre a contrarreforma da Previdência, que além de aumentar a idade para o acesso à aposentadoria e o tempo de contribuição, desvincula benefícios de pensões dos aumentos nos salários, possibilitando uma redução dos benefícios a partir de reajustes independentes dos salários no país. Há também a proibição de

acumulo de aposentadoria e pensão, outra ação que abarca as mulheres principalmente as de mais idade.

No dia 11/04/17 foi anunciado modificações na reforma no que tange a transição. Isto dado a dificuldade do governo aprovar a reforma original. Temer foi forçado a flexibilizar alguns pontos, para conseguir maioria no Congresso Nacional. Foi divulgado em rede nacional alterações nas regras de transição para os trabalhadores rurais, regimes especiais para policiais e professores, no beneficio das prestações continuadas (BPC) e nas pensões. Mas as regras modificadas, por conta das dificuldades de aprovação, não diminuem o peso das profundas limitações aos direitos dos trabalhadores, além da extinção de benefícios e direitos conquistados anteriormente.

A nova reconfiguração da Contrarreforma da Previdência prevê a idade mínima para a aposentadoria de 65 anos para homens e 62 para mulheres. O tempo de contribuição mínimo para a aposentadoria será de 40 anos para homens e mulheres, valendo também para os servidores e servidoras públicos. Em consonância com as regras de transição a cada dois anos aumentará um ano até chegar à idade fixada de 62 anos, hoje a idade é de 53 para as mulheres e 55 para homens. Ou seja, as regras continuam muito duras para os trabalhadores e trabalhadoras e resultarão em perda de direitos sociais, independente do governo Temer ter recuado em alguns detalhes.

O governo pretende acelerar o processo de votação e tentar apresentar um texto defendido por eles como “razoável” para sustentar a PEC dos gastos já aprovada. Foram apresentadas 164 emendas a PEC 287. No dia 19/04/17 o relator da proposta da Contrarreforma da Previdência, deputado federal Arthur Maia (PPS/Ba), apresentou na Câmara dos Deputados a sua relatoria com as alterações, que na essência não modificam o conteúdo e o objetivo central de atacar os direitos dos trabalhadores e desmontar a Previdência Publica. Por isso, os trabalhadores e trabalhadores não pode de maneira alguma baixar a guarda ou recuar nas ações para derrubar essas medidas e fazer o governo retirar o projeto de Contrarreforma da Previdência. Devem ficar atentos às movimentações dos parlamentares e do governo no Congresso Nacional.

8.3. O mito do déficit da Previdência Social

Uma das principais justificativas usadas pelos governos ao longo das últimas décadas para propor reformas na Previdência Social, originalmente estruturada na Constituição Federal de 1988, é o argumento da existência de um déficit da previdência social, e que a Contrarreforma pretende garantir o equilíbrio entre as receitas e despejas, de modo a equilibrar as contas e garantir os benefícios para as próximas gerações de segurados.

Estudos realizados por algumas entidades têm demonstrado a falácia destes argumentos. De acordo com os especialistas e militantes da Auditória Cidadã da Divida Publica a Previdência Social não é deficitária, a arrecadação da seguridade social anual gira em torno de R$ 694 bilhões, sendo que as despesas se encontram em torno de R$ 683 bilhões, portanto, havendo um saldo de pelo menos R$ 11 bilhões. Há distorções nas contas das despesas e receitas para sustentar o falso argumento do rombo da Previdência Social. Outrossim, as regulares contribuições, existem outras formas de captação de recursos, a exemplo da Contribuição para o Financiamento da Previdência Social (Cofins), além das contribuições de empregados, descontados nas fontes, e do próprio governo federal.

O que ocorre é um desvio destes recursos, amparado na desvinculação das Receitas da União (DRU) para o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública. Uma divida não auditada que tem consumido uma parte significativa dos recursos da União.

Outro aspecto que devemos destacar se refere ao favorecimento e proteção do governo Temer (PMDB) às empresas devedoras do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). São varias empresas nessa lista, dentre elas, o Bradesco, a Caixa Econômica, JBS, vinculada às marcas Friboi e Swift, dentre outras. A divida é astronômica, girando em torno de R$ 426 bilhões de acordo com os dados alçados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Este valor equivale a três vezes o evocado déficit da previdência no ano de 2016. Portanto, falar em déficit, sem considerar a inadimplência e o não repasse das contribuições previdenciárias é uma grande falácia. Uma narrativa que os governos têm usados para granjear apoio à “reforma da previdência”.

Isto significa que a resposta dada pelos governos burgueses diante da crise estrutural do capital é de jogar sobre os ombros do conjunto dos trabalhadores o peso da crise, incentivando e permitindo que os capitalistas aumentem a taxa de exploração da força de trabalho para extrair mais-valia e gerar mais lucro, proporcionando a retomada da acumulação capitalista.

8. 4. As mulheres trabalhadoras são as mais afetadas

É inconteste que, entre os segmentos da classe trabalhadora mais afetados pelas medidas do projeto da denominada Contrarreforma da Previdência, as mulheres são as mais afetadas diretamente pela perda de direitos historicamente conquistados. Depois de décadas a fio de implantação de políticas neoliberais por sucessivos governos, o resultado tem sido um profundo desmonte de políticas de assistência social e previdenciárias, retirando direitos e retrocedendo em importantes conquistas para as mulheres trabalhadoras e as demais mulheres em situação de vulnerabilidade econômica, que necessitam mais diretamente das políticas de proteção social.

Convém realçar que todos os governos desde a década de 1990 têm realizado ajustes nas regras da Previdência Social. Mostramos acima as principais modificações realizadas pelos governos de FHC (PSDB), Lula e Dilma Rousseff (PT). Entretanto, o governo Michel Temer o faz de uma forma mais violenta e agressiva. Mostra-se, portanto, como pleno representante da burguesia.

O economista Marcelo Caetano, um dos formuladores da Contrarreforma da Previdência tem feito declarações sobre supostos custos que as mulheres causam à Previdência Social, devido à expectativa de vida ser maior que a dos homens e que a Previdência não resolverá as questões de gênero. Para Caetano:

> A Previdência não vai resolver o problema de gênero no Brasil nem nenhuma outra forma de discriminação. A mulher se aposentar antes que o homem é apenas um paliativo. O custo da mulher para a Previdência Social é maior que o do homem porque ela vive por mais tempo. Do ponto de vista previdenciário, uma idade igual para se aposentar já é um subsídio para a mulher, porque o benefício será pago por mais tempo. Além disso, o diferencial salarial entre homens e mulheres ainda é alto, mas vem diminuindo e o menor intervalo está nas faixas etárias mais jovens. Existe uma tendência de redução dessas

> diferenças. A prática internacional da aposentadoria é igualar ou reduzir o diferencial de idade entre homens e mulheres.[91]

É obvio que a previdência não resolverá os problemas fundamentais de gênero, em particular as discriminações e desigualdades sociais, políticas e econômicas existentes entre homens e mulheres, mas as novas regras aumentam o tempo de trabalho e de contribuição mínima das mulheres não só em relação às regras anteriormente garantidas, mas também em proporção à carga de trabalho dos homens na sociedade burguesa atual, isto é, ao fato das mulheres serem obrigadas a ter uma dupla e até tripla jornada de trabalho.

A fixação da idade para acesso à aposentadoria de 65 anos (agora diminuída para 62 anos para mulheres e 65 anos para homens), sob o argumento de que a expectativa de vida da mulher aumentou (sete) anos a mais do que a dos homens, é um dos danos mais incalculáveis à vida das mulheres trabalhadoras. Independente dos ajustes realizados pelo governo na proposta inicial é preciso dizer nitidamente que as mulheres trabalharão ainda mais em empregos, cujas condições de trabalho são quase sempre as piores, se comparadas aos homens. Também as servidoras públicas ou as trabalhadoras rurais serão profundamente penalizadas pelas regras da PEC 287 do governo Temer.

Destacamos entre tantas matérias sobre o tema a entrevista da professora Denise Gentili da UFRJ, cuja crítica à Contrarreforma da Previdência reforça as ideias expostas no desenvolvimento deste artigo de defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. No caso das mulheres do campo, Gentili argumenta:

> Essa pensão é muito importante para as mulheres rurais. Pois no campo, normalmente, quem contribui para a Previdência é o homem. A trabalhadora rural não precisa contribuir para ter acesso à aposentadoria, que era igual ao salário mínimo. Agora, com a nova regra, o trabalhador e trabalhadora do campo terão que contribuir. Como não será possível dois, da mesma família, contribuírem, por conta da renda familiar baixa, será priorizada a contribuição do marido. É muito punitivo para as mulheres.[92]

---

[91]Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/12/1840319-mulheres-custam-mais-a-previdencia-porque-vivem-mais-diz-caetano.shtml.> Acesso em: 04 de jun. 2017.

[92]Disponível em: <http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8695>. Acesso em: 25 de abr. 2017.

Em se tratando da situação das viúvas, que dependerão de pensões por morte, a Contrarreforma da Previdência atingirá muito a vida dessas mulheres. Em relação a essa questão, afirma Gentili:

> Se o marido falecer, a mulher não conseguirá viver da pensão, porque ela será inferior ao salário mínimo, podendo ser 60% do salário mínimo. Pelas novas regras, para a mulher receber 100% da pensão, ela precisa ter quatro filhos, para ela ganhar o que ganhava nas regras de hoje. E como as mulheres têm uma expectativa de vida maior que a dos homens, elas irão receber uma pensão inferior ao salário mínimo. A renda familiar cairá demais. Quem sofrerá com isso também? As crianças e os jovens, pois a renda do lar caindo, elas terão menos acesso a alimentação, saúde, vestimentas. O governo brasileiro não fez nenhum estudo das consequências dessa medida. A única visão que ele tem é uma visão de gastos. Não há nenhum estudo sobre os impactos socioeconômico, na vida das mulheres, dos jovens e crianças. Você está precarizando uma renda familiar, vai atingir a infância e a juventude. Então, não podemos analisar a expectativa de vida das mulheres, mas sim as condições do mercado de trabalho, ainda mais quando esse mercado está em crise. Quanto maior a taxa de desemprego, maior é para as mulheres, quando maior a crise, maior a distancia salarial entre homens e mulheres e quanto maior o nível de escolaridade das mulheres é maior a distancia entre o salário delas e dos homens, nas mesmas condições, isso é um absurdo.[93]

Estabelecer equiparação entre as idades para obtenção da aposentadoria entre homens e mulheres é desconsiderar as horas de trabalho domestico não remuneradas, principal motivo para que as mulheres tivessem como direito reconhecido a idade mais baixa do que o homem nas regras da aposentadoria, isto foi à orientação no período de redemocratização no Brasil.

Várias entidades nacionais, dentre elas o ANDES/SN, têm problematizado e realizado inúmeras campanhas em defesa dos direitos e conquistas sociais contra as reformas em curso do governo Temer (PMDB), alertado para os danos que elas trazem para a vida das mulheres, em particular as trabalhadoras. A dupla ou tripla jornada de trabalho é uma das maiores sobrecarga da mulher trabalhadora no capitalismo. Em sua entrevista, Gentili reporta à dupla jornada de trabalho da mulher:

> Em 2014, as mulheres trabalharam, em média, 35,5 horas semanais para o mercado de trabalho e eles 41,6 horas. E as mulheres trabalham menos no mercado de trabalho, porque elas trabalham nas tarefas domésticas, 19,2 horas por semana e os homens apenas 5,1 horas, segundo dados do Pnad de 2014. A taxa de desemprego das mulheres é o dobro dos homens. E hoje elas ganham 70% dos salários dos homens, tempo de trabalho mais elevado. Se uma mulher e um homem começarem a trabalhar aos 16 anos quando ambos se aposentarem aos 75 anos de idade, as mulheres terão trabalhado 9,6 anos a

[93] Idem, ibidem.

> mais que os homens. A nova regra é punitiva para as mulheres, pois elas terão trabalhado quase 10 anos a mais que os homens em função da jornada total de trabalho feminina, que é mais alta. Em média, uma mulher ocupada acima dos 16 anos, trabalha quase 73 dias a mais que um homem em um ano. Claro que tem mulheres que trabalham muito mais que isso, como as trabalhadoras da área rural. É algo absolutamente chocante. E como a reforma atingirá, também, as pensões, as mulheres serão muito atingidas. (...) A maioria das mulheres se aposenta por idade, 64,5% das aposentadorias concedidas por idade é para as mulheres, o restante para os homens. 83% das aposentadorias concedidas por idade às mulheres, é de apenas um salário mínimo. E o que esse dado revela é que as mulheres não conseguem contribuir por muito tempo, porque se não fosse assim, elas se aposentariam por tempo de contribuição. Já as aposentadorias por tempo de contribuição são concedidas, principalmente, aos homens. O homem tem uma estabilidade no mercado de trabalho que a mulher não tem.[94]

Trata-se de um dos aspectos que diferencia o trabalho das mulheres e dos homens no capitalismo. Mesmo aposentadas, as mulheres permanecem ocupadas em atividades domésticas não remuneradas, são empurradas pela opressão a que estão submetidas ao trabalho doméstico como tarefa “naturalmente feminina”, apesar de ser um trabalho socialmente necessário para reprodução da força de trabalho, realizado de forma gratuita pelas mulheres da classe trabalhadora. Trabalho cuja jornada não é computada, pois são tarefas intermináveis e repetidas no cotidiano das famílias, em especial as proletárias, privadas material e culturalmente de importantes acessos ao desenvolvimento de sua consciência política e organizativa.

Outro aspecto relacionado aos prejuízos na vida das mulheres se relaciona à discriminação salarial. A Contrarreforma da Previdência desconsidera que as mulheres inseridas no mercado formal, exercendo as mesmas funções que os homens, recebem bem menos que eles. Quanto ao mercado informal, esta situação é ainda mais grave. A mulher tem uma extenuante carga de trabalho, e terá mais dificuldades de se aposentar.

Em se tratando da mulher negra, historicamente marcada pelas consequências do longo período de escravidão na história do país, pela constante discriminação, relegadas a postos de trabalho precarizados, ao trabalho doméstico, entre outras atividades, é mais perverso, pois na prática nem sequer sentiram os efeitos deletérios das mudanças na legislação, em particular do trabalho domestico. Seus direitos, constante na legislação, são relegados na prática diária do trabalho. A mulher negra está concentrada em

[94] Idem.

um percentual muito elevado nas atividades domésticas. Os dados do PNAD revelaram que até o ano de 2014, 70% das mulheres que trabalhavam como domésticas não tinham carteira assinada, impossibilitando seu direito à aposentadoria. É muito comum meninas na faixa de 12 a 14 anos começarem a trabalhar em casas de famílias, em situação de falta de proteção legal e em condições aviltantes de trabalho, quase sem chance ou oportunidade de receber benefícios gerados pelas leis.

Não é possível negar que existem profundas diferenças entre trabalhadoras brancas e negras no mercado de trabalho e nas diversas atividades. Estudos realizados pelo IBGE constatam que há um maior numero de trabalhadoras brancas com carteiras assinadas do que trabalhadoras negras. Além disso, as mulheres que assumem a chefia do lar e as tarefas domésticas são as que mais estão submetidas aos postos de trabalhos precários e rotativos, dadas as necessidades reais de sua reprodução social e da sua família.

Ao ser questionada se a PEC 287 ampliava as desigualdades de gêneros, a professora Denise Gentili foi enfática:

> A PEC 287 é machista, ela aumenta o tempo de contribuição das mulheres e, particularmente, das trabalhadoras rurais em 10 anos e fará com que muitas delas não consigam se aposentar. A justificativa para essa medida é que as mulheres não desejam mais casar, não tem filhos, o seu nível de escolaridade aumentou, elas estão ganhando mais do que ganhavam antes. São informações que não são integralmente verdadeiras.[95]

Temos um número expressivo de mulheres tanto nos serviços públicos, quanto nas empresas privadas, particularmente nos setores de grande rotatividade e empresas terceirizadas. Observa-se em várias declarações de governo ilegítimo de Temer uma visão machista, da “mulher bela, recata e do lar”, como foi destaca a imagem da primeira-dama Marcela Temer. Esta visão foi mais uma vez evidenciada no discurso do dia 8 de março do Presidente em rede aberta de televisão. Neste aspecto, Temer também está em consonância com as relações machistas existentes na sociedade burguesa e a reprodução franca em seus discursos para a sociedade. A Contrarreforma da Previência não só assimila em suas regras essas relações machistas, como reproduz a

[95] Idem, ibidem.

discriminação e a desigualdade entre homens e mulheres numa escala avançada.

8.5. Professoras da educação básica e os retrocessos nos direitos previdenciários

A categoria docente da educação básica é conformada em sua grande maioria por mulheres, principalmente na educação infantil e ensino fundamental. Dado o desgaste físico e psicológico da profissão, a Organização Mundial da Saúde (OMS) reconheceu o direito à aposentadoria especial. Na PEC 287/2016, antes do recuo de Temer, as mulheres professoras terão de trabalhar por mais 15 anos para completar a idade de se aposentar aos 65 anos. Embora o governo esteja fazendo algumas concessões ao Congresso Nacional por conta da dificuldade de aprovação da Contrarreforma da Previdência, em face da impopularidade do projeto na população trabalhadora, mesmo com os últimos ajustes, permanecem os ataques aos professores e professoras da educação básica.

O setor privado também será atingido pela proposta de emenda constitucional de desfrutar da aposentadoria especial. O direito à aposentadoria especial foi assegurado em dispositivo constitucional no inicio da década de 80 e endossado na Constituição Federal de 1988. A PEC 287 vai em direção contrária ao entendimento de aposentadoria especial, pois só concederá aposentadoria especial a determinados trabalhadores caso exerçam atividades danosas a saúde, ou seja, o caráter desta proposta tende a diminuir a expectativa de sobrevida do trabalhador adoecido.

Em matéria divulgada pelo ANDES/SN, intitulada *Previdência: PEC tira aposentadoria especial de docentes do ensino básico*, Leandro Madureira analisa o quanto a Contrarreforma da Previdência impactará na aposentadoria especial dos professores da educação básica:

> A contrarreforma da Previdência prevê ainda que o servidor submetido a condições especiais e o servidor com deficiência somente poderão reduzir em 10 anos a sua idade mínima para aposentadoria e em 5 anos o tempo de contribuição - o que corresponde a 55 anos de idade e 20 anos de contribuição. “Essa regra ultrapassa tudo aquilo que já havia sido construído na teoria das aposentadorias especiais, que condiciona a sua concessão ao exercício da atividade prejudicial, independentemente da idade do trabalhador. Ademais, a despeito da PEC poder alterar o ordenamento e já prever a forma de concessão

> dessa modalidade de aposentadoria, ela permanece atribuindo a sua regulamentação aos termos definidos em leis complementares, prorrogando indefinidamente o direito dos servidores que exercem atividades especiais.[96]

Diante das pressões ao próprio relator da Contrarreforma da Previdência, Arthur Maia (PPS-Ba), denunciado pelos executivos da empresa Odebrecht, por supostamente receber dinheiro via caixa dois, para financiar campanha eleitoral, e ao governo Temer (PMDB) pelo profundo inconformismo das massas trabalhadoras da cidade e do campo, o governo e relator vêm alterando o projeto original para obter aprovação no Congresso Nacional. Foi anunciado que a Contrarreforma da Previdência da PEC 287/2016 só atingirá os servidores públicos federais, cabendo aos estados e municípios realizarem suas respectivas reformas, enfraquecendo a luta em nível nacional, numa aberta tentativa de procurar fatiar a Contrarreforma e evitar um movimento de conjunto da classe trabalhadora brasileira. A indignação quanto à contrarreforma da Previdência foi tamanha que em todos os espaços possíveis ela foi evocada, até mesmo nas festas populares como o carnaval. De fato a contrarreforma tem gerado um processo de mobilização e revolta da classe trabalhadora, expressa nas manifestações e atos públicos.

8.6. Até no carnaval de Salvador, Temer não tem sossego

A impopularidade do governo Temer tem crescido em razão das consequências da crise econômica na vida dos trabalhadores e nas condições de trabalho, o aumento do desemprego e a aplicação das contrarreformas da previdência e trabalhista, destruindo direitos dos trabalhadores. Nem mesmo durante o carnaval, o governo Temer teve sossego. Enfrentou protestos, particularmente em Salvador.

Em dois momentos no período do carnaval em Salvador, em fevereiro de 2017, destacamos a participação de foliões evidenciando a questão da reforma da previdência. Foi no bloco dos mascarados, em que um grupo decidiu organizar um bloco de “Aposentados da era Temer”, tendo à frente uma personagem chamada dona Edite, uma senhora que está sendo duramente atingida pela Contrarreforma de Temer, seguida de outros integrantes com

[96]Disponível em: <http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8673>. Acesso em: 25 abr. 2017.

camisas e rostos desfigurados, expressando os efeitos nocivos dos ataques aos direitos nos trabalhadores e aposentados, caso as contrarreformas sejam aprovadas. Esta pequena expressão de inconformismo chamou a atenção. A performance artística fez com que, por instantes, alguns foliões lembrassem no momento de uma festa da dimensão do carnaval de Salvador dos ataques em curso.

Outra ocasião de expressão do inconformismo em relação à Contrarreforma da Previdência e Trabalhista ocorreu na Mudança do Garcia, momento que mistura a folia do carnaval com o protesto político, aglutinando várias entidades, sindicatos, movimentos sociais, estudantil e popular, além de organizações políticas. Garcia é um bairro de Salvador, bem próximo a um dos circuitos do carnaval, o Campo Grande (circuito Osmar). Em 2017, todos os focos estavam voltados para a Contrarreforma da Previdência. Os setores ligados historicamente às entidades e organizações de esquerda expressaram seu descontentamento com os ataques e retrocessos de direitos sociais e em todos os campos.

Varias entidades se organizam com suas faixas, pirulitos, bandeiras para protestar contra as contrarreformas da previdência, trabalhistas e outras. Coletivos de mulheres se fizeram presentes para organizar as mulheres e construir um 8 de março de luta, de combate contra os ataques do governo ilegítimo de Temer. A luta contra a reforma da previdência deve se vincular às demais pautas históricas dos movimentos classistas de mulheres.

8.7. Internacionalização do 8 de março pelas reivindicações das mulheres

O movimento de mulheres fez uma convocação internacional para a construção de uma greve internacional de mulheres no dia 8 de março de 2017. Feministas norte-americanas, como Angela Davis e Nancy Frazer, assinaram um chamado para que as mulheres parassem a produção sob o slogan: *Se nossas vidas não importam, que produzam sem nós*. As feministas norte americanas se organizaram para enfrentar as políticas misóginas, homofóbicas, transfóbicas e racistas de Donald Trump, atual presidente dos Estados Unidos. De fato, o chamado a uma greve geral das mulheres no dia 8

de março surtiu efeitos em vários países, representando um espírito de internacionalismo e solidariedade.

O 8 de março de 2017 passou para a história recente como um processo de solidariedade internacional à luta das mulheres. Inspirou-se, por exemplo, nas manifestações das mulheres na Polônia pela descriminalização do aborto. Na Argentina também ocorreram atos massivos do movimento de mulheres sob o mote: *Nenhuma a menos*. Essa opção por um 8 de março internacionalista vinha sendo colocado pelos movimentos de mulheres desde antes.

Em outubro de 2016, decidiu-se por um oito de março de luta internacional em resposta a todas as formas de violência contra a mulher, de caráter social, verbal, legal, moral, política e física, com um conteúdo anti-imperialista, antirracista, pelo direito dos imigrantes, por uma palestina livre e soberana. Há uma luta internacional das mulheres pela liberdade e justiça reprodutiva para todas as mulheres, cis, lésbicas, trans, expressando uma total autonomia sobre os corpos e uma plena liberdade reprodutiva. A questão do aborto livre, seguro e gratuito, assistência universal, a liberdade de querer ou não ter filhos pelas mulheres, apoio financeiro e suportes de proteção as mães e crianças.

As mulheres têm, portanto, protagonizado várias lutas, mobilizações e resistências aos ataques sofridos pela classe trabalhadora, contra a PEC 287, da aposentadoria. A palavra de ordem é: *Nenhum direito a menos para as mulheres e o conjunto da classe trabalhadora, a crise deve ser paga pelos capitalistas*. Em Salvador, coletivos de mulheres feministas no campo da esquerda se reuniram no dia 20 de fevereiro de 2017, na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), contando com a participação da Regional Nordeste 3 do ANDES-SN, a oposição à atual direção da APUB-UFBA (Associação de Professores Universitários da Bahia), as mulheres da APS/PSOL (Ação Popular Socialista – Partido Socialismo e Liberdade), da Aduneb (Associação dos Docentes da Universidade do Estado da Bahia), coletivos de mulheres como Ana Montenegro, Mulheres do Movimento por uma Alternativa Independente e Socialista (MAIS), o coletivo de mulheres ligado ao Laboratório de Estudos e Pesquisas Marxistas da UFBA (LEMARX), organizando uma agenda de lutas no denominado *Março Lilás* para mobilização e luta contra as reformas antipopulares e contra todas as formas

de violência em consonância com os movimentos nacionais e a chamada internacional do 8 de março. As ruas de Salvador foram tomadas pelas mulheres protestando contra as reformas de Temer, exigindo que os direitos da classe trabalhadora não fossem rifados, contra todas as formas de violência contra a mulher. Muitos cartazes e faixas exibiam o inconformismo das mulheres. Foram realizados durante o mês de março muitos debates sobre a reforma e os impactos na vida das mulheres não só em Salvador, mas em vários municípios baianos, nos campi universitários e nas bases sindicais de diversas categorias.

Temos nos amparado cada vez mais na literatura dos clássicos do marxismo e nas contribuições de feministas que se debruçam no estudo do feminismo e marxismo, dentre elas destacamos as contribuições de Castro (1997) e outras importantes referências nesta seara para termos ações efetivas no campo da emancipação das mulheres. A autora observa:

> Argumento que a relação entre o marxismo e o feminismo é importante na trajetória do feminismo, quer como conhecimento teórico, quer como prática, ou seja, sua identificação como um movimento social por mudanças. Argumento também que tal relação enriqueceria o marxismo, contribuindo o feminismo para o debate que nele se trava sobre as múltiplas determinações do real.[97]

Convém destacar, por fim, que a essência do artigo se reporta aos impactos que a reforma da previdência trará a vida das mulheres, e a citação de Castro (1997) reforça a perspectiva materialista da realidade formada por múltiplas determinações do real.

8.8. À guisa de conclusão

É preciso esclarecer de forma paciente ao conjunto da classe trabalhadora e aos demais explorados e oprimidos que os ataques desferidos pelo governo burguês de Temer e a retirada de direitos só podem ser contornados se houver um movimento de massas nas ruas, nos locais de trabalho, nas escolas, nas universidades, mobilizando e organização os trabalhadores e da juventude. Enfrentar com luta e resistência as contrarreformas e trabalhar por um projeto classista para os trabalhadores e a juventude também depende substancialmente do engajamento das mulheres

[97] CASTRO, Mary Garcia. *Feminismos e feminismos: reflexões à esquerda*. Presença de Mulher, São Paulo, n. 29, 1997, p. 100.

em todos os espaços e entidades em que a luta se encontra em processo de organização. Não há luta consistente contra a exploração sem a luta contra as opressões. Da mesma forma, dialeticamente, não há uma efetiva e consequente luta contra as opressões sem articulação com a luta mais geral pela superação do capitalismo e construção do socialismo.

A organização da Greve Geral no dia 28 de abril de 2017 foi um grande passo nesse sentido. Em todo o Brasil, os trabalhadores e a juventude, negros e negras, setores ligados ao movimento LGBT e ao movimento de mulheres paralisaram as atividades nas fábricas, nas empresas, nas escolas e universidades, e ocuparam as ruas das principais cidades e capitais, mostrando que qualquer retrocesso nos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras é inaceitável. Milhões de trabalhadores e trabalhadoras pararam nesse dia. Foi, sem dúvida, uma das maiores greves gerais da história do Brasil.

A partir de agora, é necessário elaborar um plano de lutas em defesa dos direitos dos trabalhadores, em especial das mulheres trabalhadoras. Organizar e mobilizar as mulheres trabalhadoras na luta pelo fim da dupla jornada de trabalho, por mais creches, lavanderias e restaurantes públicos, redução da jornada de trabalho sem diminuição do salário, pela ampliação do período de licença maternidade. Pela descriminalização do aborto, pelo direito ao aborto seguro, legal e gratuito. *Nenhum direito a menos*.

Essa organização passará pelos espaços de luta dos trabalhadores, trabalhadoras e da juventude: os sindicatos, as fábricas, as universidades, as escolas e os bairros, numa sólida unidade de luta contra todas as investidas de retirada regressiva e voraz dos direitos sociais e trabalhistas pelo Estado e governos. As entidades, movimentos sindicais, sociais e populares deverão se concentrar na defesa das reivindicações que protejam os direitos e a vida das mulheres, no terreno da prática organizativa. Mas, igualmente, é preciso avançar na consciência de classe da necessidade de suplantar o capitalismo, causa da exploração e da opressão, e construir uma sociedade emancipada: o socialismo.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Mary Garcia. *Feminismos e feminismos: reflexões à esquerda.* Presença de Mulher, São Paulo, n. 29, p. 100, 1997.
DIEESE. *PEC 287: a minimização da Previdência pública.* São Paulo: DIEESE, jan. 2017. (Nota Técnica, 168). Disponível em: < https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec168Pec.pdf>. Acesso em: 25 de abr. 2017.
FOLHA DE SÃO PAULO. 'Mulheres custam mais à Previdência porque vivem mais', diz secretário do governo. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/12/1840319-mulheres-custam-mais-a-previdencia-porque-vivem-mais-diz-caetano.shtml.> Acesso em: 04 de jun. 2017)
GENTILI, Denise. *Previdência: "O objetivo desta reforma é desamparar as mulheres", diz professora da UFRJ***.** Disponível em: <http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8673>. Acesso em: 25 abr. 2017.
MADUREIRA, Leandro***.*** *Previdência: PEC tira aposentadoria especial de docentes do ensino básico*. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8673>. Acesso em: 25 abr. 2017.
DAVIS, Angela e FRASER, Nancy. *Por uma greve internacional militante no 8 de março.* Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/07/por-uma-greve-internacional-militante-no-8-de-marco/>. Acesso em: 25 abr. 2017.

9. 130 ANOS DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO E A LUTA ANTIRRACISTA DAS MULHERES NEGRAS ORGANIZADAS EM COLETIVOS[98]

9.1. Introdução

O texto ora apresentado visa refletir sobre os 130 anos da abolição da escravatura no Brasil. Considera-se como uma ficção histórica a narrativa da classe dominante sobre o fim da escravatura no Brasil, pois foi abolida uma instituição que já estava "morta", por determinação do desenvolvimento do capitalismo em sua fase industrial e a necessidade de substituição paulatina da mão de obra escrava pelo trabalho assalariado. Essa narrativa dominante sobre a libertação dos escravos também desconsidera as constantes rebeliões, boicotes, formação de quilombos, assassinatos de senhores, que tornaram o regime de escravidão altamente improdutivo. Portanto, o texto realça os aspectos objetivos e subjetivos da luta de negros e negras contra o racismo em terras brasileiras.

No Brasil o regime de escravatura durou 388 anos, portanto, foi uma trajetória longa e humilhante para homens e mulheres negras. Diante de tantas práticas racistas, podemos afirmar que a denominada "abolição" não rompeu com o racismo que se tornou estrutural. A Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, que deu a concessão de "liberdade" aos escravos ainda existentes nesse período, provocou efeitos na vida dos "ex-escravos", uma vez que se tornaram vulneráveis, sem proteção alguma, em busca de abrigo, agasalho e alimentação, sem condições de viverem uma liberdade substantiva, mas apenas formal. Os homens negros e as mulheres negras foram aprisionados pela desumana escravidão, tendo que recorrer à formação de quilombos contra a instituição do regime de escravidão, base da mão de obra no desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

No referido artigo vamos analisar o tema em foco a luz do materialismo histórico-dialético. Discutem-se a "abolição" e o racismo institucional, os efeitos nocivos da escravidão na vida das mulheres negras, abusadas e violentadas pelos senhores donos de escravas, sofrendo todas as formas de maus tratos, submetidas a práticas de trabalho compulsório e consideradas boas reprodutoras,

[98] Artigo publicado originalmente na Revista Universidade e Sociedade do ANDES-SN. Cf. SIQUEIRA, Sandra M. M. *130 anos da abolição da escravidão e a luta antirracista das mulheres negras organizadas em coletivos.* Revista Universidade e Sociedade, n. 62, julho de 2018, pp. 60 a 73.

com enorme capacidade de se multiplicar para a formação da mão de obra escrava.

Convém destacar no referido texto os efeitos do mito da democracia racial, a ideia da harmonia entre as raças, escondendo a violência racista, jogando as mulheres negras para os trabalhos domésticos e afirmando-as como extensão da família. Nada mais falso. O racismo se tornou um fenômeno presente nas mais diversas experiências das sociedades contemporâneas, de modo que encontramos manifestações de racismos nas instituições, espaços públicos e privados e no dia a dia das relações sociais, como a forte intervenção racista expressa nas abordagens policiais truculentas e no encarceramento dos negros e das negras. Elegemos também um tópico para refletir a relação do marxismo com as questões raciais, e a grande participação das mulheres negras na luta contra o racismo institucional.

9.2. A “abolição” e racismo institucional

É mister compreender o sentido histórico da escravidão no Brasil, para precisarmos a base da profunda desigualdade social existente e decifrar o impulso do capitalismo, nas relações sociais de escravidão negra na economia colonial. A sanha colonialista no Brasil foi nefasta para os povos indígenas e para os negros. O racismo entra em cena com o desenvolvimento do capitalismo e do colonialismo, sendo que, no cenário brasileiro, constituiu-se como base produtiva no processo de acumulação primitiva, tendo nas relações sociais escravizantes a força de trabalho para garantir uma alta lucratividade no período da economia colonial.

O tráfico de escravos vindos da África, transportados em navios, denominados navios negreiros, pode ser considerado como um dos maiores genocídios na história do Brasil, sendo um pilar da economia colonial e para o processo de acumulação primitiva de capitais na Europa. Nesse sentido, a opressão racial é obra da sociedade de classe. Os colonizadores fizeram da exploração do trabalho escravo negro uma monumental fonte de lucratividade.

O escravo negro era denominado de peça, seu valor era determinado pela idade, sexo e robustez e os poucos que chegavam à velhice ou aqueles se tornavam inválidos, quando eram alforriados pelos latifundiários, ampliavam as

fileiras dos famintos e miseráveis. Isto nos leva à certeza de que o racismo foi socialmente produzido, criando formas de hierarquias na organização social.

Era comum sequestrar e vender escravos como mercadorias e força de trabalho muito barata, procedendo com muita brutalidade e desumanidade durante o período de escravidão das populações negras. Com a abolição formal da escravidão, a mulher negra dispunha de mais condições de trabalho do que o homem negro, pois as mulheres negras continuavam trabalhando como empregadas domésticas, nas casas dos proprietários de terras.

Em Florestan Fernandes (2017), encontramos este fragmento que corroboramos e destacamos como uma importante reflexão sobre a abolição da escravidão no Brasil em 1888:

> Dia da abolição". A data constitui uma ficção histórica. Uma princesa assinou uma lei que extinguia uma instituição que já estava morta. No entanto, a historiografia oficial e as classes dominantes posteriormente transformaram esta data em um marco histórico e a converteram no símbolo de que no Brasil, a escravidão se encerrava por iniciativa dos de cima e de modo pacifico.[99]

As revoltas escravas foram abundantes e heroicas, expressando o fenômeno da luta de classe e de raças no Brasil colonial e imperial. Não houve passividade em relação à condição de escravidão, como muitas vezes a historiografia oficial tenta disseminar. Havia descontentamento individual que culminavam em suicídios, assassinatos de feitores e proprietários. Paralelamente, estas ações individuais foram dando lugar às resistências coletivas. Os quilombos se tornaram instrumentos de luta contra a escravidão, por isso, muitos quilombos foram duramente reprimidos e exterminados, por se constituírem em ameaças à economia movida pelo trabalho escravo.

O movimento de resistência foi intenso e a consolidação do movimento abolicionista ocorreu quando aprofundou a crise do sistema de escravidão devido ao processo de industrialização. O fim do trabalho escravo foi muito lento, sob intensa pressão dos interesses industriais da Inglaterra. Após a aprovação da Lei 3.353, de 13 de maio de 1888, muitos escravos saíram das fazendas e foram lançados às ruas, em busca de meios para sobreviverem. Como demonstra Fernandes:

---

[99] FERNANDES, Florestan. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2017, p. 77.

> A democracia só será uma realidade quando houver de fato, uma igualdade racial no Brasil e o negro não sofrer nenhuma espécie de discriminação, de preconceitos, de estigmatização e de segregação, seja em termos de classe, seja em termos de raça. Por isso a luta de classe, para os negros, deve caminhar juntamente com a luta racial propriamente dita. O negro deve participar ativamente do movimento operário e sindical, dos partidos políticos operários, radicais e revolucionários, mas levando para eles a exigências mais especificas mais profundas de sua condição de oprimido maior.[100]

Neste sentido, podemos afirmar que os negros e negras tiveram de travar durante a escravidão e na pós-abolição uma luta descomunal contra esse estado de coisas. Com todas as tentativas de silenciamento, de abafamento de suas expressões de resistências, não era possível calá-los, pois a luta e a resistência eram sinônimos de sobrevivência.

Corroboramos com Fernandes, ao dizer que a luta no período da escravidão é muito diferente da luta no cenário da abolição. É, portanto, necessário escancarar a crueldade do racismo brasileiro, mostrar o quanto a colonização, a escravidão e a exploração do povo negro, indígena e demais oprimidos foram perversas sob o manto de uma lógica colonial, de sua crise e do começo de desenvolvimento da economia mercantil capitalista:

> Não é a mesma coisa rebelar-se contra a ordem racial sob o modo de produção escravista, e em seguida, quando se implanta o trabalho livre e este dilacera muitos dos padrões assimétricos de relações humanas (inclusive raciais), ou mais tarde, no período 1920-1949, ou, então na atualidade.[101]

A violência racista tem aumentado muito no atual contexto brasileiro – inserido na crise mundial do capitalismo -, sendo que o número de assassinatos de jovens negros e negras da periferia e comunidades pobres cresce a cada dia, bem como a criminalização de corpos negros que são facilmente abordados pela polícia como suspeitos aprioristicamente de ter cometido algum delito. Trata-se do racismo institucional, que contamina toda a estrutura do Estado brasileiro e que se expressa, particularmente, nos órgãos de repressão estatais no cotidiano da realidade social.

9.3. O capitalismo, a opressão racial e os efeitos do mito da democracia racial na vida das mulheres negras

O marxismo se debruçou na questão racial, principalmente por compreender que a opressão dos homens negros e das mulheres negras é um fenômeno ligado ao desenvolvimento da sociedade capitalista na Europa ocidental e do processo

[100] Idem, p. 41.
[101] Idem, p. 55.

de colonização levado a efeito pelos países europeus, como foi o caso da América do Sul e dos Estados Unidos da América (EUA).

O capitalismo se impôs a partir de um violento processo de transformação resultante da superação do modo de produção feudal. Para que o capitalismo se consolidasse como modo de produção dominante, foi necessário o acumulo de vultosas somas de capitais nas mãos da burguesia europeia, dos grandes comerciantes e dos governos.

A acumulação primitiva analisada por Marx, em *O Capital*, mostra que o desenvolvimento da sociedade burguesa moderna se deu a partir do extermínio e da escravidão das populações indígenas e negras, da conquista e pilhagem das Índias orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa de seres humanos. Foram muitos e variados os meios propulsores da denominada acumulação primitiva, levados a frente por países como Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. A Inglaterra impulsionou no final do século XVII o sistema colonial e o tráfico de negros. O uso da violência e da força foi uma prática constante.

Marx apresenta o papel da Inglaterra no tráfico de negros da seguinte forma:

> A Inglaterra conseguiu a concessão de fornecer anualmente à América Espanhola, até o ano de 1743, 4.800 negros. Isto servia, ao mesmo tempo, para encobrir sob o manto oficial o contrabando britânico. Na base do tráfico negreiro, Liverpool teve um grande crescimento. O tráfico constituía seu método de acumulação primitiva. E até hoje “a gente respeitável” de Liverpool canta loas ao tráfico negreiro (vide a obra do Dr Aikin, de 1795, já citada), o qual “incentiva até a paixão o espirito de empreendimento comercial, gera famosos marinheiros e traz grandes fortunas”. Liverpool empregava 15 navios no tráfico negreiro, em 1730, 53, em 1751; 96 em 1770 e 132 em 1792.[102]

No capítulo de *O Capital* dedicado à acumulação primitiva, Marx afirma:

> O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade privada dos meios de produção pelos quais realizam o trabalho. Quando a produção capitalista se torna independente, não se limita a manter essa dissociação, mas reproduzir em escala cada vez maior. O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que transforma capital em meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista.[103]

---

[102] MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006, p. 873.
[103] Idem, p. 828.

Ao mesmo tempo em que os governos dos países europeus e a sua burguesia comercial efetuavam um doloroso processo de expropriação dos produtores diretos (camponeses e artesãos) dos seus meios de vida, transformando-os em trabalhadores assalariados, a serviço da produção capitalista em ascensão, por meio do processo de colonização, as mesmas potências comerciais submetiam os povos originários e a população negra aos mais brutais métodos de exploração e escravização nas colônias.

Em outra passagem axial de *O Capital*, Marx analisa como se deram essas transformações que ensejaram a formação do capitalismo e o processo de exploração e escravização dos povos originários e da população negra:

> As descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcam os albores da era da produção capitalista. Esses processos idílicos são fatores fundamentais da acumulação primitiva.[104]

Siqueira e Pereira (2017), ao analisar a opressão dos negros e negras à luz do marxismo, expõem uma apreciação dos fragmentos das obras mais importantes dos fundadores do marxismo e dos marxistas do século XX, que estudaram a questão da opressão racial, mostrando que, ao contrário de certas observações de críticos do marxismo, Marx e os marxistas procuraram expor as raízes das opressões de negros e negras e das mulheres, articulando indissoluvelmente a luta contra todas as formas de opressão à luta contra a exploração capitalista dos trabalhadores e das trabalhadoras:

> Não obstante, os meios para acumular capital nas mãos da burguesia não se esgotam aí. O mais aviltante desses meios foi o tráfico de negros e a sua escravização, em particular na América Latina e nos Estados Unidos nos sistemas de plantation. No Brasil os colonizadores tentaram inicialmente utilizar a força de trabalho dos indígenas em condição de escravos, mas não surtiu os efeitos desejados. Em seguida, passaram a importar os negros vindos da África, para tornarem-se mão de obra escrava a serviço dos grandes proprietários de terras.[105]

Para Marx e os marxistas, o fim das formas de opressão se vincula a capacidade da classe trabalhadora, em aliança com o conjunto dos oprimidos, organizar-se em torno da estratégia de superação do capitalismo e construção do

---

[104] Idem, p. 864.

[105] SIQUEIRA, Sandra M.M e PEREIRA, Francisco. *Marx e Engels: uma introdução.* Salvador: LEMARX, 2017, p. 520.

socialismo. A literatura marxista afirma que a opressão de negros e negras surgiu com as necessidades de desenvolvimento do capitalismo como um novo modo de exploração e opressão e, para tanto, se fundamenta numa análise rigorosa da história da sociedade atual.

Como tal, o fim de todas as formas de opressão está ligado à superação do capitalismo e das classes sociais, que se constitui a base da exploração e da opressão. Para tanto, os marxistas têm procurado ao longo do processo histórico da luta de classes apoiar os movimentos de negros e negras contra a opressão racial e tentam, ao mesmo tempo, articular esses movimentos com o movimento social da classe operária e da juventude no sentido da luta contra a exploração capitalista.

Vários militantes negros marxistas deram muitas contribuições em relação ao debate sobre a opressão de negros e negras no capitalismo. Foi o caso do marxista C.L.R. James, autor de um clássico do marxismo: *Os Jacobinos Negros*. Foi um dos autores marxistas que mais realçou o papel dos negros e das negras nos grandes acontecimentos políticos da sociedade moderna, desde as lutas contra a opressão colonial às grandes revoluções modernas como a Revolução Francesa e a Revolução norte-americana contra a escravidão. Para C. L. R. James:

> A história revolucionária dos negros é rica, inspiradora e desconhecida. Negros se rebelaram contra os caçadores de escravos na África; rebelaram-se contra os comerciantes de escravos no Atlântico. Se rebelaram nas *plantations*. O negro dócil é um mito. Escravos em navios escravistas se atiraram ao mar, fizeram longas greves de fome, atacaram as tripulações. Há registros de escravos que subjugaram a tripulação e tomaram o controle do navio levando-o até o cais, um feito de extraordinária audácia revolucionária. Na Guiana Britânica, durante o século XVIII os negros se revoltaram, tomaram controle da colônia holandesa e a controlaram por anos. Eles se retiraram para o interior, forçaram os brancos a assinar um tratado de paz e permanecem livres até o dia de hoje. Todas as colônias do Caribe, principalmente a Jamaica, São Domingos e Cuba, as maiores ilhas, tiveram seus quilombos, formados por negros audazes que haviam fugido para o interior e se organizado para defender seus direitos. Na Jamaica, o governo britânico, após tentar em vão extingui-los, aceitou sua existência através de tratados de paz, respeitados escrupulosamente por ambos os lados durante muitos anos, e então rompidos pela traição britânica. Na América, os negros organizaram cerca de 150 revoltas de destaque contra a escravidão. O único lugar onde os negros não se rebelaram é nos livros de historiadores capitalistas. Toda essa história revolucionária pode parecer uma surpresa para aqueles que, independentemente, a qual internacional estejam filiados, seja a Segunda, Terceira ou Quarta, ainda não se emanciparam das mentiras perniciosas do capitalismo anglo-saxão. Não é

> estranho que os negros tenham se rebelado. Teria sido estranho se não o fizessem.[106]

Breitman em seu artigo nomeado *Quando surgiu o preconceito contra o negro* na obra *A revolução e o Negro*, afirma claramente que o racismo e o preconceito contra os negros e negras surgiram com o desenvolvimento do capitalismo e beneficiam as frações capitalistas que exploram a classe trabalhadora. Realça que, mesmo após a abolição da escravatura, o preconceito racial contra os negros e negras não só continuou a existir como foi usado como argumento para justificar a escravidão assalariada do capital contra os trabalhadores. No final do artigo o autor apresenta a resposta: "É por isso que o preconceito racial irá definhar com a morte do capitalismo, assim como a folha definha quando a árvore morre, e não muito tempo depois*".*[107]

O mito da democracia racial continua produzindo efeitos. Esse discurso historicamente identificou o Brasil como os pais da harmonia e da igualdade entre as raças, inculcando ideias nas consciências das mulheres negras e homens negros, desorientando-os de tal forma que os mesmos se sentiam responsáveis pelos seus fracassos e pelas condições sociais em que viviam. Na obra *Casa grande e Senzala*, de Gilberto Freyre (2003), o mito da democracia racial se reporta a uma dupla mestiçagem, a biológica e a cultural, transitando pelo sincretismo religioso.

Até na arquitetura atual observamos as marcas de espaços que representam a casa grande e a senzala, a área de serviço e a área social, registrando muitas situações de preconceitos e racismo nestes espaços. A suposta sociedade da cordialidade dos brasileiros que serviria de exemplos para outros países fora violenta com os negros e, particularmente, com as mulheres negras. O discurso da miscigenação ocultou as práticas violentas e abusivas de estupros contra as mulheres indígenas e negras durante todo o período colonial e pós-colonial

Produziu no imaginário das mulheres negras que elas eram parte das famílias na qual trabalhavam, inculcando o mito da harmonia entre as raças, provocando ao longo dos tempos uma amnésia ideológica, uma brutal política de

---

[106] JAMES, CLR. A revolução e o negro. In: *A revolução e o negro: textos do trotskismo sobre a questão negra*. James, CLR; Trostki, Leon; Breitman, Geoges. São Paulo: Edições ISKRA, 2015, p. 22.

[107] BREITMAN, Geoges. Quando surgiu o preconceito contra o negro. In: *A revolução e o negro: textos do trotskismo sobre a questão negra*. James, CLR; Trostki, Leon; Breitman, Geoges. São Paulo: Edições ISKRA, 2015, p. 20.

desenraizamento e dessocialização para despersonalizar e descaracterizar as negras e negros.

Um dos efeitos do mito da democracia racial foi a política de “branqueamento”, levando os negros - e principalmente as mulheres negras - a assimilarem e adotarem atitudes e comportamentos da população branca, tanto na esfera cultural como estética. Reproduzir este comportamento assentado na ideologia do branqueamento hoje é avaliado pelos negros que foi uma forma de enfrentar as negativas representações que os brancos faziam dos negros.

É importante salientar as contribuições de Neusa dos Santos Souza (1983) em sua pesquisa de mestrado enfatizando o tornar-se negro com base em entrevistas e relatos de mulheres negras que recebiam orientações para constituírem família com homens brancos para o embranquecimento da população, isto tudo ocorria sob a forte pressão da ideologia do “embranquecimento”, fragilizando a identidade do negro com a imposição dos ideais e valores dos brancos.

No artigo intitulado *As ambiguidades do racismo a Brasileira*, de autoria de Munanga Kabengele, há uma reflexão importante sobre o mito da democracia racial:

> O mito proclamou no Brasil um paraíso racial, onde as relações entre brancos e negros, brancos e índios etc, são harmoniosas, isto é, sem preconceito e sem discriminação, a não ser de ordem socioeconômica, que atinge todos os brasileiros e não se baseia na cor da pele. Para se consolidar e tornar-se cada vez mais forte, o mito manipula alguns fatos evidenciados na realidade da sociedade brasileira, com a mestiçagem, as personalidades míticas e os símbolos da resistência cultural negra em nosso pais. Ele vai afirmar que somos um povo mestiço - ou seja, nem branco, nem negro e nem índio -, uma nova “raça” brasileira, uma raça mestiça. Quem vai discriminar quem, se somos todos mestiços?[108]

Munanga Kabengele faz nessa passagem uma síntese dos efeitos produzidos pelo mito da democracia racial, que tentou camuflar práticas institucionalizadas das desigualdades raciais, de atitudes discriminatórias preconceituosas, de naturalização de ideologias racistas de caráter desumanizadora, classificando os indivíduos pelas características raciais.

Recorremos também a uma passagem do texto de Ana Luiza Pinheiro Flauzina, militante negra que tem se debruçado no estudo do genocídio dos

[108] KABENGELE, Munanga. As ambiguidades do racismo a Brasileira. In: *O racismo e o negro no Brasil: Questões para psicanalise*. Kon, Noemi; Lucia, Silvia Maria e Abud, Cristiane (orgs.). São Paulo: Perspectiva, 2017, p. 38.

negros e o papel do sistema penal no Estado brasileiro, declarando a existência do racismo no âmbito institucional e seu projeto discriminatório, preconceituoso e violento contra a população negra:

> O racismo existe. Existe e produz efeitos; cria assimetrias sociais; delimita expectativas e potencialidades; define os espaços a serem ocupados pelos indivíduos; fraturas identidades; é o fiel da balança que determina a continuidade da vida ou a morte das pessoas. No Brasil, pais que forja uma imagem de harmonia racial tão descolada da realidade que toma por referência, o racismo sempre foi uma variável decisiva. O discurso racista conferiu as bases de sustento do processo colonizador, da exploração da mão de obra dos africanos escravizados, da concentração do poder nas mãos das elites brancas locais no pós-independência, da existência de um povo superexplorado pelas intransigências do capital.[109]

A forte ideologia do mito da democracia racial e sua reiteração ao longo do processo histórico tornaram vulnerável o segmento das mulheres negras e homens negros no Brasil, impondo um pacto de silenciamento aos referidos homens e mulheres negras.

9.4. A organização das mulheres negras no combate ao racismo, machismo e sexismo

Os grupos organizados de mulheres negras no Brasil ganham repercussões nos anos de 1970 e 1980 em vários estados da federação, a saber: Grupo de Mulheres Aqualtune, Luiza Mahin, Mulheres negras do Rio de janeiro, Nzinga, Centro de mulheres da favela e Periferia em São Paulo, Grupo de Mulheres do Calabar em Salvador/BA e muitos outros coletivos espalhados nos bairros, municípios e Estados. Em dezembro de 1988, ocorreu o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (I ENMN) em Valença no Rio de Janeiro, com muitos coletivos estruturados desde os anos de 1970, acumulando forças e experiências. O Encontro ocorreu num momento de efervescência política no pais.

Durante quase um ano, as mulheres prepararam este Encontro Nacional de Mulheres Negras, precedido de muitas atividades, debates, seminários, oficinas, minicursos e várias ações mobilizadoras nos bairros de cidades brasileiras. Mais de duzentas mulheres negras compareceram ao I ENMN, discutindo temas relacionados ao trabalho, saúde, sexualidade, educação, organização da

---

[109] FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão: o sistema penal e o projeto genocida do estado Brasileiro*. Brasília: Brado Negro, 2017, p. 17.

sociedade civil, família, religiosidade, violência e outros temas tão caros à organização das mulheres negras no Brasil.

Nos últimos anos. vários coletivos de mulheres negras tiveram que se organizar para mobilização e luta para quebrar as barreiras raciais e sociais, tarefa esta que se estende até os dias atuais. As mulheres negras têm demonstrado um grande repertório de resistência na luta contra o racismo, o machismo, a lgbtfobia e todas as formas de humilhações e desumanização, que vem sofrendo ao longo desse terrível processo histórico, resultante da escravidão dos negros. As mulheres, desde cedo, estiveram na labuta para assegurar a sua sobrevivência e de sua família. Mais uma vez recorrermos as sábias análises de Sueli Carneiro (2003) sobre o mito da fragilidade feminina:

> Quando falamos em mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fizemos parte de um contingente de mulheres provavelmente majoritário que nunca reconheceram em si mesma este mito, pois nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras ou prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deviam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidades de objetos. Ontem a serviço das sinhazinhas e de senhores de engenhos tarados. Hoje empregadas domesticas de mulheres liberadas e dondoca, ou mulatas tipo exportação. Quando falamos em romper o mito da rainha do lar, da musa idolatrada dos poetas, de que mulheres estamos falando? As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são retratadas como antimusas da sociedade brasileira porque o modelo estético de mulher é a mulher branca.[110]

Sueli Carneiro trata da mulher negra em sua concretude, realidade objetiva, diferenciando da realidade da mulher branca, da classe média, com suas pautas diferenciadas. Compartilho da análise da aproximação da realidade da mulher negra, ressaltando a necessidade de aproximar e articular a luta e a organização das mulheres negras com as mulheres oprimidas trabalhadoras.

O extermínio da juventude negra nas periferias tem afetado fortemente a vida das mulheres negras mães, parentes e pessoas próximas às vivencias e realidades destes jovens. Um exemplo da transformação do luto em luta foi a organização do movimento das Mães de Maio, organização coletiva fundada em maio de 2006, por mulheres que perderam seus filhos de forma brutal, em

[110] CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: *Racismo contemporâneo***.** Rio de Janeiro: Takano, 2003, p. 50.

execuções perpetradas no estado de São Paulo, quando em maio de 2006 foram mortos por grupos de extermínio, com suspeitas de forte participação de agentes de segurança do Estado de São Paulo.

Muitas mulheres têm experiências da maternidade em lugares nos quais o cotidiano de violência policial, guerras e conflitos entre grupos rivais são práticas constantes, colocando em risco sua vida e de seus filhos. Mesmo diante de tamanhos obstáculos econômicos, sociais e políticos, o processo de organização, mobilização e luta das mulheres continua a progredir. É parte da atuação dos marxistas, intervir para que essas organizações e lutas se articulem num movimento mais amplo em defesa dos direitos democráticos e sociais, tendo como estratégia a superação da sociedade burguesa atual.

Há um abismo racial ainda não superado no Brasil, mesmo com a implantação das chamadas políticas afirmativas no campo das desigualdades raciais ou programas de inclusão, combate ao preconceito e ao racismo. Ao analisar a efetividade das políticas sociais e seus impactos, percebe-se que a vida de mulheres negras e homens negros não sofreram mudanças substanciais. As mulheres negras continuam nas posições mais precárias e nos trabalhos domésticos, terceirizados ou informais, sem proteção legal e com salários inferiores às mulheres brancas, mesmo que exercendo o mesmo trabalho.

Quanto à educação (em específico à Lei de Cotas), a implantação das cotas nas universidades provocou muitos debates e polêmicas, mas trouxe novamente à baila o quanto nossas elites dirigentes e a classe dominante capitalista são racistas. Tanto a política de cotas quanto o Estatuto da Igualdade Racial abriram possibilidades para avançar nas pautas do movimento negro e ampliar a organização de mulheres negras e criaram muitas expectativas, particularmente na juventude. Permitiram o ingresso de parte da juventude negra nas universidades.

Para tanto, a política de cotas e o Estatuto da Igualdade Racial – este, aprovado em 2010, no governo do Partido dos Trabalhadores (PT) -, apesar de seu caráter progressivo, encontra limitações, na medida em que não atinge, de fato, as causas da opressão racial na sociedade capitalista. Dessa forma, apesar de criar expectativas, não enfrenta efetivamente os pilares que, na sociedade brasileira, conserva e mantém a desigualdade entre brancos e negros. Não obstante, é tarefa dos marxistas e dos que lutam contra o racismo e as

desigualdades sociais defender a aplicação imediata da lei de cotas e o respeito por parte dos governos e dos indivíduos dos direitos democráticos relacionados ao combate ao racismo.

Além disso, os trabalhadores negros/as continuam sendo explorados/as, vivendo em condições de trabalho precarizados, com salários mais baixos do que os demais trabalhadores assalariados, sendo ainda os alvos mais constantes da violência policial nas periferias e comunidades pobres, além de sofrerem com as chacinas e o encarceramento. Podemos acrescentar ainda o número significativo de homens e mulheres negras com baixa escolarização, e outros tantos problemas vivenciados de forma mais profunda pela população negra. Na visão de Sueli Carneiro:

> O nível de exigência de escolaridade é alto para os padrões nacionais, em que a média de escolaridade para brancos é de 6,6 anos de estudo e, para negros, 4,4. Em um contexto econômico marcado por altas taxas de desemprego e pelo desemprego estrutural, são exigidos altos níveis de escolarização da mão de obra desempregada que presta os trabalhos mais banais, o que afasta cada vez mais os negros do mercado de trabalho, posto que eles reconhecidamente compõem o seguimento social que experimenta as maiores desigualdades educacionais. Sessenta e quatro por cento das pessoas, que conseguiram emprego segundo esse estudo, têm 40 anos ou mais, estão exatamente em uma das faixas etárias em que se concentram pessoas negras com menos anos de estudo. Outro extremo é a faixa etária de 10 a 21 anos, em que se concentra a menor taxa de geração de empregos do período estudado (8,6%). Esse grupo, que representa a juventude – notadamente a juventude negra – experimenta maior vulnerabilidade social.[111]

Em relação à assistência médica, observamos o quanto as mulheres negras são discriminadas e desassistidas, sendo muito desigual a cobertura de serviços médicos, além do reforço a comportamentos estigmatizados com as mulheres negras. Há comprovadamente uma ausência de equidade racial no acesso à saúde, aumentando o número de mortalidade infantil de crianças negras, de doenças com alto índice na população negra como diabetes, hipertensão arterial, principalmente durante a gravidez e anemia falciforme.

Em relação à maternidade de mulheres negras, observa-se a falta de assistência durante a gravidez, no parto e puerpério. Sem contar na política de esterilização, na interdição de corpos no acesso a educação e tantos outros sofrimentos. A violência obstétrica atinge elevados índices nas mulheres negras, sob a falsa premissa de que a mulher negra não sente dor.

---

[111] CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011, p. 113.

Se medidas preventivas alcançassem as mulheres negras, muitas mortes seriam evitadas. As mulheres negras morrem mais que as mulheres brancas no período da gravidez, parto e puerpério, somada à negligencia no tratamento de miomas. Nos profícuos estudos de Sueli Carneiro, encontra-se a seguinte conclusão:

> O útero da mulher negra não tem valor, então qualquer mioma tem a indicação da retirada do útero. Souza aponta que as condutas médicas são diferentes diante de uma mulher se ela é negra ou branca. A conduta conservadora de uso de remédios ou expectantes é geralmente indicada para a mulher de qualquer classe social; ao contrário, para as mulheres negras é indicada a histerectomia.[112]

Uma leitura da passagem acima leva-nos à observação de que no âmbito das políticas públicas, endereçadas às mulheres negras, tivemos pequenos avanços, muitos fracassos e recuos. O maior ganho foi a capacidade das mulheres se organizarem em coletivos, pautarem suas reivindicações e travar uma luta sem trégua contra o racismo, o machismo, lgbtfobia, aliando estas pautas a luta anticapitalistas.

9.5. Aquilombar as lutas das mulheres

No processo de resistência histórica das mulheres negras, observamos o combate que fizeram ao racismo, às ideologias conservadoras e opressoras e sua forte atuação contra o golpe institucional-parlamentar de 2016. Cada vez mais os movimentos do feminismo negro e classista compreendem que devem articular as pautas especificas com a luta antirracista e anticapitalista. É importante reconhecer que o acumulo das lutas e da apropriação que as mulheres negras vêm tendo da realidade da luta social, além dos estudos antirracistas, vêm alterando a pauta acadêmica frente à necessidade de ampliar os estudos, eventos que problematizam as questões raciais, que possam reverberam em práticas classistas, independentes.

A juventude e as mulheres com coragem e ousadia agregaram muitos elementos importantes à luta da classe trabalhadora. Apesar dos avanços, as mulheres negras foram e continuam sendo alvos da militarização da vida social, a exemplo do que temos visto nas favelas das grandes cidades, em particular no Rio de Janeiro, com a implantação das Unidades de Política Pacificadora (UPPs),

---

[112] CARNEIRO, Sueli. Racismo. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.* Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2005, p. 87.

que, apesar da intervenção do Estado e da atuação das forças policiais, comprova-se cientificamente que apenas aumentou a violência e o extermínio da juventude pobre e preta, provocando profundas dores nas mães e familiares. Aquilombar a luta das mulheres significa mostrar toda sua capacidade de mobilização, luta e resistência, utilizando os métodos da luta de classe e avançar na luta anticapitalista.

Para tanto, analisar o tema a luz do materialismo histórico dialético é compreender a relação intrínseca entre o racismo e o capitalismo, portanto, a luta contra a opressão do povo negro se conecta com a luta dos demais trabalhadores contra o capitalismo. O racismo é a expressão da intensa barbárie que este regime de exploração promove. A questão da opressão racial ocupa um lugar importante no campo do marxismo, que tem dado respostas importantes no âmbito teórico e prático. É sabido que a desigualdade racial não se restringiu ao período da escravagista, mas existe até os dias atuais.

O racismo na concepção marxista é um fenômeno historicamente determinado, uma ideologia que justifica a escravidão, momento em que o tráfico de escravos começa a ser um grande negócio, passando a cumprir um decisivo papel, justificando a partilha e expropriação do continente africano com objetivo de construir uma portentosa riqueza nas potencias capitalistas. O racismo se complexifica, servindo de um instrumento potente da divisão da classe produtora da riqueza social a serviço dos interesses da burguesia.

Finalizo este artigo dedicando-o à memória de Anderson Gomes e à grande militante, ativista dos direitos humanos, vereadora do Rio de Janeiro pelo PSOL, Marielle Franco, mulher negra, lésbica, fiel representante das favelas, da juventude pobre, preta e da periferia, vítima da ação constante de intervenção policial no Rio de Janeiro. Marielle foi executada juntamente com Anderson Gomes, o motorista do carro, no dia 14 de março de 2018. Marielle e Anderson presentes! Agora e sempre! Sua luta continua!

REFERÊNCIAS:

BATISTA, Luis Eduardo; Lopes, Fernanda; Werneck, Jurema (org.). *Saúde da população negra*. Brasília: APPN-Associação Brasileira de Pesquisadores Negros/Ministério da Saúde, 2012.

BREITMAN, Geoges. Quando surgiu o preconceito contra o negro. In: *A revolução e o negro: textos do trotskismo sobre a questão negra*. James, CLR; Trostki, Leon; Breitman, Geoges. São Paulo: Edições ISKRA, 2015.
CÂMARA DOS DEPUTADOS*. Relatório da subcomissão especial destinada a avaliar as políticas de assistência social e saúde da população negra.* Câmara dos Deputados. Presidente: deputada Benedita da Silva. Relator: Deputado Antônio Brito. Brasília: Outubro de 2015. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1403518&filename=REL+4/2015+CSSF>.
CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
_____. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.* Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2005.
_____. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: *Racismo contemporâneo.* Rio de Janeiro: Takano, 2003.
DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
_____. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2017.
CRIOLA. *Participação e controle social para equidade em saúde da população negra.* RJ, 2007. Disponível em: <http://www.criola.org.br/pdfs/publicacoes/controle_social.pdf>.
FERNANDES, Florestan. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2017.
FIOCRUZ. Estudo *Desigualdades sociais e atendimento ao parto no Brasil: estudo nacional de base hospitalar.* Cadernos de Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz, 2012. Disponível em: <http://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/11061>.
FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão*: o sistema penal e o projeto genocida do estado Brasileiro. Brasília: Brado Negro, 2017.
JAMES, CLR. A revolução e o negro. In: *A revolução e o negro: textos do trotskismo sobre a questão negra.* James, CLR; Trostki, Leon; Breitman, Geoges. São Paulo: Edições ISKRA, 2015.
KABENGELE, Munanga. *As ambiguidades do racismo a Brasileira. In: O racismo e o negro no Brasil: Questões para psicanálise*. Kon, Noemi; Lucia, Silvia Maria e Abud, Cristiane (orgs.). São Paulo: Perspectiva, 2017.
MARCONDES, Mariana Mazzini (org.). *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília: Ipea, 2013.
MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.
PEREIRA, Ana Claudia C.J; ENGEL, Cíntia. *A organização social do trabalho doméstico e de cuidado: considerações de gênero e de raça*. Revista Punto Género**.** n 5. novembro de 2015. Universidade del Chile. p.4-24. Disponível em:< http://www.revistas.uchile.cl/index.php/RPG>.
SILVA, Maria Lúcia. *Racismo e os efeitos na saúde mental*. In: Batista, Luís Eduardo e Kalcakmann, Suzana (org.). 1º Seminário Saúde da População Negra Estado de São Paulo 2004. São Paulo, Instituto de Saúde, 2005.
SIQUEIRA, Sandra M.M e PEREIRA, Francisco. *Marx e Engels: uma introdução*. Salvador: LEMARX, 2017.
SOUZA, Nelza Santos. *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

WAISELFISZ, Julio Jacob. *Mapa da violência 2016: homicídios de mulheres no Brasil*. Brasília, FLACSO/ONU MULHERES/OPAS OMS/Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2016. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/>.

WERNECK, Jurema (org.). *Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil.* Rio de Janeiro: Criola, 2014. Disponível em: <http://criola.org.br/wp-content/uploads/2014/10/livro_mulheresnegras.pdf> . Acesso em: 5 ago.2016.

10. É PRECISO ESTAR ATENTA E FORTE: APONTAMENTOS PARA UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA NA VIDA DAS TRABALHADORAS[113]

10.1. Introdução

O debate ora proposto tem fermentado importantes reflexões acerca das problemáticas ligadas às relações de exploração de classe e das múltiplas opressões, em destaque para as situações de opressões sofridas pelas mulheres negras e pela comunidade LGBTQI+, dialogando criticamente com a literatura produzida nos movimentos por liberdade sexual, feministas, antirracistas e LGBTQI+, e com os sujeitos coletivos engajados.

Sabemos que há uma grande batalha no campo das ideias, que se vincula às disputas de projetos societários, seja de manutenção ou de superação da ordem vigente. Muitos estudos sobre as questões supracitadas vêm sendo dominados por perspectivas culturalistas, dissociadas de importantes elementos que evidenciam a natureza estrutural da exploração e das opressões, tanto nas sociedades pré-capitalistas, como na moderna sociedade capitalista.

Esquecem-se até mesmo importantes experiências do movimento internacional dos trabalhadores e das trabalhadoras, como as dos países que fizeram suas revoluções sociais, a exemplo da Revolução Russa de 1917, ainda que tais experiências, e suas conquistas, tenham sido arrefecidas com a burocratização dos Estados Operários e o processo de estalinização. Seguem sendo referência, no entanto, as conquistas sociais da Revolução Russa e a plataforma de lutas aprovada no I Congresso da III Internacional, em 1919. Portanto, temos referências seminais, construídas ao longo de cem anos, para avançarmos no debate, em meio a um profundo retrocesso em nível mundial, com um recrudescimento de medidas antipopulares, vilipendiadoras dos direitos sociais da classe trabalhadora.

Realçamos a compreensão da análise da realidade como síntese de múltiplas determinações, ainda que, no momento de retrocessos, não

[113] Artigo publicado originalmente na Revista Universidade e Sociedade do ANDES-SN. Cf. SIQUEIRA, Sandra M. M. *É preciso estar atenta e forte: apontamentos para uma análise dos impactos da reforma trabalhista na vida das trabalhadoras*. Revista Universidade e Sociedade, n. 64, julho de 2019, pp. 08 a 19.

possuamos condições de dar conta de todos os nossos desafios. Entretanto, afirmamos que as reflexões propostas a seguir sinalizam um exercício de apresentar considerações que apontem a necessidade de continuarmos os estudos e pesquisas neste fértil terreno que o marxismo aponta. Um dos fundamentos do marxismo é a compreensão crítica da essência dos problemas com o propósito de transformá-los. Urge estabelecer uma firme posição em relação à matriz teórica de sustentação das análises dos fenômenos, que é o materialismo histórico-dialético, articulando as pautas especificas dos diversos coletivos com a luta anticapitalista, antirracista e por liberdades democráticas, o que inclui a diversidade sexual.

O contexto que estamos vivendo nos indica que devemos acelerar nossos estudos, mantendo ações efetivas nos diferentes espaços da luta de classes, para rompermos com as relações sexistas, racistas e LGBTQI+fóbicas, causadoras de tanta agressão e violência, e com as contrarreformas que têm retirado direitos historicamente conquistados pelos trabalhadores e trabalhadoras. Refletir sobre a divisão sexual e racial no trabalho é um desafio que se coloca para todas e todos neste cenário de profundos retrocessos de direitos sociais e políticos. A estrutura do artigo se assenta na compreensão histórica da desigualdade de gênero nas relações de trabalho e dos impactos da reforma trabalhista ao conjunto dos trabalhadores, e em especial, às trabalhadoras.

10.2. Desigualdade de gênero nas relações de trabalho

O tema proposto neste tópico é muito relevante no reconhecimento de uma crescente feminização do mercado de trabalho, nos marcos da lógica da exploração e intensificação do trabalho e das jornadas opressivas que as mulheres têm enfrentado cotidianamente, tanto na esfera produtiva como reprodutiva. À acentuada precarização das condições de trabalho se somam o adoecimento, assédio moral e sexual e enfrentamento do machismo na esfera política e sindical, imbricando-se no seio das demandas ostensivas impostas pela dinâmica das relações sociais do modo de produção capitalista.

Em vários setores do processo produtivo, em que se emprega a força de trabalho feminina - como, por exemplo, o setor de telemarketing -, impõem-se metas a serem cumpridas, no âmbito da produtividade, exercendo-se um

controle rigoroso dos corpos destas mulheres, do seu tempo e outras formas reguladoras da vida destas trabalhadoras, observando-se níveis elevados de explorações.

Nogueira (2006), em estudo rigoroso, aponta quão é pesada e exaustiva a rotina de trabalho das teleoperadoras:

> As ações são repetitivas e submetidas a um rigoroso controle por parte da empresa, o que pode gerar, muitas vezes, problemas de ordem física e psicológica [...]. Ritmo alucinante de trabalho, ausência de pausas para recuperar o organismo, metas de produtividade desgastantes, insalubridade, inadequação do mobiliário e dos equipamentos, postura estática. [...] Portanto, os efeitos das precárias condições de trabalho nas empresas de call center afetam sobremaneira a saúde física e psicológica das trabalhadoras.[114]

É importante realçar a compreensão histórica de que o próprio movimento operário e sindical, em suas experiências, revela o quanto a classe trabalhadora não é homogênea, mas marcada por relações sociais contraditórias que reproduzem consciências sociais alienantes e conservadoras. A questão salarial e a pouca oferta de vagas para empregar a força de trabalho feminina e de pessoas LGBTQI+, em um contexto de desemprego estrutural, têm se agravado em grandes proporções. As mulheres da classe trabalhadora, em particular as mulheres negras, lésbicas e trans têm encontrado dificuldades no processo de reprodução social de suas existências nos espaços de relações de trabalho formal.

Essa realidade expressa os traços da sociedade que vivemos, moralmente hipócrita, racista, sexista, homofóbica, lesbofóbica e transfóbica. As mulheres pobres e negras foram e continuam sendo empurradas para cargos de empregadas domésticas. Durante todo o processo de escravidão no Brasil e no denominado contexto pós-escravidão, anos a fio, essa era a única opção para garantia da reprodução social de muitas mulheres e das famílias sob suas responsabilidades.

Na linha de pensamento de Kergoat, na obra *Gênero e trabalho no Brasil e na França*, pode-se afirmar que:

> Quanto às relações de gênero, elas também se apresentam de uma maneira inédita: a externalização do trabalho doméstico tem uma função de

[114]NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras de telemarketing*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 45.

> apaziguamento das tensões de casais burgueses e também permite uma maior flexibilização das mulheres conforme as demandas de envolvimento nas empresas. Em nível mais macro, isto permite evitar uma reflexão sobre o trabalho domestico (...). Não faz avançar um milímetro a luta pela igualdade entre homens e mulheres.[115]

A maioria dos anúncios de oferta de emprego especificam as vagas para homens ou para mulheres, seguindo uma rígida classificação resultante da divisão sexual do trabalho, marcando profissões entre homens e mulheres. Reservam-se às mulheres funções ligadas ao cuidado, serviços domésticos e educação no processo inicial da escolarização. Trata-se de uma persistência histórica sob os auspícios de um modelo patriarcal de segregação ocupacional. Isto significa colocar o recorte de classe da luta das mulheres dentro de uma perspectiva anticapitalista, antirracista, antissexista.

Considerando que a divisão sexual do trabalho não só divide as tarefas entre homens e mulheres, como organiza a desigualdade no mercado de trabalho, geram-se as diferenciações nas atividades, na remuneração e nas condições de trabalho. As mulheres na lógica do trabalho continuam reproduzindo as tarefas consideradas femininas, desvalorizadas e subalternas.

Temos uma legislação que proíbe ações de discriminação em relação à cor, etnia, capacitismo, etarismo e outras diferenças, entretanto, não há observância na realidade cotidiana destes preceitos legais. Não há respeito desse regramento no momento da contratação. Em relação ao salário, constata-se que as mulheres ganham menos que os homens, sendo bem pontuais os casos de mulheres que ganham mais.

As desigualdades entrecruzadas possibilitam a compreensão de múltiplos marcadores sociais. Nogueira (2018), em seu artigo intitulado *As determinações patriarcais heterossexistas da sociedade capitalista*, apresenta reflexões importantes:

> A ofensiva conservadora tem atuado na realidade brasileira difundindo o projeto “escola sem partido” e projetos contrários à chamada “ideologia de gênero”. Essas iniciativas corroboram com a manutenção do patriarcado e do racismo na sociedade brasileira, assim como impede a formação de uma consciência crítica que problematiza as contradições derivadas das relações de classe.[116]

---

[115] KERGOAT, Daniele. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, Alice de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (org.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 24.

São muitos os obstáculos que se impõem aos explorados e oprimidos, resultando em uma regulação intensa da vida social, controle e militarização, objetivando obstruir reações organizadas e a ascensão da luta de classes. São muitos os casos de perseguições políticas e criminalização dos lutadores. Em relação às pautas das mulheres, há muitos retrocessos.

É importante realçar a dinâmica capitalista em relação ao trabalho das mulheres. No capitalismo, em sua fase nascente, aumentava-se a extração da mais-valia com a intensificação e extensão da jornada de trabalho, a diminuição dos salários em comparação aos salários dos homens, tendo como obejtivo o processo de acumulação do capital para enriquecimento da burguesia. Com que o ingresso da força de trabalho feminino, durante o século XX, em quantidade cada vez mais expressiva, constituindo uma grande massa de trabalhadoras exploradas, as relações de trabalho não avançaram muito em termos de emancipação, ao contrario, ocorreu a generalização da opressão, a dupla ou tripla jornada de trabalho passou a ser uma grande imposição no ordenamento do capital.

Outro aspecto a ser destacado no processo de inserção da mulher no mercado de trabalho se refere à necessidade de complementar a renda familiar, por causa dos baixos salários, particularmente em momentos de crise do capitalismo, levando as mulheres a ocuparem os espaços econômicos para garantir o processo de produção social mediante a venda de sua força de trabalho, embora, mantendo-se numa posição secundaria em relação ao homem.

No próximo tópico refletiremos sobre a precarização e intensificação do trabalho que indica debilitamento econômico e de proteção social, tornando as trabalhadoras mais vulneráveis.

---

116 NOGUEIRA, Leonardo. As determinações patriarcais-heterossexistas da sociedade capitalista. In: NOGUEIRA, Leonardo, HILÁRIO, Erivan, PAZ, Thaís T. e MARRO, Kátia **(orgs.).** *Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2018, p. 51.

10.3. Terceirização, precarização e subemprego nos processos de exploração e opressão de gênero

Discorrer sobre precarização, exploração e desigualdade de gênero no Brasil nos remete à memória histórica da escravidão do povo negro, trazido em condições desumanas nos navios negreiros vindos de África, constituindo-se como mão de obra no desenvolvimento da produção mercantil durante a economia colonial. Deve-se destacar também que o Brasil foi o último país a abolir a escravidão, sendo que neste ano de 2019 completam 131 anos da farsa da abolição, sendo muito importante dedicar esta data ao dia nacional de combate ao racismo. A substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado se combinou com a manutenção do racismo estrutural.

O crescimento do trabalho feminino no Brasil acompanhou o surgimento da terceirização nas atividades-meio, que significa ações laborais que não são inerentes ao objetivo principal da empresa. É importante destacar, dentro do processo de expansão da terceirização, que serviços de manutenção, limpeza e vigilância são assumidos por empresas terceirizadas, tanto no espaço publico quanto no privado. A terceirização e a precarização carregam os traços da exploração e da opressão e tem rosto de mulher, em particular da mulher negra. Há formas de subcontratação e elasticidade nos vínculos trabalhistas, trabalho temporário, parcial que atingem de forma imediata as trabalhadoras. Esta é uma construção social do trabalho reservado às mulheres e desvalorizado historicamente em relação ao trabalho exercidos pelos homens.

A precarização das relações de trabalho é evidenciada tanto na informalidade, sem qualquer vinculo formal de trabalho que expresse garantias e direitos sociais ao trabalhador de um modo geral e, em particular, às trabalhadoras, quanto na flexibilização das relações de trabalho, utilizando-se de argumentos como as elevadas taxas de desemprego.

Em 2017 foi aprovada a Lei 13429/2017 (Lei da Terceirização) permitindo o uso da terceirização em todas as áreas (atividade-fim e atividade-meio) das empresas. A proletarização do trabalho feminino se tornou muito corrente, associado com a aplicação de políticas neoliberais que acentuam muito a divisão sexual do trabalho. Há uma crescente presença da força de trabalho feminina nas áreas com remunerações mais baixas, sob determinadas condições de trabalho marcadas por situações de vulnerabilidade social.

No processo de terceirização é muito comum ocorrer o denominado calote das empresas terceirizadas, isto ocorre no momento da rescisão contratual não pagando aos trabalhadores as obrigações trabalhistas que lhe são devidas. Outro aspecto perverso da terceirização se relaciona a saúde, segurança e morte dos trabalhadores. São muitos os riscos que estes trabalhadores se submetem e ficam expostos a doenças e acidentes de trabalhos. Alem da discriminação e o preconceito, a adoção de medidas segregadoras no ambiente de trabalho, proibição dos acessos em espaços de refeitórios, vestiários e outros espaços restritivos.

A terceirização, em particular, o trabalho intermitente aprovado no Brasil como parte da contrarreforma trabalhista, alcança os grupos sociais em situação de vulnerabilidade e profunda a exploração e a opressão. Nestes grupos se encontram as mulheres, em particular as negras e LGBTQI+. Em se tratando da Reforma Trabalhista há elementos que marcam a exploração e a opressão com recortes de gênero, raça e classe, pois as mulheres negras e trans serão as primeiras a perderem seus empregos, postos de trabalhos, ou ter que se submeter às condições mais precárias de trabalho. Sabemos que as trabalhadoras terceirizadas recebem menos do que os contratados diretos para realização da mesma função, ficando mais propensas a retiradas de garantias, flexibilização de direitos e à elevada rotatividade. Com o trabalho intermitente, a situação destes grupos sociais se aprofunda em termos de precarização do trabalho e vulnerabilidade nas relações de trabalho.

10.4. A reforma trabalhista e os impactos na vida das trabalhadoras terceirizadas

A Reforma Trabalhista, aprovada em 13 de julho de 2017, Lei de nº 13.467, tem por objetivo precípuo aplicar um dos preceitos neoliberais na relação capital e trabalho: a redução de custo da mão de obra, tendo em vista o aumento da taxa de lucro com a exploração da força de trabalho. A fórmula é praticamente a mesma nos períodos de crises: vantagens para o capitalista e ônus para os trabalhadores, no sentido de avançar cada vez mais o processo de deteriorização de direitos e de condições de vida digna. Os trabalhadores acabam pagando pela crise capitalista.

Em relação a referida reforma trabalhista, podemos afirmar o quanto é nociva e perversa para o conjunto da classe trabalhadora. Na história do Brasil republicano, não há nenhuma contrarreforma que tenha tido um alcance tão destruir de direitos como a reforma aprovada no governo ilegítimo de Michel Temer, em 2017. O governo e o Congresso conseguiram no apagar das luzes impor uma contrarreforma trabalhista - ou “deforma”, como está sendo nomeada por sociólogos e juristas do trabalho e lutadores sociais -, ameaçando ainda com a aprovação de uma reforma da previdência, ainda mais opressiva.

Esta contrarreforma retirou e flexibilizou direitos trabalhistas e sociais, aplicou de forma acentuada a terceirização, o trabalho intermitente, o freelancer, o teletrabalho (forma de trabalho a distância) e outras formas de vínculos de trabalho fragilizados, desintegrando a proteção legal do Estado ao conjunto dos trabalhadores, que havia sido conquista há décadas pela luta coletiva.

A classe trabalhadora e, em particular as mulheres negras, está submetida às piores condições de trabalho e de salários, excessivas jornadas de trabalho, exigências ainda maiores de cumprimento de metas e ritmo no processo de produção, realização das atividades laborais em situações de vulnerabilidade e fragilização em relação às representações sindicais, cada vez mais atingidas pelos duros ataques que classe produtora da riqueza social passa nesta quadra histórica de decomposição do modo de produção capitalista.

Nas condições de precarização das condições de trabalho, as trabalhadoras, em especial, as mulheres negras e trans serão as mais atingidas em relação aos profundos retrocessos impostos pela reforma trabalhista e a lei da terceirização (Lei nº 13.464/17), expandindo-a para as atividades-fim.

A terceirização passou a ser um fenômeno adotado em nível mundial nas relações entre o capital e o trabalho. Para os capitalistas, a terceirização seria irreversível diante da crise e da necessidade de modernização na administração, do aumento da produtividade e eficiência, sobretudo, redução de custos. Entretanto, para o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras sob esta forma de vínculo, e, em especial, as trabalhadoras negras e trans, os efeitos são muito mais danosos em relação aos direitos, nas questões salariais,

promoções, garantia de permanência na empresa e vantagens em acordos coletivos, considerando o acirramento de uma grande competitividade e a frágil solidariedade ativa entre os trabalhadores, em face das transformações da organização sindical e mudanças na organização produtiva capitalista. Observa-se uma profunda desregulamentação das leis trabalhistas em favor dos capitalistas.

Maeda (2018) é assertiva ao destacar que:

> As mulheres são as primeiras a serem atingidas por essas medidas, O suposto caráter complementar do trabalho da mulher. Uma vez que, dentro do patriarcado, ela deveria priorizar o trabalho não remunerado doméstico e de cuidado da família, está por trás dessa maior volatilidade da mulher no mercado de trabalho. No entanto, no Brasil, 41% dos lares são sustentados exclusivamente por mulheres, o que revela a dupla perversidade: supostamente no imaginário machista, as mulheres trabalham por opção; na materialidade das relações sociais, as mulheres trabalham para garantir o sustento de si própria e de suas famílias, com todos os encargos de sua "condição feminina".[117]

A atual ministra Damares Alves, no governo de Jair Bolsonaro deseja, de forma idealista e descolada da realidade objetiva da maioria das mulheres trabalhadoras, o fortalecimento de um dos princípios do patriarcalismo: que as mulheres deveriam priorizar o trabalho doméstico não remunerado e o cuidado dos filhos e das famílias. Ocorre que o ingresso das mulheres no espaço da produção e do trabalho foi uma transformação progressiva, na medida em que possibilita a elas se organizarem e lutarem contra o estado atual de coisas no campo das relações de trabalho e da opressão. Convém salientar que às mulheres negras e pobres não é dada sequer a possibilidade de escolher entre permanecer no espaço doméstico ou trabalhar, pois tiveram de complementar a renda, sendo que hoje são as principais responsáveis pelo sustento das famílias. Ainda temos um contingente de mulheres sem acesso a direitos trabalhistas e previdenciários elementares, a mercê da própria sorte, desamparada pelas políticas públicas.

Algumas frases proferidas pela ministra Damares, da pasta de mulheres, famílias e direitos humanos falam por si:

---

[117] MAEDA, Patrícia. A Contrarreforma na perspectiva da mulher trabalhadora: quando reformar significa precarizar. In: BENDA, Laura, (org). *Reforma trabalhista.* Belo Horizonte-MG: Letramento/Casa do Direito, 2018, p. 256.

> A mulher "nasceu para ser mãe", seu "papel mais especial", e dizer que elas estão em guerra com os homens é uma lorota feminista.
>
> "Me preocupo com ausência da mulher de casa", diz a pastora da Igreja Quadrangular, que brinca em seguida: amaria passar a tarde deitada na rede, "e o marido ralando muito, muito, muito para me encher de joias". Compara a imagem materna com "a da galinha com seus pintinhos embaixo da asa".[118]

Estas e outras palavras pronunciadas pela ministra expressam um profundo retrocesso frente às pautas dos movimentos feministas e da comunidade LGBTQ+, e não passam de ideologias e princípios obscurantistas, moralmente conservadores, assentados na intolerância religiosa e no ataque aos corpos divergentes à normatividade hegemônica.

É mister que as mulheres, principalmente as trabalhadoras, desconstruam na prática o papel e as relações criadas pela lógica patriarcal, que impõem às trabalhadoras uma dupla ou tripla jornada de trabalho, determinando funções própria de mulheres, como, por exemplo, a função de cuidadora. Vivemos tempos sombrios em que o ministério da família e dos direitos humanos, tendo a frente uma pastora obscurantista, propagandeia em todos os cantos as supostas consequências negativas do feminismo para as mulheres.

Há setores que têm defendido a flexibilização e o trabalho intermitente para as trabalhadoras como se fossem interessantes para elas, como se expressam a oportunidade de compatibilização das tarefas domésticas com as tarefas remuneradas. O trabalho intermitente segue a lógica perversa do capital, baseada na experiência britânica do contrato por hora de trabalho, sem vínculos empregatícios. Destaque-se também que referida forma de trabalho compromete a histórica bandeira feminista da equiparação salarial, pois o trabalho intermitente inviabiliza a igualdade de direitos e de condições de trabalho, piorando ainda mais a situação de exploração e opressão.

Outro aspecto a ser destacado é que a forma de contrato intermitente incidirá diretamente sobre a questão da previdência, considerando as regras mais duras da previdência em relação à contribuição por tempo de serviço. O trabalho intermitente precariza muito mais o contrato de trabalho, a ampliação de subcontratação, por períodos curtos, marcados por alta rotatividade, bem

---

[118] MSNNOTÍCIAS. In: <https://www.msn.com/pt-br/noticias/politica/alves-mulher-nasceu-para-ser-m%C3%A3e-e-ideologia-de-g%C3%AAnero-%C3%A9-morte/ar-BBQASGl>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

maior do que ocorria com a terceirização. Nas palavras de Maeda (2018), em relação ao impacto do trabalho intermitente na vida das trabalhadoras:

> O contrato do trabalho intermitente pode agravar a questão previdenciária, uma vez que a maior parte das aposentadorias concedidas às trabalhadoras é por idade, porque a maioria delas tem muita dificuldade para comprovar o mínimo de contribuição exigido hoje pela lei para a aposentadoria por tempo, conforme estudo realizado pelo Dieese.[119]

Observa-se o processo de deterioração da vida das trabalhadoras atingidas pela reforma trabalhista, lei da terceirização e reforma da previdência social. O governo Bolsonaro, em curso, por meio do Ministro da Economia, Paulo Guedes, tenta aprovar no Congresso uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) extremamente nociva às trabalhadoras e as mulheres empobrecidas e vulneráveis, vilipendiadas em seus direitos sociais. Neste sentido concordamos com as reflexões propostas por Maeda (2018) no que se refere à situação das mulheres, que serão as mais prejudicadas em relação ao direito à aposentadoria:

> Corrobora essa informação o fato de que as mulheres são maioria nos postos de trabalho precarizados (economia informal e trabalho doméstico) e terceirizados, o que aumenta sobremaneira suas dificuldades de implementar os requisitos para gozar de uma aposentadoria integral. A pretensa regulamentação para ampliação da terceirização deve também piorar a condição da trabalhadora.[120]

Na estrutura produtiva, no processo de reprodução social da existência, as mulheres são as mais prejudicadas em relação aos contratos de trabalho, aos salários, tempo de trabalho conjugado com outras jornadas e demandas domésticas, proteção à maternidade e às violências, agressões e assédios morais nos espaços de trabalho e fora dele.

10.5. Assédio moral às trabalhadoras após a contrarreforma trabalhista

A questão do assédio moral é uma prática bem antiga no capitalismo, precede ao cenário atual de retrocesso de direitos. Esta não é uma questão nova, mas realçamos que tem ganhado destaque, em meio a uma situação de imposição do silenciamento, de modo que não se podia falar sobre estas questões, pois reforçava um sentimento de culpa nas vítimas, atingindo de forma agressiva seu psicológico. Entretanto, ao longo de décadas de luta, as

[119] MAEDA, Patrícia. A Contrarreforma na perspectiva da mulher trabalhadora: quando reformar significa precarizar. In: BENDA, Laura, (org). *Reforma trabalhista.* Belo Horizonte-MG: Letramento/Casa do Direito, 2018, p. 254.
[120] Idem, ibidem.

mulheres organizadas foram rompendo o silêncio e denunciando o assédio nos locais de trabalho. Na conjuntura atual, em que se observa a ascensão nas relações de trabalho de um modelo organizacional de atividades laborativas profundamente precarizado, que alcança cada vez mais as trabalhadoras, impondo um desgaste físico e psíquico, agredindo a subjetividade, em particular, das trabalhadoras que já sofrem fortes pressões da sociedade patriarcal, misoginia e opressora, os casos de assédio nas relações de trabalho tendem a se incrementar.

O assédio expressa conduta abusiva, sinalizada por gestos, palavras, bem como por um conjunto de violências, de agressões de natureza psíquicas ou físicas, repetidas e como forma de fazer pressões continuadas, deixando as vítimas em situação de constrangimento e vulnerabilidade, ameaçando o emprego ou criando uma situação de degradação no ambiente de trabalho. Além disso, constatam-se também a frequente pressão que trabalhadoras terceirizadas sofrem de seus chefes para não engravidarem e assédio para fazerem abortos forçados. Impõe-se à trabalhadora a perda de controle sob seu próprio corpo, somada à criminalização que elas já sofrem do estado ao finalizar uma gravidez indesejada.

Aprofundando relações estranhadas entre os companheiros e companheiras de trabalho, num ambiente hostil, marcado pela competitividade e fragilidade nas relações de trabalho, essa realidade tem implicações nas relações de solidariedade sob relações tão precarizadas de trabalho. Na forma de vínculos terceirizados de trabalho é muito comum ocorrer essas situações.

A atual organização do trabalho tem provocado adoecimentos e transtornos psíquicos nos trabalhadores e trabalhadoras, nass condições de insalubridade, acidentes, mutilações, depressões, controle do corpo, docilização para que os corpos não se insubordinem diante da exploração, humilhações e constrangimentos e muitas doenças que atingem a classe trabalhadora. Há registros de casos de suicídios de trabalhadores e trabalhadoras nos espaços de trabalho, a exemplo de situações ocorridas na Renault nos anos de 2006 e 2007, bem como em outras empresas do mesmo ramo automobilístico e de outros setores, devido a exigências extenuantes no processo produtivo.

É preciso assegurar condições de segurança, higiene e salubridade nos ambientes de trabalho, proteção à saúde da trabalhadora, condições dignas de trabalho, proteção à maternidade e à infância. Em muitas situações as mulheres são as provedoras do lar, a independência econômica acaba sendo uma forma de sair de quadros de violência e submissão nas relações fortemente patriarcais. Corroborando com as reflexões de Maeda (2018), ao discorrer sobre a proteção a maternidade, observa-se que:

> A compreensão de que a maternidade ultrapassa a esfera do direito da trabalhadora é essencial para que não se abram brechas para a guisa de proteger, violar os direitos fundamentais das mulheres. A maternidade, no entanto, assim como o trabalho não existe faticamente apartada do corpo da mulher; é nele que ela se realiza materialmente.[121]

A incorporação no universo do trabalho foi um passo importante na luta pela libertação da mulher, subjugada por relações patriarcais na esfera privada, porém não a libertou das correntes do machismo e não aliviou a dupla jornada de trabalho, ao contrário, intensificou essa situação. É importante destacar a acentuada desvalorização das atividades domésticas sem qualquer remuneração, mesmo sendo indispensável para a reprodução, continuidade e conservação da força de trabalho, permanece designada para as mulheres, representando elevados níveis de exploração no domínio do trabalho e da opressão dos homens sobre as mulheres no ambiente da reprodução social.

Nesse sentido, lembramos das importantes reflexões de Beauvoir, registradas por Moraes, estudiosa do pensamento da autora:

> Eu não recuso à maternidade. Acho apenas que é uma armadilha. O que se deve condenar não são as mães, mas a ideologia que incita as mulheres a serem mães e as condições em que devem sê-lo. Junta-se a isso uma mistificação perigosa da relação mãe-filho. Mesmo que uma mulher tenha vontade de ter filhos, deve refletir muito porque a maternidade, atualmente, é uma verdadeira escravidão [...]. Se queremos ser independente, o importante é ter uma profissão: essa é uma condição imprescindível. O trabalho não é uma panaceia. Sei muito bem que o trabalho como é hoje tem dois lados: um alienante e outro, que por consequências, as mulheres têm que frequentemente de escolher entre duas alienações: a do trabalho e a doméstica [...]. O trabalho é uma condição para a independência.[122]

---

[121] Idem, p. 256.

[122] MORAES, M. L. Q. Questões femininas. In: **Estudos Cebrap**, n. 16. São Paulo, 1976, p. 229.

Como se observa na citação acima, o patriarcado, combinado com a exploração capitalista, oprime e explora sem limites, expressando-se nas desigualdades de gênero e de classe. Na esfera produtiva, as mulheres trabalhadoras estão entregues às mais perversas situações na relação capital e trabalho. Na esfera da reprodução familiar, as mulheres são obrigadas, pelas relações sociais, a uma jornada complementar, na medida em que a elas são destinados o cuidado com os filhos, de idosos, os trabalhos domésticos etc., sem que se lhe ofereça qualquer forma de remuneração, como ainda acabam por se tornar consumidoras dos produtos que a burguesia leva ao mercado, acompanhados por propagandas sedutoras, ou seja, o trabalho doméstico exercido pelas mulheres é profundamente desvalorizado, concorrendo para a formação e manutenção da mão de obra a ser explorada pela “racionalidade” perversa e desumana capitalista.

10.6. Participação das mulheres no sindicato no cenário de retrocessos e ataques às entidades sindicais

A reforma trabalhista, ao permitir a prevalência do negociado sobre o legislado, abriu uma situação de maior vulnerabilidade na efetivação dos direitos dos trabalhadores e, em particular, das trabalhadoras.

As condições objetivas vividas pelas mulheres em suas jornadas duplas ou triplas de trabalho se constituem como principal obstáculo à participação destas na vida sindical e política. Observa-se que há um baixo percentual de mulheres ocupando lugares centrais na estrutura sindical, bem como a própria dificuldade de se levar as demandas das trabalhadoras para as mesas de negociação. A situação de vulnerabilidade das trabalhadoras terceirizadas tem se constituído também como um obstáculo adicional à participação na vida política e sindical.

As trabalhadoras vivem um aprofundamento da precarização do trabalho. Na esteira de Maeda (2018), no artigo intitulado *A contrarreforma na perspectiva da mulher trabalhadora: quando reformar significa precarizar*, afirma-se que:

> O problema lateral da representatividade das mulheres nas entidades sindicais, a baixa participação das mulheres nas assembleias sindicais está diretamente

> relacionada à questão da dupla jornada, trabalho doméstico não remunerado e cuidados (2018, p. 259).[123]

Os sindicatos estão sendo duramente atacados, em um contexto em que os trabalhadores e as trabalhadoras se encontram destituídos de representações combativas e de luta para enfrentar os profundos ataques, diante de uma crise estrutural em que o receituário neoliberal, materializado nos planos de austeridade, incentiva a rivalidade e a concorrência. A destruição dos laços de solidariedade, o individualismo sobrepujando os interesses coletivos, a ação da burocracia sindical nas entidades só tendem a enfraquecer as possibilidades de organização das categorias de trabalhadores.

Além de perderem o tradicional imposto sindical, descontado compulsoriamente todos os anos, os sindicatos também se desfalcaram financeiramente com as últimas medidas tomadas pelo governo Bolsonaro, no sentido de dificultar a arrecadação dos valores aprovados em assembleias de categorias, como contribuição ao sindicato, combinadas com a reduzida combatividade das direções sindicais, de modo que as entidades ficaram fragilizadas na sua capacidade de atuar como mecanismo de pressão sobre as empresas e empresários para a obtenção de melhores condições do que as previstas em lei.

Há uma incessante busca no atual ordenamento da sociedade capitalista de desqualificar e criminalizar as entidades representativas dos trabalhadores, os sindicatos, com o deliberado objetivo de impedir reações aos ataques sofridos pela classe trabalhadora em seu conjunto.

Esse cenário de desmonte, tão bem orquestrado pela burguesia, para descarregar o ônus da crise nas costas da classe trabalhadora, deixando-a refém dos interesses tanto dos mercados como dos grupos dominantes, arrasta a maioria esmagadora da população para uma profunda regressão social, resultante de uma profunda e voraz acumulação por espoliação, no estágio atual do denominado capitalismo monopolista, em que dominam o capital financeiro e os grandes conglomerados econômicos, marcado pela retomada feroz da mercantilização dos bens públicos e pela brutal venalidade das relações de trabalho.

---

[123] MAEDA, Patrícia. A Contrarreforma na perspectiva da mulher trabalhadora: quando reformar significa precarizar. In: BENDA, Laura, (org). *Reforma trabalhista.* Belo Horizonte-MG: Letramento/Casa do Direito, 2018, p. 259.

A estudiosa Castro (1995) faz uma importante alusão à questão das trabalhadoras ocuparem espaços dentro da estrutura sindical, em determinado contexto histórico, no sentido de avançar na representação real das mulheres trabalhadoras:

> O significado da política de cotas ou a ocupação por mulheres de cargos de diretoria em sindicatos somente se constitui em uma sociedade por gênero exigindo-se responsabilidade na representação (accountability) das mulheres em cargo de poder. Ou seja reflete-se sobre a habilidade dos grupos de mulheres e mais diretamente das mulheres empossadas no sindicato ou no partido de serem de fato agentes de interesses de gênero de representar todas as mulheres trabalhadoras.[124]

Observa-se, portanto, uma participação ainda insipiente das mulheres na vida política e sindical, dada a realidade objetiva, cumulada com o aumento da precarização do trabalho e feminização da pobreza. Há uma certa naturalização do discurso de desinteresse quanto à de mulheres nos espaços políticos, devido a fatores relacionados à maternidade, ao cuidado de membros da família, aos valores culturais amparados pelo patriarcado, à instabilidade dos empregos que as mulheres estão submetidas e outras questões que se interpõem como obstáculos a participação política das mulheres nos sindicatos. Não há nada de natural nisso, é produto, isto é, de relações sociais historicamente determinadas e, como tal, podem ser transformadas.

10.7. Considerações finais

As questões abordadas no texto não se esgotam, subsistindo um grande potencial de indagações a serem problematizadas. Observou-se ao longo do desenvolvimento do texto a acentuada precarização social do trabalho, impulsionada pela destruição de direitos da classe trabalhadora, em particular das mulheres negras e trans, atingidas pela desregulamentação das relações de trabalho e flexibilização da legislação trabalhista, cujo mote é a regra da prevalência do negociado sobre o legislado. A reforma trabalhista, associada com a expansão da terceirização para as atividades-fim, revela que não há limites para a ganância dos capitalistas.

---

[124]CASTRO, Mary Garcia. Gênero e Poder no espaço sindical. **Estudos Feministas**. n. 1, 1995. Disponível em: <www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/16913/15475. Acesso em 21/04/2019>. Acesso em 20 de maio de 2019.

O contexto atual, marcado pela sanha da acumulação de capital em momentos de crise estrutural, impõe à classe trabalhadora a necessidade de organização e resistência, diante de tantas ofensivas destrutivas à vida dos trabalhadores e trabalhadoras, impulsionando o processo da luta de classes para frear o desmonte de direitos sociais, o cerceamento de liberdades e a criminalização de lutadores sociais.

Ao concluir este texto, recebemos a triste notícia de uma jovem estudante, de 19 anos, chamada Nusrat Jaham Rafi, foi queimada viva em sua escola em Bangladesh por ter denunciado o diretor por assédio sexual, em um país com uma atmosfera conservadora, localizado no sul da Ásia, onde a maioria das meninas e mulheres silenciam os abusos sexuais sofridos, por medo de serem humilhadas e constrangidas pelas famílias e sociedade. Temos que continuar nossa luta contra todas as formas de opressões, contra o machismo, o feminicídio, o assédio moral e sexual e a exploração capitalista. A palavra de ordem deve ser: *Nenhuma a menos!*

REFERÊNCIAS:

CASTRO, Mary Garcia. Gênero e Poder no espaço sindical. *Estudos Feministas*. n. 1, 1995. Disponível em: <www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/16913/15475. Acesso em 21/04/2019>. Acesso em 20 de maio de 2019.

KERGOAT, Daniele. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, Alice de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (org.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais.* São Paulo: Boitempo, 2016.

MAEDA, Patrícia. A Contrarreforma na perspectiva da mulher trabalhadora: quando reformar significa precarizar. In: BENDA, Laura, (org). *Reforma trabalhista*. Belo Horizonte-MG: Letramento/Casa do Direito, 2018.

MSNNOTÍCIAS: In: <https://www.msn.com/pt-br/noticias/politica/alves-mulher-nasceu-para-ser-m%C3%A3e-e-ideologia-de-g%C3%AAnero-%C3%A9-morte/ar-BBQASGl>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

MORAES, M. L. Q. Questões femininas. In: *Estudos Cebrap*, n. 16. São Paulo, 1976.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras de telemarketing*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

NOGUEIRA, Leonardo. As determinações patriarcais-heterossexistas da sociedade capitalista. In: NOGUEIRA, Leonardo, HILÁRIO, Erivan, PAZ, Thaís T. e MARRO, Kátia (orgs.). *Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

11. LEMARX-UFBA: O MARXISMO E O COMBATE À OPRESSÃO DAS MULHERES

11.1. Introdução

Este artigo é resultante dos estudos e ações realizados pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas Marxistas (LEMARX), alocado na Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (FACED/UFBA) na esfera da extensão. O LEMARX completa, em 2017, uma década de existência, sendo hoje reconhecido pelos lutadores da Bahia e de fora do estado como um importante espaço dos movimentos populares na difusão da teoria de Marx e Engels e na defesa dos direitos democráticos e sociais dos trabalhadores.

Antes de se constituir em grupo de estudos e pesquisas reconhecido na referida instituição, conformamos um agrupamento de estudos para apoiar uma ação extensionista denominada de Atividade Curricular com a Comunidade (ACC), intitulada *Teatro do Oprimido nos movimentos sociais sem teto de Salvador*, em 2007, portanto, realçamos que o coletivo surge da necessidade de oferecer apoio teórico às atividades desta ACC, cujo objetivo precípuo era articular os movimentos sociais com a universidade, relação possível e necessária.

Ao longo de sua vivência, o LEMARX desenvolveu uma série de atividades de ensino, pesquisa e extensão, formação política junto aos movimentos sociais, cursos de Introdução ao Marxismo e de Economia Política, cursos livres das obras de Marx e Engels, além de debates e outras importantes ações. Destacamos a formação de grupos de estudos para compreender e dissecar as fontes do marxismo e o método do materialismo histórico-dialético, além dos teóricos e as experiências dos educadores soviéticos no campo da educação e do marxismo. O LEMARX também atuou no campo da arte por meio do Ateliê de Estética Marxista, enquanto laboratório de experiências teóricas e praticas, privilegiando o teatro dialético de Bertold Brecht.

Para além dessas atividades no seio das lutas sociais e estudos do marxismo, o LEMARX tem debatido fortemente as questões ligadas às

opressões, com ênfase na opressão das mulheres na sociedade capitalista, em particular as mulheres negras. Nada melhor, para contribuir com a iniciativa desse conjunto de ações esboçadas no presente livro, que expor as ações relacionadas às condições das mulheres no âmbito da sociabilidade burguesa. Para completar a nossa abordagem, é preciso constatar que vivemos uma conjuntura política de profundos ataques aos direitos sociais e trabalhistas, além das medidas que, em geral, têm levado a retrocessos consideráveis nas conquistas sociais das últimas décadas.

11.2. Esboço da história do LEMARX

O exposto tópico tece de forma sucinta sobre a trajetória histórica do coletivo LEMARX, apresentando o quão este grupo conquistou um importante espaço na Faculdade de Educação e na comunidade soteropolitana, que tem reconhecido a importância que o LEMARX tem no compromisso com o ensino, a pesquisa e extensão referenciados no materialismo histórico-dialético, isto é, nas ideias e na experiência histórica dos trabalhadores, sintetizadas no marxismo.

Desenvolvendo atividades por meio do estudo comprometido da teoria marxista, especialmente das obras dos fundadores do socialismo científico, os cursos e atividades desenvolvidos pelo LEMARX, desde a sua criação, têm despertado os interesses de estudantes, professores, trabalhadores e ativistas dos movimentos sociais, sindical e popular. Por isso, temos sido demandados para promover formações teórico-políticas por esses setores, além da presença constante nos movimentos e lutas sociais ao longo da última década.

Originalmente, o grupo foi constituído em agosto de 2007, com a criação de um coletivo de estudos para conhecer e se aprofundar no legado de Marx e Engels, além dos seus continuadores, porém o lançamento do grupo ocorreu somente em 29 de novembro de 2007, por meio de um manifesto, durante a primeira Jornada Pedagógica e Cultural de Educação Popular e Emancipação Humana.

O coletivo que forma o LEMARX teve de enfrentar, na sua fundação, grandes dificuldades, não só quanto à resistência ao seu reconhecimento, como também à manutenção sistemática de ações e atividades. Nossa responsabilidade advém, fundamentalmente, da importância que o marxismo

(ou socialismo científico) tem para a formação teórico-política de estudantes, professores, trabalhadores e ativistas dos movimentos sociais, sindical e popular. Não se trata de uma teoria qualquer, mas de uma concepção revolucionária da sociedade e da história, que aponta, evidentemente, para uma ação política de transformação radical da sociedade.

Destaque-se que o LEMARX foi criado quase simultaneamente à explosão da atual crise mundial do capitalismo, que desde 2007-2008 dilacera a economia internacional e repercute nas economias nacionais nos diversos países e continentes. Ao longo dos anos 1990, o marxismo teve enfrentar uma campanha ideológico-política lançada pela classe dominante em todo o mundo contra as ideias de Marx e Engels e do movimento socialista internacional. No geral, os representantes teóricos e políticos da burguesia argumentavam que o marxismo estava ultrapassado e que tinha sido enterrado pela experiência da antiga União Soviética e do stalinismo. Uma vez que a revolução havia sido deformada e a burocracia da Rússia restaurado as relações de produção capitalistas, pondo fim à experiência aberta pela tomada do poder pelos trabalhadores em 1917, significaria, supunha a burguesia, que o socialismo e o comunismo haviam fracassado e que o capitalismo era a última palavra na história da sociedade humana.

Entretanto, os marxistas, que não sucumbiram à profunda derrota do movimento socialista internacional, que representou a restauração do capitalismo na antiga URSS, souberam demonstrar teórica e praticamente que não foi o marxismo ou o socialismo que estavam em crise, mas o capitalismo não conseguia suprir as necessidades mais elementares dos trabalhadores, da juventude e dos setores oprimidos da sociedade e que, ao contrário do que argumentavam os representantes ideológicos da burguesia, o capitalismo só pode viver de crises em crises, produzindo desumanidades, guerras, violência, destruição da natureza, exploração, fome e miséria em todos os continentes.

11.3. O LEMARX e o debate sobre as opressões das mulheres

Para o LEMARX a questão das opressões é um problema candente na atualidade e o marxismo precisa responder com firmeza e formular propostas para o problema e para a organização e combate desse fenômeno da sociedade de classes. O coletivo entende que a raiz da opressão da mulher se

encontra na formação das sociedades divididas em classes sociais, quando as mulheres, marginalizadas das atividades produtivas coletivas da sociedade e restringidas às atividades da economia doméstica, foram obrigadas a se encarregar das tarefas de cuidado dos filhos e da família no âmbito do lar.

Desenvolvendo a forma de família monogâmica, a sociedade de classe garantia não só a transmissão da herança e da propriedade privada como criava um domínio do homem sobre a mulher em todos os âmbitos da vida social, ganhando diferentes contornos ao longo do desenvolvimento das sociedades de classes, da antiguidade escravista ao capitalismo mais moderno.

O capitalismo industrial não extinguiu (e nem pode superar) a opressão da mulher. Ao contrário, introduzindo as mulheres no processo da produção industrial a partir da instalação da Primeira Revolução Industrial no final do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, a sociedade de classe burguesa, baseada na exploração da força de trabalho pelo capital, nada mais fez que sobrecarregar ainda as mulheres trabalhadoras, impondo-lhes uma dupla jornada de trabalho na fábrica, nas empresas e na família.

A profunda opressão das mulheres no capitalismo e as contradições da sociedade moderna criaram as bases para o desenvolvimento de movimentos feministas. Conformaram-se tendências liberais, radicais, pequeno-burguesas e agrupamentos referenciados no marxismo e no socialismo.

A própria Revolução Russa de 1917, ao possibilitar a tomada do poder pelos trabalhadores e inaugurar um período de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais, teve profundas repercussões no âmbito da opressão das mulheres, com a conquista nos primeiros anos da revolução de muitos direitos, tais como o direito ao aborto, ao divórcio, às lavanderias, restaurantes comunitários e coletivos, creches, educação pública, participação das mulheres no destino político das organizações e do Estado operário nascente, além das transformações culturais (muito problemáticas e difíceis na situação de atraso da Rússia), que resultaram em avanços axiais para o movimento socialista mundial. Muitos desses avanços foram limitados ou extintos pelo processo de burocratização da Revolução Russa promovido pelo estalinismo.

Muitos problemas que atingem secularmente as mulheres não foram resolvidos pelo capitalismo (mesmo os países mais democráticos do mundo), dentre eles destacamos a isonomia salarial entre homens e mulheres que exercem as mesmas funções. O aumento da exploração, da precarização do trabalho pela via da terceirização, a dupla ou tripla jornada de trabalho, o assédio moral, sexual, todas as formas de violência contra a mulher são também chagas da sociedade de classes, como a burguesa atual, que não podem ser completamente eliminadas, ao não ser que os trabalhadores tomem as rédeas da história e inaugure uma nova etapa da humanidade, quer dizer, o socialismo.

Não obstante, tal como os movimentos operário, estudantil e popular têm, cotidianamente, que lutar por seus direitos e reivindicações contra a sanha de lucro, a exploração e a desigualdade material, também os agrupamentos socialistas, que atuam no campo do movimento de mulheres e do feminismo, têm de lutar com força e determinação contra as opressões, a exploração e a desigualdades entre homens e mulheres. Sabendo-se que apenas no campo da luta de classes e sob a perspectiva da luta pelo socialismo é possível elevar a consciência e as formas de organização e de luta dos trabalhadores, da juventude, dos negros e negras, do movimento contra a LGBTfobia e das mulheres, os marxistas e as marxistas devem se esforçar por propostas e ideias que possam unir o debate teórico-político de classe com a luta contra as opressões.

Na realidade brasileira atual, a mulher trabalhadora continua relegada ao trabalho em condições precárias e extremamente difíceis, seja no campo ou na cidade. Seja na condição de dona de casa, de trabalhadora assalariada, especialmente na prestação de serviços. As que conseguem integrar o setor formal ou hegemônico exercem atividades em condições ainda mais subalternas que as masculinas: recebem salários mais baixos, em postos inferiores na hierarquia do trabalho e em tarefas mais desqualificadas.

Além disso, as mulheres brasileiras enfrentam elevados índices de violência, são submetidas à exploração sexual infanto-juvenil, encontram maiores dificuldades para ingressar no mercado de trabalho e para avançar no sistema de ensino, além de serem maioria entre os não alfabetizados,

desempregados e entre os indivíduos que se encontram abaixo da linha da pobreza.

11.4. O LEMARX e a elaboração sobre a questão da mulher

Antes da formação do coletivo de mulheres do LEMARX, em outubro de 2015, já realizávamos formação política com as mulheres militantes do Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB), as guerreiras sem teto, particularmente da Ocupação de Escada, bairro do Subúrbio Ferroviário, periferia de Salvador. Participamos ativamente dos atos e manifestações do dia 8 de março desde 2008, organizamos debates, formação, oficinas de cartazes e atos.

Em 2010, elaboramos coletivamente um folheto que teve uma boa aceitação nos ciclos de estudos e debates dentro e fora da universidade, nos movimentos sociais, em especial nos sem tetos de Salvador. Este folheto, designado *A questão da mulher e a resposta revolucionaria*, é baseado na literatura marxista sobre a origem histórica da opressão da mulher, em particular nas obras de Marx e Engels, em especial a obra fundamental do último, intitulada *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de 1884. Alem dos fundadores do marxismo, também levamos em consideração os aportes dos pensadores marxistas do século XX, tais como V. I. Lênin, Leon Trotski, Rosa Luxemburgo e Clara Zetkin.

Destacamos também a situação da mulher na sociedade capitalista. Eis um dos trechos retirado do folheto produzido pelo LEMARX sobre a condição da mulher na lógica do modo de produção capitalista:

> Essa transformação na condição da mulher no capitalismo é contraditória. De um lado, representa um avanço quanto à volta da mulher ao processo produtivo social, não se limitando ao reduto do lar. Por outro lado, o trabalho da mulher no capitalismo é realizado desde então em condições muito piores que o dos operários. Em primeiro lugar, as mulheres passaram a ganhar salários menores que os dos homens nas mesmas condições. Tinham, muitas vezes, de exercer trabalhos ditos “exclusivamente femininos”. Suportavam as investidas sexuais dos patrões e a discriminações no ambiente de trabalho. Fora tudo isso, a mulher passou a acumular uma dupla jornada: o trabalho na fábrica e a atividade no ambiente doméstico (cuidar da casa, dos filhos, lavar, passar, costurar e fazer comida). O trabalho produtivo nas fábricas ou a domicílio não significou, portanto, para as trabalhadoras, a sua plena independência econômica. Seu salário mal dava para complementar o do seu companheiro operário para

> garantir a sobrevivência em condições vis da família. Essa situação de exploração, miséria, fome e opressão levou-as a se organizar.[125]

Outros tópicos encontrados neste rico material se referem ao movimento de mulheres do século XIX e inicio do século XX, com destaque para o questionamento que as mulheres fizeram, desde a Revolução Francesa de 1798, das desigualdades existentes, reclamando a extensão do principio da igualdade de todos perante a lei para as relações entre homens e mulheres.

As mulheres tiveram de se organizar em sociedades e clubes para defender os seus direitos, questionaram a declaração dos direitos do homem. Militantes, dentre elas a francesa Olympe de Gous, propuseram, em 1791, a declaração dos direitos da mulher e da cidadã. Em outra passagem interessante do folheto sobre a luta das mulheres no século XIX constatamos as seguintes formulações:

> As mulheres participaram também das revoluções de 1830 e 1848, na França e restante da Europa, ao lado dos revolucionários, vivenciaram a experiência da Comuna de Paris de 1871, armadas com fuzis ao lado dos homens. Em 1866, passaram a atuar ao lado dos homens na Associação dos Encadernadores de Paris. Fundaram sindicatos e associações nos ramos da fiação, tecelagem, costureiras, modistas e indústria algodoeira. Fizeram greves e ocupações de fábricas. Elegeram uma mulher para o Conselho Geral da I Internacional, com a solidariedade de Marx e Engels. No final do século XIX e começo do século XX, as mulheres travaram uma luta pelo direito ao voto, negado pela democracia burguesa em voga.[126]

Discorrer sobre a importância deste material é comprovar os alicerces criados pelo LEMARX para organizar o grupo de estudo e o coletivo de mulheres sob as bases do materialismo histórico-dialético, atualizando-se com a comemoração de uma década deste grupo que muito contribui com a formação marxista na Bahia.

11.5. Realização da I Semana das mulheres

A organização da primeira Semana das mulheres na FACED-UFBA, no período de 7 a 11 de março de 2016, foi um passo importante na divulgação do debate sobre temas relacionados à questão da opressão das mulheres em um curso de licenciatura em pedagogia, em que há predominância da presença feminina entre os discentes. A preparação desta semana contou com a

[125] LEMARX. *A questão da mulher e a resposta revolucionaria*. Salvador-BA, 2010, p. 03.
[126] Idem, p. 04.

parceria entre o LEMARX e o PIBID de Pedagogia da FACED-UFBA. Oferecemos ao público interessado uma rica programação nos três turnos com temas bem variados e cine debates todas as tardes. O objetivo era mobilizar não só a Faculdade de Educação, mas o público externo.

A semana credenciou a FACED e o LEMARX em relação ao debate na seara de temas como o processo de escolarização tardia no Brasil, destacando figuras como Nísia Floresta que, mesmo sendo de uma classe aristocrata, foi duramente atingida pelas relações patriarcais e decidiu lutar pelo direito de meninas se escolarizarem. Estabelecemos relações com a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, evidenciando o quanto as mulheres negras sofrem e são as mais atingidas por esse descaso e desigualdade educacional no Brasil.

Como parte da programação, discutiu-se o sentido e o valor do dia 8 de março à luz da história da luta dos trabalhadores e das trabalhadoras de todos os países, e o quanto o movimento socialista contribuiu para a efetivação e reconhecimento desse dia como dia de luta e de organização das mulheres na luta por seus direitos e contra a exploração capitalista. Este debate ficou sob a responsabilidade do coletivo de mulheres do LEMARX, em face do qual apresentamos a origem histórica da data e as contribuições de pensadoras e militantes comunistas para este dia.

Recorremos à citação abaixo para evidenciar a importância dada pelas militantes revolucionarias ao dia 8 de março. Observam-se as palavras de Alexandra Kollontai, em texto publicado em Moscou em 1920, na comemoração do Dia Internacional das Mulheres, em anexo ao livro de González:

> O dia das mulheres ou dia das mulheres trabalhadoras é um dia de solidariedade internacional, e um dia para rever a força e organização das mulheres proletárias. Mas não é um dia especial somente para mulheres. O 8 de março é um dia histórico e memorável para os trabalhadores e para os camponeses, para todos os trabalhadores russos e para os trabalhadores de todo o mundo. Em 1917, neste dia, a grande revolução de fevereiro eclodiu. Foram as mulheres trabalhadoras de Petersburgo que iniciaram esta revolução; foram elas as primeiras a decidir levantar a bandeira da oposição ao Czar e seus aliados. E, por isso, o dia das mulheres trabalhadoras é, para nós, uma dupla comemoração.[127]

[127] GONZÁLEZ, Ana Isabel Alvarez. *As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Kollontai reafirmava a importante conquista deste dia enquanto decisão tomada na Conferencia Internacional de Mulheres Socialistas. Na referida conferencia aprovou-se a realização da organização do primeiro Dia Internacional das Mulheres em 19 de março de 1911. Em 1913, o dia internacional das mulheres foi transferido para o dia 8 de março, permanecendo até os dias atuais. Eis um fragmento fundamental do folheto produzido pelo LEMARX, demonstrando o compromisso de mulheres e homens, marxistas revolucionários, com o Dia Internacional das Mulheres:

> O Partido Bolchevique também realizou manifestações a partir de 1913 todo dia 8 de março em defesa das reivindicações das mulheres. Tiveram de enfrentar a brutalidade do Estado e do seu braço policial. Dessa forma, ao longo das décadas seguintes foram lutando por igualdade entre homens e mulheres em todas as instâncias, no trabalho e no setor público, pelo acesso ao mercado de trabalho e às vagas na administração pública, pelo direito à herança e de ter bens em seus nomes, de assumir os negócios da família, etc.[128]

Retornando à primeira Semana de Mulheres da FACED-UFBA, na mesa do dia 08 de março de 2016, composta por integrantes do coletivo de mulheres do LEMARX, socializamos os estudos anteriormente realizados da obra de Leon Trostki, dirigente da Revolução Russa e do exercito vermelho sobre a luta das mulheres, apresentando suas análises sobre a família burguesa, a moral revolucionaria e a emancipação das mulheres sob a égide das relações de objetificação de seus corpos e da imposição da monogamia e da ausência de direitos sociais e políticos. Ressalte-se que Trotski escreveu sob o impacto da Revolução de Outubro de 1917 e das profundas transformações que resultaram dela.

Nesta semana, fizemos um caloroso debate sobre as trabalhadoras terceirizadas, em sua maioria negras, e realizamos atividades com as mulheres terceirizadas alocadas nos setores de limpeza, portaria, jardinagem e outros setores da FACED e também de outras unidades próximas. O LEMARX realiza atividades com os terceirizados desde a greve das federais em 2015, abrindo uma campanha em defesa dos trabalhadores terceirizados contra a aprovação da lei da terceirização. Fizemos um debate sobre o feminismo negro, tirando alguns encaminhamentos importantes, dentre eles a realização de atividades

[128] LEMARX. *A questão da mulher e a resposta revolucionaria*. Salvador-BA, 2010, p. 04.

no mês de julho no Dia Internacional da Mulher Negra, Latino Americana e Caribenha.

11.6. Dia da Mulher Negra, Latino Americana e Caribenha

Em 25 de julho se comemora o Dia Internacional da Mulher Negra, Latino Americana e Caribenha. O coletivo de mulheres do LEMARX organizou uma atividade para celebrar esta importante data na capital mais negra do Brasil, Salvador, no dia 23 de julho de 2016.

Realizamos um evento nomeado *É pela vida das mulheres negras: Historia de lutas e resistências*, com a seguinte programação: abertura cultural (leitura de cordel) sobre a mulher negra, uma fala inicial abordando a historia das mulheres pretas e a divisão de grupos com as seguintes temáticas: Educação e autonomia das mulheres negras; Saúde das mulheres negras; Direito a uma vida sem violência; Desafios do trabalho das mulheres negras. Conformaram-se quatro grupos após as discussões dos temas e foi proposta a identificação de problemas/entraves e ações para solucioná-los.

A atividade contou com a participação efetiva de mulheres negras tanto da FACED quanto de bairros periféricos de Salvador. Foi uma atividade bem marcante, construída coletivamente com o apoio de todos os integrantes do LEMARX e de outros segmentos das lutas sociais.

11.7. Realização da II Semana das Mulheres

No período de 06 a 09 de março de 2017, realizamos a II Semana das Mulheres na FACED com o tema *Mulheres na luta sem temer*, com várias exposições e instalações artísticas e uma rica e variada programação.

Incluímos nesta semana o debate sobre mulheres transexuais, a realidade das imigrantes latino americanas nos países europeus, a mulher negra, a violência contra a mulher e a mulher trabalhadora deficiente. Também discutimos sobre a participação das mulheres nos espaços políticos (sindicatos, partidos e movimentos estudantis). Outros temas como objetificação dos corpos das mulheres também foram incluídos na programação. Qualificamos muito o debate sobre as mulheres trabalhadoras terceirizadas e sobre a necessidade de combater a Lei de Terceirização e o processo de flexibilização das relações de trabalho no Brasil.

Estamos dando passos para a consolidação desse coletivo de mulheres que ainda é embrionário e fluido devido às condições objetivas de vida das participantes. A semana das mulheres tem sido uma excelente oportunidade para a divulgação das atividades do coletivo, para que mais mulheres possam participar dos debates e das atividades desenvolvidas pelo LEMARX.

11.8. Participação no dia 8 de março de 2017 e nos debates de analise de conjuntura

Há muito não se via, nas principais ruas do país e de Salvador, um movimento tão grandioso como o 8 de março de 2017. Embalado pelo mote *Se nossas vidas não importam, que produzam sem nós*, as mulheres protestaram contra as desigualdades sociais, econômicas e políticas entre homens e mulheres e a necessidade do reconhecimento de suas demandas. A participação no ato organizado em Salvador constou na programação da II Semana das mulheres na FACED.

Realizamos no março lilás, juntamente com outros coletivos de mulheres da esquerda, um debate intitulado: *A conjuntura e luta internacional das mulheres*. Neste debate foi lembrado o aprofundamento da crise estrutural do capital, o avanço da direita, da chegada de Trump no coração do imperialismo e sua política ultraconservadora e das manifestações organizadas por mulheres em janeiro por ocasião de sua posse. Convém destacar os ataques dos governos burgueses à classe trabalhadora, em particular às mulheres. Foram lembrados também os movimentos massivos na Argentina e na Polônia contra os retrocessos no campo da legislação e na luta pela descriminalização do aborto.

11.9. Considerações finais

Esperamos que a leitura do presente artigo inspire a ampliação de atividades extensionistas que abarquem as demandas de mulheres oprimidas, subjugadas pela lógica do machismo, do capitalismo e reforce as convicções sobre a necessidade de assimilar profundamente as lições da teoria marxista da sociedade e da história e sua aplicação aos mais diversos campos da vida social, para avançarmos na emancipação dos trabalhadores. Não temos nada a perder, a não serem as correntes que nos prendem a essa sociedade em

declínio**.** Concluímos este texto com as sábias palavras de Marx: “Q*uem quer que conheça a história sabe que as grandes transformações sociais são impossíveis sem o fermento feminino*”.

REFERÊNCIAS

ENGELS, Friedrich. *A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
GOLDMAN, Wendy Z. *Mulher, Estado e revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936*. São Paulo: Boitempo; Iskra Edições, 2014.
GONZÁLEZ, Ana Isabel Alvarez. *As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
LEMARX. *A questão da mulher e a resposta revolucionaria*. Salvador-BA, 2010.
MARX; ENGELS, LENIN, ZETKIN, TROSTKY. *A mulher e a luta pelo socialismo - clássicos do marxismo*. São Paulo: Sundermann, 2012.
TROSTKI, Leon. *Trotski e a luta das mulheres*. São Paulo: Edição Iskra, 2015.

12. CONCLUSÕES

Quando decidimos publicar esse conjunto de artigos, que estavam dispersos em várias revistas e livros – apenas o quinto é inédito -, foi com o objetivo de contribuir com a discussão sobre a concepção marxista das opressões e sua explicação da origem com as sociedades de classes e do seu aprofundamento na sociedade capitalista atual.

Como marxista, sabemos muito bem que as ideias devem se tornar força material para que possam imprimir transformações na realidade. E, para isso, as ideias devem ser uma ferramenta nas mãos dos trabalhadores. Por isso, para além do debate de concepções e correntes políticas, é preciso lutar concretamente contra as opressões.

Tanto na explicação das opressões quanto na forma de combatê-la, o movimento de mulheres se divide em várias correntes diferentes. Para as marxistas a origem da opressão da mulher está ligada ao surgimento da propriedade privada e da sociedade de classes e, portanto, das desigualdades materiais entre os seres humanos. Igualmente, todas as formas de opressão têm uma base na divisão da sociedade em classes sociais e são manipuladas ideologicamente pela classe dominante para incrementar os processos de exploração e dividir os trabalhadores.

Portando, essa explicação marxista das opressões tem consequências no plano da prática política. Para as marxistas não basta lutar isoladamente contra as formas de opressões. Não é possível superar as opressões mantendo os fundamentos da exploração do homem pelo homem. A luta contra as opressões, em particular a opressão contra as mulheres – objeto do conjunto dos artigos – está ligada à luta contra a exploração da força de trabalho e, portanto, contra a sociedade de classes, no caso atual, o capitalismo.

Também trabalhamos para unir mulheres e homens da classe trabalhadora na luta contra a opressão e exploração. A unidade dos trabalhadores e trabalhadoras na luta de classes contra a opressão e exploração é a única forma de sepultar os fundamentos da sociedade de classes e reconstruir a sociedade sob novas bases: o socialismo, como caminho para o comunismo, para a sociedade sem classes.

13. BIBLIOGRAFIA GERAL

ALFONSO, Daniel Angyalossy e PABLITO, Marcelo. A luta do povo negro e a revolução socialista. In: JAMES, C. L. R; TROTSKI, Leon e BREITMAN, George. *A revolução e o negro: textos do trotskismo sobre a Questão Negra*. São Paulo: Edições Iskra, 2015.

ARMAND, Inessa. As trabalhadoras na I Internacional. In: SCHNEIDER, Graziela (org.). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017.

ASSUNÇÃO, Diana (Org.). *A precarização tem rosto de Mulher.* São Paulo: Edição Iskra 2013.

BATISTA, Luis Eduardo; Lopes, Fernanda; Werneck, Jurema (org.). *Saúde da população negra*. Brasília: APPN-Associação Brasileira de Pesquisadores Negros/Ministério da Saúde, 2012.

BOITO, Misa (org.). *A luta contra a opressão da mulher: recuperando uma abordagem de classe (Friedrich Engels, Karl Marx, V. I. Lênin, Clara Zetkin, Alexandra Kollontai, Rosa Luxemburgo, Leon Trotsky*). São Paulo: Nova Palavra, 2016.

BREITMAN, George. Quando surgiu o preconceito contra o negro. In: JAMES, C. L. R; TROTSKI, Leon e BREITMAN, George. *A revolução e o negro: textos do trotskismo sobre a Questão Negra*. São Paulo: Edições Iskra, 2015.

CÂMARA DOS DEPUTADOS*. Relatório da subcomissão especial destinada a avaliar as políticas de assistência social e saúde da população negra.* Câmara dos Deputados. Presidente: deputada Benedita da Silva. Relator: Deputado Antônio Brito. Brasília: Outubro de 2015. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1403518&filename=REL+4/2015+CSSF>.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

_____. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.* Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, 2005.

_____. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: *Racismo contemporâneo.* Rio de Janeiro: Takano, 2003.

CARRASCO, Carmen e PETIT, Mercedes. *Mulheres trabalhadoras e marxismo*: *um debate sobre a opressão*. São Paulo: Sundemann, 2012.

CASTRO, Mary Garcia. *Feminismos e feminismos: reflexões à esquerda.* Presença de Mulher, São Paulo, n. 29, p. 100, 1997.

____. Gênero e Poder no espaço sindical. *Estudos Feministas*. n. 1, 1995. Disponível em: <www.periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/download/16913/15475. Acesso em 21/04/2019>. Acesso em 20 de maio de 2019.

CRIOLA. *Participação e controle social para equidade em saúde da população negra.* RJ, 2007. Disponível em: <http://www.criola.org.br/pdfs/publicacoes/controle_social.pdf>.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

____. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2017.

____. DAVIS, Angela e FRASER, Nancy. *Por uma greve internacional militante no 8 de março.* Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/07/por-uma-greve-internacional-militante-no-8-de-marco/>. Acesso em: 25 abr. 2017.
DIEESE. *PEC 287: a minimização da Previdência pública.* São Paulo: DIEESE, jan. 2017. (Nota Técnica, 168). Disponível em: < https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec168Pec.pdf>. Acesso em: 25 de abr. 2017.
ELZBIETA, Ettinger; *Rosa Luxemburgo.* Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. In: TOLEDO, Cecília (org.). *A mulher e a luta pelo socialismo (Marx, Engels, Lenin, Clara Zetkin, Trotsky*). São Paulo: Sundemann, 2014.
____. *A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
FERNANDES, Florestan. *Significado do protesto negro*. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2017.
FIOCRUZ. Estudo *Desigualdades sociais e atendimento ao parto no Brasil: estudo nacional de base hospitalar.* Cadernos de Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz, 2012. Disponível em: <http://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/11061>.
FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. *Corpo negro caído no chão*: o sistema penal e o projeto genocida do estado Brasileiro. Brasília: Brado Negro, 2017.
FOLHA DE SÃO PAULO. 'Mulheres custam mais à Previdência porque vivem mais', diz secretário do governo. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/12/1840319-mulheres-custam-mais-a-previdencia-porque-vivem-mais-diz-caetano.shtml.> Acesso em: 04 de jun. 2017.
GENTILI, Denise. *Previdência: "O objetivo desta reforma é desamparar as mulheres", diz professora da UFRJ.* Disponível em: <http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8673>. Acesso em: 25 abr. 2017.
GOLDMAN, Wendy. *Mulher, Estado e Revolução*. São Paulo; Boitempo, 2014.
GONZÁLEZ, Ana Isabel Alvarez. *As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
JAMES, CLR. A revolução e o negro. In: *A revolução e o negro: textos do trotskismo sobre a questão negra.* James, CLR; Trostki, Leon; Breitman, Geoges. São Paulo: Edições ISKRA, 2015.
JAMES, C. L. R; TROTSKI, Leon e BREITMAN, George. *A revolução e o negro: textos do trotskismo sobre a Questão Negra*. São Paulo: Edições Iskra, 2015.
IBGE. *Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira - 2014.* Disponível em www.ibge.gov.br.
JAMES, C.L.R. A revolução e o negro. In: JAMES, C. L. R; TROTSKI, Leon e BREITMAN, George. *A revolução e o negro: textos do trotskismo sobre a Questão Negra*. São Paulo: Edições Iskra, 2015.
KABENGELE, Munanga. *As ambiguidades do racismo a Brasileira. In: O racismo e o negro no Brasil: Questões para psicanálise*. Kon, Noemi; Lucia, Silvia Maria e Abud, Cristiane (orgs.). São Paulo: Perspectiva, 2017.
KERGOAT, Daniele. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, Alice de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa (org.).

Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais. São Paulo: Boitempo, 2016.
KOLLONTAI, Alexandra. O que Outubro deu à mulher ocidental? In: SCHNEIDER, Graziela (org.). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética.* São Paulo: Boitempo, 2017.
____. *Autobiografia de uma mulher comunista sexualmente emancipada.* São Paulo: Sundemann, 2007.
____. *A família e o comunismo.* São Paulo: Edições Iskra, 2013.
____. *A nova mulher e a moral sexual.* São Paulo: Expressão Popular, 2007.
KRUPSKAIA, N. Deve-se ensinar "coisas de mulher" aos meninos. In: SCHNEIDER, Graziela (org.). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética.* São Paulo: Boitempo, 2017.
____. Guerra e maternidade. In: SCHNEIDER, Graziela (org.). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética.* São Paulo: Boitempo, 2017.
____. O Partido Comunista e o trabalhador. In: SCHNEIDER, Graziela (org.). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética.* São Paulo: Boitempo, 2017.
LEMARX. *A questão da mulher e a resposta revolucionaria*. Salvador-BA, 2010.
LENIN, V. I. Discurso no I Congresso Pan-russo de operárias. In: TOLEDO, Cecília (org.). *A mulher e a luta pelo socialismo (Marx, Engels, Lenin, Clara Zetkin, Trotsky*). São Paulo: Sundemann, 2014.
____. *Sobre a emancipação da mulher*. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.
____. O poder soviético e a situação da mulher. In: Marx, Engels, Lenin, Zetkin, Trotsky***.*** *A mulher e a luta pelo socialismo: clássicos do marxismo.* **S**ão Paulo: Sundermann, 2012.
LESSA, Sergio. *Abaixo a família monogâmica*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.
LOUREIRO, Isabel. *Rosa Luxemburgo: Vida e Obra.* São Paulo: Expressão Popular, 2011.
____. *Rosa Luxemburgo, os dilemas da ação revolucionária.* São Paulo: Editora Unesp, 1995.
LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou revolução?* São Paulo: Expressão Popular, 1999.
____. *A acumulação do capital.* São Paulo: Nova Cultural, 1988.
____. *A crise da socialdemocracia.* Lisboa: Editorial Presença, 1974.
____. *A revolução russa.* Petrópolis: Vozes, 1991.
____. *Greve de massas, partido e sindicatos.* In: BOGO, Ademar (org.). *Teoria da organização.* São Paulo: Expressão Popular 2005.
____.*A Proletária.* Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1914/03/05.htm>. Acesso em: 05 de dezembro de 2019.
____. Rosa Luxemburgo. In: *Biografias.* Edições Seara Vermelha, s/d.
MADUREIRA, Leandro***.*** *Previdência: PEC tira aposentadoria especial de docentes do ensino básico*. Disponível em: <http://portal.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8673>. Acesso em: 25 abr. 2017.
MAEDA, Patrícia. A Contrarreforma na perspectiva da mulher trabalhadora: quando reformar significa precarizar. In: BENDA, Laura, (org). *Reforma trabalhista*. Belo Horizonte-MG: Letramento/Casa do Direito, 2018.

MARCONDES, Mariana Mazzini (org.). *Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Brasília: Ipea, 2013.
MARX; ENGELS, LENIN, ZETKIN, TROSTKY. *A mulher e a luta pelo socialismo - clássicos do marxismo*. São Paulo: Sundermann, 2012.
MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, l. 1, v. I, 2002.
____. MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2006.
____. MARX, Karl. Carta a Abraham Lincoln. In: KARL, Marx. *A origem do capital: a acumulação primitiva*. São Paulo: Edições Iskra, 2015.
MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2002.
MSNNOTÍCIAS: In: <https://www.msn.com/pt-br/noticias/politica/alves-mulher-nasceu-para-ser-m%C3%A3e-e-ideologia-de-g%C3%AAnero-%C3%A9-morte/ar-BBQASGl>. Acesso em: 20 de maio de 2019.
MORAES, M. L. Q. Questões femininas. In: *Estudos Cebrap*, n. 16. São Paulo, 1976.
NEGT, Oskar. Rosa Luxemburgo e a renovação do marxismo. In: HOBSBAWM, E. (org.). *História do marxismo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, v. 3.
NOGUEIRA, Claudia Mazzei. *O trabalho duplicado: a divisão sexual no trabalho e na reprodução: um estudo das trabalhadoras de telemarketing*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
NOGUEIRA, Leonardo. As determinações patriarcais-heterossexistas da sociedade capitalista. In: NOGUEIRA, Leonardo, HILÁRIO, Erivan, PAZ, Thaís T. e MARRO, Kátia (orgs.). *Hasteemos a bandeira colorida: diversidade sexual e de gênero no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
NORMAN, Geras. *A atualidade de Rosa Luxemburgo.* Lisboa: Antídoto, 1978.
OKITA, Hiro. *Homossexualidade*: *da opressão à libertação*. São Paulo: Sundemann, 2015.
ONU MULHERES. *Informe Anual: 2014-2015.* Disponível em www.onumulheres.org.br.
PEREIRA, Ana Claudia C.J; ENGEL, Cíntia. *A organização social do trabalho doméstico e de cuidado: considerações de gênero e de raça*. Revista Punto Género**,** n. 5. novembro de 2015. Universidade del Chile. p.4-24. Disponível em:< http://www.revistas.uchile.cl/index.php/RPG>.
REED, Evelyn. *Sexo conta sexo ou classe contra classe*. São Paulo: Sundermann, 2011.
SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência.* São Paulo: Expressão Popular, 2015.
____. *Mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
SCHNEIDER, Graziela (org.). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia soviética*. São Paulo: Boitempo, 2017.
SCHWARCZ, Lilia M. e STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia.* São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. *Relatório Anual Socioeconômico da Mulher*. Brasília: 2015.
SILVA, Wilson Honório da. *O mito da democracia racial: um debate marxista sobre raça, classe e identidade*. São Paulo: Sundemann, 2016.

SILVA, Maria Lúcia. *Racismo e os efeitos na saúde mental*. In: Batista, Luís Eduardo e Kalcakmann, Suzana (org.). 1º Seminário Saúde da População Negra Estado de São Paulo 2004. São Paulo, Instituto de Saúde, 2005.
SIQUEIRA, Sandra M. M. *Os ataques aos direitos das mulheres e a necessidade da organização classista.* Revista Universidade e Sociedade, n. 58, junho.2016.
SIQUEIRA, Sandra M. M. e PEREIRA, Francisco. *Marx e Engels: uma introdução*. Salvador-BA: LEMARX, 2017.
____. *Marx atual: a vigência do marxismo e os desafios da luta socialista.* Salvador-BA: Arcádia, 2013.
____. *O marxismo depois de Marx e Engels: conquistas teóricas, políticas e programáticas no século XX*. Salvador-BA: LEMARX/Expogeo, 2015.
____. *LEMARX: 12 anos em defesa do marxismo e das lutas sociais* (História e Base Teórica). Salvador-BA: LEMARX, 2019.
____. *Capitalismo e opressão das mulheres.* Jornal Vozes da Resistência, Salvador-BA, n. 1, junho/julho de 2019.
SIQUEIRA, Sandra M. M. e SANTANA, Rosângela Conceição. *A obra Mulheres, Raça e Classe de Ângela Davis.* Jornal Vozes da Resistência, n. 2, agosto/setembro. 2019.
SOUZA, Nelza Santos. *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
TOLEDO, Cecília. *Gênero e Classe.* São Paulo: Sundermann, 2017.
TOLEDO, Cecília (org.). *A mulher e a luta pelo socialismo (Marx, Engels, Lênin, Clara Zetkin, Trotski)*. São Paulo: Sundermann, 2014.
TROSTKI, Leon. *Trotski e a luta das mulheres*. São Paulo: Edição Iskra, 2015.
TROTSKI, Leon. *Trotski e a luta das mulheres*. São Paulo: Edições Iskra, 2015.
____. Termidor no lar. In: TOLEDO, Cecília (org.). *A mulher e a luta pelo socialismo (Marx, Engels, Lenin, Clara Zetkin, Trotsky*). São Paulo: Sundemann, 2014.
____. *Questões do modo de vida.* São Paulo: Sundermann, 2009.
____ . *O programa de transição para a revolução socialista.* São Paulo: Sundermann, 2008.
TROTSKI, Leon e BREITMAN, George. *A revolução e o negro: textos do trotskismo sobre a Questão Negra*. São Paulo: Edições Iskra, 2015.
WAISELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil.* Brasília, 2015. Disponível em www.mapadaviolencia.org.br.
WERNECK, Jurema (org.). *Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil.* Rio de Janeiro: Criola, 2014. Disponível em: <http://criola.org.br/wp-content/uploads/2014/10/livro_mulheresnegras.pdf> . Acesso em: 5 ago.2016.
WOLLSTONECRAFT, Mary. *Reivindicação dos direitos da mulher*. São Paulo: Boitempo, 2016.
ZETKIN, Clara. Lênin e o movimento feminino. In: TOLEDO, Cecília (org.). *A mulher e a luta pelo socialismo (Marx, Engels, Lenin, Clara Zetkin, Trotsky*). São Paulo: Sundemann, 2014.
____. *Como nasce e morre o fascismo*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.
____. *Apenas junto com as mulheres proletárias o socialismo será vitorioso. Discurso ao congresso do Partido Socialdemocrata da Alemanha, Gotha, de 16 de outubro de 1896.* Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/zetkin/1896/10/16.htm>.
____. Clara Zetkin. In: *Biografias.* Edições Seara Vermelha, s/d.